



O processo de governança nas hortas urbanas O estudo de caso da Horta Associativa da Adroana

Inês Pereira Valente

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em
Engenharia Agronómica

Orientadora: Doutora Isabel Maria Gomes Rodrigo

Júri

Presidente: Doutora Maria do Rosário da Conceição Cameira, Professora associada do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Vogais: Doutora Ana Maria Viegas Firmino, Professora catedrática da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

Doutora Isabel Maria Gomes Rodrigo, Professora associada com agregação do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa.

Agradecimentos

À minha Professora Orientadora, a Doutora Isabel Rodrigo, pela sua inesgotável dedicação e energia.

Aos meus pais, irmã e avós, que sempre estiveram comigo nos momentos de dúvidas e fraquezas e me deram
força para continuar.

Ao André Miguel, à Teresa Ribeiro e ao Rui Peixoto que me acolheram na Cascais Ambiente e permitiram que o
meu sonho se realizasse.

Ao Henri, pela amizade, pelo companheirismo e pelo apoio sempre constante.

Às pessoas da Horta Associativa da Adroana, esta grande família que descobri.

Resumo

A presente dissertação analisa os processos de governança que estão subjacentes ao funcionamento da Horta Associativa da Adroana, o estudo de caso do presente trabalho, localizada no concelho de Cascais. A orientar a pesquisa teórica e empírica esteve a seguinte hipótese de investigação: “até que ponto a inclusão das necessidades, oportunidades e dificuldades/constrangimentos específicos das populações envolvidas nas Hortas Urbanas, nos processos e estratégias de governança destas últimas contribui, ou não, para potenciar as vantagens positivas da Agricultura Urbana, e como contribui?”. Com base no método de investigação qualitativo de estudo de caso, foi realizada uma análise profunda do contexto sociocultural, político e económico onde emerge o projeto Horta Associativa da Adroana. Assim, o presente estudo divide-se em três capítulos. O primeiro, dedicado ao enquadramento teórico-metodológico do trabalho, apresenta, na primeira parte, uma síntese da Agricultura Urbana no mundo e, em especial, na Europa; a segunda parte centra-se numa revisão bibliográfica em torno do conceito de governança, sua evolução, nas últimas décadas, e ainda do seu contributo para a implantação e funcionamento de projetos de agricultura urbana, e termina com a apresentação do método de investigação adotado. O segundo capítulo contextualiza, numa primeira fase, o caso de estudo no programa de agricultura urbana em Cascais — Terras de Cascais — e, numa segunda fase, procura dar resposta à hipótese de investigação antes explicitada. Por último, o terceiro capítulo apresenta as conclusões que emergem da reflexão da análise realizada. Desta ressalta que só com a adoção de uma abordagem adaptada ao contexto específico onde o projeto de implantação de Hortas Urbanas se insere é possível alcançar a concretização dos objetivos e sucesso do mesmo. Contudo, a complexidade de fatores que definem a realidade do contexto torna a tarefa de criar um modelo de governança bem-adaptado à população e território em causa bastante difícil de cumprir.

Palavras chave: agricultura urbana; governança; horta associativa; *Policy Arrangement Approach*

Abstract

This study analyses the governance processes behind the urban garden *Horta Associativa da Adroana*, the case study of this thesis, located in the municipality of Cascais (Portugal). Guiding the theoretical and empirical research was the following research hypothesis: “In what extent the inclusion of the specific necessities, opportunities and difficulties/ constrains of the populations involved in Urban Gardens, in their governance processes and strategies contributes, or not, to enhance the benefits of Urban Agriculture, and how does it contributes?”. Through the qualitative “case study” research method, a profound analysis of the sociocultural, political and economic context where the case study emerges was developed. Thereby, the present study is divided in three chapters. The first one, dedicated to the theoretical-methodological framework, presents, in the first part, a summary of the reality of urban agriculture in the world and, specifically in Europe; the second part focuses in a literature review around the governance concept, its evolution in the last decades and its contribution to the implementation and running of urban agriculture projects, ending with the research method adopted in this study. The second chapter contextualizes, in the first phase, the case study of the urban agriculture program in Cascais - *Terras de Cascais* – and presents, in the second phase, the empirical analysis of the case study, guided by the goal of answering the main hypothesis of the thesis; lastly, the third chapter explains the conclusions that arise from the analysis. This study revealed that a context-based approach is essential to reach the goals and success of the project. Nevertheless, the complexity of elements interacting in defining the reality of the context where the urban garden was designed renders the task of creating a well-adapted governance approach very hard to achieve.

Key-words: urban agriculture; governance; associative urban garden; Policy Arrangement Approach

Índice

Introdução 2

Capítulo 1 — Enquadramento teórico-metodológico 4

1.1 A Agricultura Urbana 4

1.1.1 Hortas urbanas e agricultura urbana: uma breve contextualização 4

1.1.2 Agricultura urbana: Percursos históricos 5

1.1.3 Agricultura urbana: Funções, impactes e desafios 7

1.1.3.1 Segurança alimentar 8

1.1.3.2 Economia 9

1.1.3.3 Sociedade 10

1.1.3.4 Ambiente 10

1.1.3.5 Principais limitações da AU 11

1.1.4 Agricultura urbana: Definições e tipologias 11

1.1.4.1 Agricultura urbana: Definições 11

1.1.4.2 Agricultura urbana: Tipologias 12

Hortas comunitárias 12

Allotment gardens 13

Hortas ou Jardins educativos 13

Hortas ou Jardins terapêuticos 13

Hortas de quintal 13

1.2 Governança 15

1.2.1 Definição de governança 15

1.2.2 A governança na agricultura urbana: Alguns exemplos 18

1.2.2.1 A importância do contexto e das suas dimensões 20

1.2.3 Operacionalização da noção de governança 21

1.3 Método de Investigação 22

Capítulo 2 – Agricultura Urbana em Cascais e a Horta Associativa da Adroana: um Estudo de Caso 23

2.1 A Agricultura Urbana em Cascais 23

2.1.1 Das hortas espontâneas às primeiras hortas comunitárias 23

2.1.2 Desenvolvimento do projeto 27

2.1.2.1 Processos de participação da população 28

2.2 Estudo de caso: A Horta Associativa da Adroana 32

2.2.1 O Bairro da Adroana – contexto social e urbanístico 32

2.2.2 O processo de criação da Horta Associativa da Adroana	34
2.2.2.1 O desafio das hortas espontâneas	34
2.2.2.2 O processo de negociação entre os vários tipos de stakeholders	36
2.2.2.3 Gestão de conflitos e dificuldades encontradas	39
2.2.2.4 Expectativas e motivações dos vários tipos de stakeholders para a criação da HAA	40
Hortelões	40
Técnicos da Divisão de Intervenção Social	40
Técnicos da Cascais Ambiente	41
2.2.2.5 A perceção dos hortelões em relação ao processo de criação da Horta Associativa da Adroana	41
2.2.2.6 A construção da Horta Associativa da Adroana	42
2.2.3 As “regras do jogo” estabelecidas	44
2.2.4 Os recursos da Horta Associativa da Adroana	46
2.2.5 O quotidiano da Horta Associativa da Adroana	46
2.2.5.1 Caracterização socioeconómica da população da Horta Associativa da Adroana	46
2.2.5.2 Produtos cultivados e técnicas agrícolas adotadas	47
2.2.5.3 Motivações para o cultivo e objetivos dos hortelões	51
2.2.6 Discursos dos hortelões - normas, valores, dificuldades e conflitos	54
2.2.6.1 Questões de relacionamento entre hortelões	54
2.2.6.2 Questões de participação nos eventos da HAA e a questão da autoridade	57
2.2.6.3 Dificuldades encontradas pelos hortelões	60
2.2.6.4 Conflitos entre hortelões	62
2.2.6.5 Perceção das características técnicas da HAA pelos hortelões	64
2.2.6.6 Sugestões dos hortelões para melhorar o funcionamento do dia-a-dia da horta	65
2.2.6.7 Relação dos hortelões com os restantes stakeholders	67
Hortelões e técnicos da Cascais Ambiente	67
Hortelões e técnicos da Divisão de Intervenção Social	68
2.2.7 Discursos dos técnicos da Cascais Ambiente	68
2.2.8 Discursos dos técnicos da Divisão de Intervenção Social	70

Capítulo 3 - Conclusões 72

Referências Bibliográficas	74
Anexo I – <i>Framework</i> de análise do processo de governança da HAA	81
Anexo II - Inquérito e guiões das entrevistas	83
Anexo III – Regulamentos	100
Anexo IV – Resultados dos inquéritos efetuados aos hortelões	103

Índice de Figuras

Figura 1 - Diagrama de ação para a implementação de hortas comunitárias e pedagógicas.	25
Figura 2 - Vista aérea sobre o Bairro e Hortas da Adroana (antes da HAA ser contruída).	34
Figura 3 - Vista parcial das antigas hortas espontâneas do Bairro da Adroana.	35
Figura 4 - Vista parcial das antigas hortas espontâneas do Bairro da Adroana.	35
Figura 5 - Vista parcial sobre as antigas hortas espontâneas do Bairro da Adroana, aqui limitadas pelos muretes de pedra.	35
Figura 6 - Reunião com futuros hortelões da HAA.	38
Figura 7 - Reunião com futuros hortelões da HAA.	38
Figura 8 - Reunião com os futuros hortelões no DNA Cascais (centro para o empreendedorismo em Cascais) para esclarecimento de dúvidas.	39
Figura 9 - Reunião de votação com os futuros hortelões da HAA.	39
Figura 10 - Reunião com os futuros hortelões da HAA.	39
Figura 11 - Desenho do projeto da HAA (versão final).	44
Figura 12 - Vista parcial da HAA com destaque para a pintura realizada pelos jovens do Workcamp.	45
Gráfico da Figura 13 - Nível de escolaridade dos hortelões, por nacionalidade.	48
Figura 14 - Vista parcial sobre uma parcela de um hortelão natural da Guiné-Bissau. Destaque para os caules do quiabeiro. Fotografia tirada durante o Inverno.	49
Figura 15 – Vista parcial sobre a parcela de um hortelão natural de Cabo Verde.	49
Gráfico da Figura 16 - Produtos cultivados pelos hortelões durante o verão, por país de origem.	50
Gráfico da Figura 17 - Razões da escolha dos produtos cultivados, por origem de hortelão.	50
Figura 18 - estrutura de canas na parcela de um hortelão natural de Portugal.	51
Figura 19 - Vista parcial sobre uma parcela não cultivada durante o Inverno.	51
Gráfico da Figura 20 - Razões pelas quais o hortelão cultiva, por número de membros do agregado doméstico.	52
Gráfico da Figura 21 - Motivações dos hortelões para o cultivo, por nacionalidade.	53
Gráfico da Figura 22 - Primeira motivação dos hortelões para o cultivo, por nacionalidade.	54
Gráfico da Figura 23 - Avaliação do relacionamento entre hortelões.	55
Gráfico da Figura 24 - Avaliação do relacionamento entre hortelões de diferentes origens.	55
Gráfico da Figura 25 - Tipo de dificuldades sentidas pelos hortelões, por nacionalidade	62
Figura 26 – Hortelões depois de uma tarde de trabalho na HAA	64
Figura 27 – Hortelões depois de uma tarde de trabalho na HAA	64
Figura 28 – Dificuldades técnicas identificadas pelos hortelões.	66
Gráfico da Figura 29 - Nível de escolaridade dos hortelões, por género.	106
Gráfico da Figura 30 – Nível de escolaridade dos hortelões, por situação na profissão	106
Gráfico da Figura 31 - Motivações dos hortelões para o cultivo, por situação na profissão.	107
Gráfico da Figura 32 – Primeira motivação dos hortelões para o cultivo, por situação na profissão.	108

Gráfico da Figura 33 - Primeira motivação dos hortelões para o cultivo, por grau de escolaridade.	108
Gráfico da Figura 34 – Situação na profissão consoante a nacionalidade dos inquiridos.	109
Gráfico da Figura 35 – Grau de escolaridade consoante o país de origem dos inquiridos.	109

Índice de Quadros

Quadro 1 – Resumo do regulamento da Horta Associativa da Adroana	45
Quadro 2 – Resumo das respostas dos hortelões à pergunta “Quais as maiores dificuldades/restrições que enfrenta na sua horta?”.	60
Quadro 3 - Sugestões dos hortelões para melhorar o funcionamento da HAA	65
Quadro 4 – Resumo do processo de governança de HAA segundo o <i>framework</i> proposto pelo <i>Policy Arrangement Approach</i> (Arts et al., 2016)	81
Quadro 5 – Caracterização socioeconómica do/da inquirido/a	83
Quadro 6 – Relação do/da inquirido/a com a agricultura e o meio rural	84
Quadro 7 – Relação do/a inquirido/a com a horta	84
Quadro 8 – Características e localização da horta	86
Quadro 9 – Principais motivações do/a inquirido/a para o cultivo da horta.	86
Quadro 10 – Destino dos produtos da horta e impacte no rendimento e na alimentação do agregado doméstico	86
Quadro 11 – Avaliação das condições oferecidas pela identidade implementadora/ gestora do projeto.	87
Quadro 12 – Limitações/ condicionantes ao cultivo da horta.	87
Quadro 13 – Avaliação do relacionamento entre hortelões-	88
Quadro 14 – Opinião dos hortelões em relação às regras implementadas.	88
Quadro 15 – Avaliação do grau de participação dos hortelões nas tomadas de decisão.	89
Quadro 16 – Sugestões de alterações para melhorar o funcionamento do projeto.	91
Quadro 17 – Sugestões de alterações para melhorar o funcionamento do projeto.	92

Lista de siglas e acrónimos

AU – Agricultura Urbana

BA – Bairro da Adroana

CA – Cascais Ambiente

CMC – Câmara Municipal de Cascais

EUA – Estados Unidos da América

FAO – Food and Agriculture Organization

HAA – Horta Associativa da Adroana

HC – Horta Comunitária

HCA – Horta Comunitária da Adroana

HU – Hortas Urbanas

ONG – Organização Não Governamental

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

Introdução

Objeto e hipótese de estudo

A presente dissertação tem por objetivo avaliar, do ponto de vista dos *stakeholders*, os processos de implantação no terreno, de funcionamento e de gestão da Horta Associativa da Adroana (HAA), localizada na freguesia de Alcabideche do Concelho de Cascais. Mais concretamente, este estudo pretende, através da metodologia do estudo de caso, analisar e avaliar, em primeiro lugar, o contexto sociocultural, político e económico onde emerge o projeto Horta Associativa da Adroana e, em segundo lugar, o seu processo de governança através da identificação de uma série de elementos que, em conjunto, permitirão aferir acerca da forma como o processo de governança contribuiu para o sucesso do projeto.

A hipótese de investigação do presente trabalho poderá ser formulada nos seguintes termos: “Até que ponto a inclusão das necessidades, oportunidades e dificuldades/constrangimentos específicos das populações envolvidas nas Hortas Urbanas, nos processos e estratégias de governança destas últimas contribui, ou não, para potenciar as vantagens positivas da Agricultura Urbana, e como contribui?”.

Subjacente à referida avaliação está o interesse manifestado pela Cascais Ambiente (CA) e Câmara Municipal de Cascais (CMC) em poderem dispor de instrumentos objetivos e validados cientificamente que identifiquem “pontos fortes” e “pontos fracos” daquela iniciativa inovadora à escala daquele Município e, deste modo, poderem replicar, com maior “capacitação”, aquela tipologia de Agricultura Urbana. Deste modo, o presente trabalho centra-se num estudo de caso: a Horta Associativa da Adroana e identifica como *stakeholders* os hortelões e os técnicos do Divisão de Intervenção Social (DIS) da Câmara Municipal de Cascais (CMC) e da Cascais Ambiente (CA) envolvidos naqueles processos.

A pertinência da investigação

A agricultura urbana (AU) é um fenómeno com uma dispersão geográfica que abrange todas as grandes cidades do mundo. Para além da função central de produção de hortícolas, a agricultura urbana é hoje amplamente reconhecida pelas suas funções social e ambiental. Enquanto espaço verde citadino, cuja composição e dinâmicas são criadas e vividas pelos seus atores – os hortelões –, a horta urbana é hoje um ponto de convívio entre vizinhos, um escape ao *stress* do quotidiano urbano e um local de reencontro com a natureza. É, assim, na multitude de funções da agricultura urbana (AU) que reside a sua riqueza. Concretamente, para além da produção de alimentos, estão ainda associadas as funções ambientais (e.g. aumento da biodiversidade local e amenização climática), sociais (e.g. desenvolvimento de um maior sentido de pertença e de comunidade) e económicas (e.g. poupança na compra de vegetais). Esta diversidade de benefícios gerados está diretamente relacionada com as diferentes características e formatos que cada projeto de AU assume. Deste modo, é o conjunto de propósitos, formas de gestão e atores envolvidos que confere à AU a grande riqueza de funções que desempenha.

Sabendo que o formato de um determinado projeto de AU é, em grande medida, moldado pelo contexto cultural, político e socioeconómico envolvente e que este contexto é o resultado da história particular de cada

cidade e dos seus habitantes, percebe-se que esta identidade esteja bem presente na forma como os projetos de Hortas Urbanas se desenvolvem e funcionam.

Assim, e partindo do pressuposto que “os desenvolvimentos da AU são inerentemente desejáveis e principalmente moldados pela defesa/ interesse dos vários *stakeholders* envolvidos na AU” (Prové et al., 2016: 17), o entendimento do contexto deve fazer parte de uma análise completa do desenvolvimento de um projeto, notando as especificidades socioculturais, políticas e económicas de cada cidade ou população.

Por outro lado, o desenvolvimento de cada iniciativa é, em grande medida, condicionado pelo seu processo de governança, entendido aqui como a maneira como os atores envolvidos no projeto interagem entre si e com o exterior e, ainda, a vários níveis, no sentido de desenvolver e gerir a iniciativa (Van der Jagt b) et al., 2017). Considerando que uma iniciativa é bem-sucedida na medida em que os seus benefícios são maximizados, torna-se pertinente analisar e avaliar os processos de governança na AU tendo como orientação o desenvolvimento, por um lado, de políticas mais adaptadas às diversas realidades de AU e, por outro, o fomento de mecanismos que melhorem e potenciem as interações entre os vários *stakeholders*.

Referem-se, de seguida, três contributos do presente trabalho para o aprofundar da questão da Agricultura Urbana em Portugal. Por um lado, procura desenvolver e aplicar uma metodologia de avaliação dos processos participativos de implantação e gestão de Hortas Urbanas. Por outro, aquele desenvolvimento/aplicação de metodologia é feito a partir de um estudo de caso concreto já em funcionamento. Ou seja, procede-se a uma avaliação *expost*. Por fim, pretende contribuir para a compreensão e operacionalização de modelos de funcionamento e de gestão de Hortas Urbanas (HU) adaptadas aos respetivos contextos. É de sublinhar que a relevância deste último aspeto é tanto maior quando é ainda escassa a literatura académica que se tem debruçado sobre a relação entre a organização e o funcionamento das HU, e as características e dinâmicas do contexto onde as mesmas se localizam, quer em Portugal, quer no âmbito da questão das HU em geral.

Capítulo 1 — Enquadramento teórico-metodológico

Face ao objetivo e hipótese de investigação, especificadas no ponto introdutório, o presente Capítulo tem por finalidade contextualizar a Agricultura Urbana (AU) nas suas principais dimensões e dar a conhecer os quadros teórico-metodológico que guiaram a recolha de informação empírica do presente trabalho. O Capítulo está organizado em três partes. A primeira, com objetivos introdutórios às questões da AU e das Hortas Urbanas (HU), está organizada em quatro pontos. No primeiro contextualiza-se, de forma breve, a AU e as HU, ao qual se segue uma descrição sucinta dos percursos históricos da AU/HU. No ponto três dão-se a conhecer algumas das vantagens e desvantagens destas últimas e, por fim (ponto quatro), descrevem-se as principais tipologias de HU. Na segunda parte do Capítulo, com o objetivo de clarificar o quadro teórico-conceptual adotado neste trabalho, introduz-se a noção de governança e ilustra-se, com alguns trabalhos que a têm aplicado no estudo do funcionamento de HU, o potencial heurístico da mesma. Na terceira e última parte do Capítulo, dá-se a conhecer o método de investigação adotado.

1.1 A Agricultura Urbana

1.1.1 Hortas urbanas e agricultura urbana: uma breve contextualização

A insustentabilidade do sistema agroalimentar industrial, dominante à escala global, vem sendo evidenciada por uma vasta literatura científica. Os debates em torno da (in)segurança e qualidade alimentar, da degradação da qualidade dos recursos naturais, da redução da biodiversidade e da emissão de gases com efeito de estufa (com origem naquele sistema) são ilustrativos da sua insustentabilidade ambiental e económica (Change, 2015). Para além do exposto, há a acrescentar a insustentabilidade social daquele sistema alimentar, ilustrada pelas dificuldades em “satisfazer”, de forma justa e equilibrada, as necessidades nutritivas humanas. Com efeito, nos países desenvolvidos, a obesidade quase triplicou desde 1975 (WHO, 2018), o que contrasta com o elevado número de pessoas afetadas pela fome nos países em vias de desenvolvimento, que passou de 777 milhões em 2015 para 815 milhões em 2016, após um decréscimo que durou aproximadamente uma década (FAO, 2017).

A par do exposto, prevê-se, nas próximas décadas, a crescente migração da população rural para os centros urbanos, a qual será também acompanhada por um acentuado aumento demográfico. De acordo com McEldowney (2017), a população mundial atingirá os 10 mil milhões de habitantes em 2050, antecipando-se, deste modo, a necessidade de um aumento na produção de alimentos na ordem dos 50% à escala mundial (FAO, 2017). Os factos e os números antes referidos evidenciam a necessidade de repensar o atual sistema agroalimentar global, de forma a garantir o acesso “seguro” e igualitário a uma alimentação saudável, preservando, ao mesmo tempo, a qualidade ambiental e dos recursos naturais.

Perante os desafios da emergência climática, torna-se urgente mitigar os efeitos negativos das alterações climáticas com origem num modelo agrícola que privilegia a produtividade sem olhar às consequências e num sistema alimentar assente na industrialização dos alimentos. Neste âmbito, importa, desde já, procurar modalidades que operacionalizem a transição para modos de produção agrícola mais “amigos do

ambiente” e padrões de consumo mais sustentáveis, quer do ponto de vista económico, quer ambiental quer, ainda, social. Porém, esta transição não pode pôr em causa o crescimento económico dos países em desenvolvimento. Nas palavras de Stern (2009), o combate à pobreza daqueles que pouca ou nenhuma responsabilidade têm no aquecimento global não pode ficar comprometido.

A par das questões ambientais e sociais relacionadas com os sistemas alimentares, há que considerar o paradigma social atual nas grandes cidades. A cultura do individualismo e a aceleração dos processos quotidianos contribuíram para a crescente atomização dos indivíduos residentes nos grandes centros urbanos, sobretudo no ocidente. É, pois, no cenário que vimos expondo, onde emergem vários desafios e contradições, que a AU vem ganhando importância crescente, nas décadas mais recentes, quer nas sociedades ocidentais, quer nas em desenvolvimento.

Esta importância crescente e conseqüente procura de modalidades de transição para sistemas agroalimentares alternativos ao atual sistema agroalimentar industrial prende-se, entre outros aspetos, com a crescente consciencialização das sociedades sobre, por exemplo, a importância dos bons hábitos alimentares na saúde, os malefícios ambientais e na saúde pública resultantes da utilização excessiva de agroquímicos e a incoerência do desperdício alimentar — estima-se que 28% da área agrícola global é utilizada anualmente para produzir alimentos que não são consumidos (FAO, 2017). A contribuir para este processo de transição está o facto de “a alimentação ser [considerada como] um bom ponto de partida para a mudança social devido à sua centralidade nas nossas vidas e à capacidade de nos ligar, material e espiritualmente, ao próximo e à natureza” (Kloppenburger e Lezberg, 1996: 93). A mudança de paradigma alimentar deve ser, então, entendida como sendo da responsabilidade de todos, nomeadamente: governos e instituições — públicas e privadas — que devem pautar as respetivas agendas no sentido da sustentabilidade, e também das populações que devem participar civicamente na mudança, através de melhores práticas de consumo e exercendo pressão sobre o poder económico e político, em nome do bem comum.

1.1.2 Agricultura urbana: Percursos históricos

De acordo com a literatura científica, o início da AU é identificado com os primeiros *allotment gardens*¹. Este tipo de HU surgiu em meados do séc. XIX, na Europa e nos EUA estando, deste modo, intimamente “articulado” com a Revolução Industrial. A explicar esta “articulação” está o processo de industrialização — a criação das próprias cidades como as conhecemos hoje foi, ela própria, um efeito da industrialização. Assim, as grandes fábricas atraíram para os crescentes centros urbanos um grande número de pessoas de forma a assegurar o seu funcionamento e expansão, o que conduziu aos processos de êxodo agrícola e rural. Num primeiro momento, a necessidade de alimentar aquela força de trabalho, sem aumento de salários ou redução

¹ Nos primórdios da AU, os chamados *allotment gardens* eram espaços onde se cultivava a terra individualmente, estando o espaço dividido em pequenos talhões, ou colectivamente. Nesta última situação, o terreno era cultivado por todos os hortelões (Birky e Strom, 2013).

do horário laboral, levou a que alguns proprietários industriais disponibilizassem parcelas de terreno nas imediações das fábricas ou locais de residência dos trabalhadores, a fim destes últimos produzirem os respetivos alimentos (Birky e Strom, 2013).

Para além das mudanças sociais estruturais acima identificadas, as hortas urbanas tiveram igualmente importância em momentos históricos marcados por acentuadas crises económicas, nomeadamente, durante as duas Grandes Guerras Mundiais, quando os cidadãos, isentos do serviço militar, foram encorajados a contribuir para os esforços da guerra através da produção de alimentos. Para tal, os governos locais disponibilizavam talhões de terreno e sementes, e organizavam campanhas que apelavam ao patriotismo. Para além do referido, a Grande Depressão nos EUA foi também um momento de grave crise económica onde o cultivo de HU assumiu uma função relevante no abastecimento alimentar do elevado número de pessoas desempregadas (Mok *et al.*, 2014; Pudup, 2008).

A relevância das funções económicas asseguradas pelas HU, acima descritas, está também presente em várias sociedades não ocidentais. Por exemplo, a crise energética registada em Cuba, após o colapso da União Soviética, gerou graves problemas de insegurança alimentar. Na falta de combustível para transportar os alimentos do campo para a cidade, assistiu-se a uma das maiores mobilizações da história daquele país, no sentido de criar soluções locais de abastecimento alimentar. Foi neste contexto, que as iniciativas de AU se multiplicaram rapidamente. Volvida uma década, cerca de 60% dos vegetais cultivados em Cuba provinham da AU. Presentemente, Havana é reconhecida como uma referência para a AU e para a agricultura biológica (Premat, 2005).

A partir da segunda metade do séc. XX, a AU evoluiu na forma de *allotment gardening* e hortas comunitárias. Em particular nas sociedades ocidentais, estas modalidades de AU passam a ser impulsionadas por propósitos, sobretudo, sociais e de lazer e não tanto económicos ou de subsistência (Rich *et al.*, 2016). A estes objetivos junta-se ainda a necessidade de acautelar a redução/eliminação de espaços verdes urbanos, o desaparecimento do sentido de comunidade e, ainda, a fraca qualidade dos alimentos (Buijs *et al.*, 2016) Na Alemanha temos o extraordinário exemplo dos *Schrebergärten* que surgiram no fim do século XIX em Leipzig impulsionados pela ideia de que o contacto com a natureza e o exercício físico são essenciais no desenvolvimento saudável das crianças, defendida pelo médico pedagogo Moritz Schreber. Atualmente, a associação nacional de *Schrebergärten* conta com cerca de 1 milhão de inscritos espalhados por mais de 140 000 núcleos em toda a Alemanha (Groening, 1996). Perante a ameaça de uma cidade cada vez mais distante da vida rural, onde as pessoas passam a maior parte do seu tempo em fábricas com ambientes muitas vezes tóxicos, as hortas urbanas traziam um pouco da vida saudável do campo à cidade.

Mais concretamente, a AU surge, atualmente e em certos contextos, como uma alternativa aos espaços verdes urbanos tradicionais (jardins e parques), estando, em alguns casos, associada a negócios inovadores, abrindo, por isso, caminho a um novo sector da economia verde (Lorleberg, 2016). Também na vertente social têm surgido projetos de AU direcionados, por exemplo, para pessoas com necessidades especiais cuja “recuperação” se vai processando através do contacto das mesmas com a Natureza. Os Jardins de Cocagne em França, o de Schultenhof em Dortmund, La Cordata (especializados em pessoas com deficiências) ou a cooperativa social Cascina Bollate em Milão (McEldowney, 2017) são exemplos daqueles

tipos de projetos. Também em Portugal há a assinalar o recente projeto de reintegração social através da produção de hortícolas no Estabelecimento Prisional de Tires.

No caso europeu, o grau de “enraizamento” da AU em cada país é bastante diferente, apesar da sua presença se fazer notar em todos os países constituintes. Por exemplo, em Edimburgo e Estocolmo os *allotment gardens* estiveram bem mais presentes nos finais do séc. XIX e início do séc. XX do que presentemente. Por sua vez, Liubliana alcançou o recorde do número de HU só no final do séc. XX. Na Alemanha temos o extraordinário exemplo dos *Schrebergärten* que surgiram no fim do século XIX em Leipzig, impulsionados pela ideia de que o contacto com a natureza e o exercício físico são essenciais no desenvolvimento saudável das crianças, defendida pelo médico pedagogo Moritz Schreber. Apesar de este tipo de jardins/ hortas terem surgido como resposta à ameaça de uma vida citadina cada vez mais distante dos prazeres e benefícios do campo, o número de pessoas que alugam estes espaços nunca parou de aumentar. Atualmente, a associação nacional de *Schrebergärten* conta com cerca de 1 milhão de inscritos espalhados por mais de 140 000 núcleos em toda a Alemanha. De facto, em certas cidades a AU está, historicamente, mais presente nos hábitos e costumes da sociedade. Por exemplo, em Lisboa, as hortas espontâneas que ocupam as bermas das estradas e autoestradas constroem uma paisagem comum e geralmente aceite. Por fim, há também uma grande distinção entre os vários países europeus relativamente ao grau de participação da sociedade civil no planeamento de iniciativas *bottom-up*² de AU (Buijs *et al.*, 2016). A explicar estas diferenças estão distintas trajetórias históricas e modelos culturais.

1.1.3 Agricultura urbana: Funções, impactes e desafios

Enquanto nos países em desenvolvimento é comum associar a prática da AU, sobretudo, a necessidades de subsistência, através do autoconsumo e/ou venda dos produtos, já nos países desenvolvidos, a AU tende a ser associada a processos de (re)aproximação dos habitantes citadinos com a Natureza, sendo a componente do lazer uma questão central (Golden, 2013). Porém, embora as diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, os “pontos de vista” identificados não são mais do que dois discursos generalistas. Por outras palavras, independentemente do nível de desenvolvimento do país em causa, o estudo da AU exige uma abordagem mais complexa que deve considerar o contexto não só económico, mas também sociocultural e institucional do espaço/território em que se insere. A natureza multifacetada da AU e sua diversidade de funções justifica a relevância do acabado de enunciar.

De seguida, enumeram-se e comentam-se vários benefícios potenciais da AU, bem como as principais limitações do exercício desta atividade.

² Uma iniciativa *bottom-up* caracteriza-se pela sua natureza não-hierárquica. Neste caso refere-se a iniciativas desenvolvidas por cidadãos sem posições relevantes de poder, que participam ativamente na tomada de decisão para a construção da iniciativa (Sabatier, 1996).

1.1.3.1 Segurança alimentar

São várias as definições de segurança alimentar³, uma vez que esta é uma noção multidimensional e também “flexível”, isto é, ainda não “fixada” quer pela literatura científica, quer por documentos oficiais de entidades internacionais. Neste trabalho é adotada a definição da *Food and Agriculture Organization*, a saber: diz-se que existe segurança alimentar quando “todos os indivíduos têm, em qualquer circunstância, acesso físico, social e económico a alimentos saudáveis e nutritivos que satisfazem as respetivas necessidades e preferências de dieta para uma vida ativa e saudável” (FAO, 1996: 1).

São também diversos os fatores que “põem em risco” a segurança alimentar. Por um lado, um sistema alimentar baseado em grandes distâncias de transporte dos alimentos das zonas rurais para a cidade, como é o caso do sistema alimentar agroindustrial, é altamente vulnerável a crises económicas e ambientais, como demonstrou a crise económica de 2008 (Moragues *et al.*, 2013). Um relatório europeu sobre os impactes daquela crise dá a conhecer que, em 22 países europeus, o número de pessoas dependentes da ajuda alimentar aumentou, em média, 75% entre 2009 e 2012 (McEldowney, 2017).

Por outro lado, a crescente dimensão territorial das cidades modernas também exerce uma enorme pressão na produção agrícola. Prevendo-se que a área de terras aráveis não possa aumentar mais de 12%, relativamente ao presente, ressalta a importância de serem procuradas soluções que passam pela implementação de sistemas alimentares territorializados (por oposição ao sistema alimentar dominante e desterritorializado), isto é, sistemas alimentares “enraizados/incrustados” à escala local. Para além do referido, é também de sublinhar que as estratégias de segurança alimentar baseadas em bacias alimentares territorializadas têm associados menores impactes ambientais negativos, comparativamente ao sistema alimentar global, uma vez que se desenvolvem a partir de sistemas de produção locais. Para além da menor distância física entre a produção (a exploração agrícola) e o consumo (o prato), os sistemas de produção de proximidade tendem a ser, e são, em larga medida, menos intensivos, quando comparados com o modelo produtivista agrícola que suporta o modelo agroalimentar global (Miccoli, Finucci e Munro, 2016).

Num Mundo em que as desigualdades socioeconómicas se têm acentuado nas últimas três décadas (Eurostat, 2017), são muitas as famílias afetadas pela insegurança alimentar: em 2015, 8,5% da população europeia declarou não conseguir pagar uma refeição de carne, peixe ou o equivalente em macrobiótico a cada dois dias (Eurostat, 2018). Nesses casos, a AU possibilita o acesso a alimentos frescos e saudáveis por parte dos cidadãos mais carenciados, contribuindo igualmente para uma melhor saúde física e mental (Miccoli, Finucci e Munro, 2016).

A este propósito é de recordar o exemplo dos *food deserts* nos EUA e a importância dos movimentos de cidadãos na criação de espaços de cultivo nessas zonas, ou territórios, localizados em múltiplas cidades dos EUA, onde o acesso à alimentação saudável era (e é) difícil e restrito e, nalgumas situações, mesmo impossível. Designadas pela literatura científica por “desertos alimentares” (*food deserts*)⁴, estas zonas/territórios são, regra

³ Segurança alimentar corresponde, na terminologia anglo-saxónica, a “food security”.

⁴ De sublinhar que os “Food Deserts” não são exclusivos dos EUA. Contudo, esta realidade está bem documentada pela literatura científica, sobretudo, nos EUA (Mok *et al.*, 2014).

geral, habitadas por populações que não têm (ou têm de forma mitigada) acesso a alimentos frescos e nutritivos por falta de: i) acesso a meios de transporte privado e/ou público para se poderem deslocar aos locais onde os mesmos são comercializados, e/ou ii) recursos financeiros para comprar tais tipos de alimentos, e/ou iii) conhecimentos sobre alimentação saudável (Mok *et al.*, 2014)⁵.

Com efeito, embora a pobreza tenda a ser (erradamente) associada às sociedades em desenvolvimento, é de notar que em 2009, 43.6 milhões de cidadãos americanos viviam abaixo do limiar de pobreza (DeNavas-Walt, Proctor e Smith, 2011) e, mesmo quando a falta de dinheiro não era/é um constrangimento, a comida saudável nem sempre estava/está acessível. Do exposto, ressalta o facto que comer saudável é dispendioso, como, aliás, um estudo da Universidade de Cambridge comprova. De acordo com este, comer saudável custa o triplo do preço, isto é, para idênticos “equilíbrios nutritivos e qualidade [dos produtos]: 1000 calorias de alimentos qualificados de saudáveis custam €9,40 *versus* €3,20 de 1000 calorias de alimentos da cadeia agroindustrial” (Fabrique Territoires Santé, 2018: 13). É evidente que tais números reportam-se a uma realidade específica – casos em que não existe a possibilidade de cultivar os seus próprios alimentos. A fim de ultrapassar ou, pelo menos, minorar as consequências negativas dos “desertos alimentares”, os mercados de produtores locais e os programas de Hortas Comunitárias vêm, progressivamente, ganhando expressão nos EUA. Assim, enquanto os primeiros aumentaram quase 50% desde 1994, os segundos passaram de 1.700 iniciativas em 2005, para mais de 12.500 em 2007 (Mok *et al.*, 2014). É, pois, através deste tipo de iniciativas que a insegurança alimentar também pode e vem sendo combatida. Por outras palavras, ao mesmo tempo que se cultivam alimentos frescos e saudáveis e se facilita o respetivo acesso, constrói-se uma comunidade mais forte e um ambiente mais saudável.

1.1.3.2 Economia

Os benefícios económicos da AU estão bem ilustrados na literatura científica, ainda que nem sempre de forma quantificada. Assim, para além do importante contributo para as famílias através da produção para autoconsumo e/ou da venda direta dos produtos em tempos de crise como são, por exemplo, situações de desemprego (McEldowney, 2017), há ainda a assinalar a criação de postos de trabalho através de certas tipologias de AU. Outras tipologias e projetos de AU são também importantes para o desenvolvimento de competências específicas como, por exemplo, as relacionadas com a jardinagem e o empreendedorismo social.

Embora ainda escassos, alguns estudos procuraram quantificar o impacte económico da AU. A este propósito é aqui de referir o trabalho de Reyes-García *et al.* (2012) sobre hortas privadas, localizadas nas residências. De acordo com os autores, o resultado económico bruto de uma horta (com uma média de 433m² de área produtiva) foi estimado em cerca de 1 691 €/ano/hortelão. Ou seja, praticamente o equivalente a três salários mínimos em Portugal (580€/mês, em 2018). Outros trabalhos têm-se centrado no potencial da AU para alimentar populações citadinas, baseando-se no valor económico de terrenos públicos desocupados. Um destes

⁵ De notar que esta é uma entre muitas definições de “*Food Deserts*”. Para outras definições e origens do termo ver, por exemplo, Budzynska, *et al.*(2013).

trabalhos, realizado na cidade de Detroit, concluiu que cerca de um terço das necessidades de consumo alimentar dos seus residentes poderia ser suprida através da AU (McClintock *et al.*, 2013).

Por fim, importa referir que, recentemente, em determinadas áreas urbanas onde a prática da AU vem sendo associada a um estilo de vida ecológico e localizadas nas designadas “cidades verdes”, vem-se assistindo a um aumento do preço do imobiliário, a um maior incentivo ao investimento e à atração de turismo (Walker, 2015; Voicu e Been, 2008), o que poderá ser um aspeto positivo e negativo ao mesmo tempo.

1.1.3.3 Sociedade

Do ponto de vista societal, a AU contribui para minorar uma panóplia de problemas sociais contemporâneos, como de seguida se ilustra. O trabalho nas hortas promove o exercício físico, reúne as pessoas em torno da Natureza, fomenta a adoção de hábitos/rotinas saudáveis e contribui para a coesão social (Pudup, 2008). São, portanto, várias as funções sociais da AU, estando umas mais presentes que outras, dependendo do formato do projeto e do contexto social, político e económico onde é praticada. Deste modo, a AU pode assumir fins recreativos e de lazer, contribuir para a educação cívica e ambiental e, ainda, combater problemas de saúde ou de exclusão social (McEldowney, 2017).

Vários estudos sublinham ainda o papel das HU no combate à obesidade, na criação de comunidades mais coesas, na transmissão de valores como a diversidade, igualdade e tolerância e, também, no empoderamento de grupos-alvo de discriminação (Strunck e Richardson, 2017; Pudup, 2008; Hynes e Howe, 2004; Saldivar-Tanaka e Krasny, 2004). Em suma, as HU constituem, em muitos casos, espaços que transcendem o simples cultivo de vegetais, frutas e flores. São espaços de encontro, de partilha e de aprendizagem onde se exercita o corpo e a cidadania individual e coletiva.

1.1.3.4 Ambiente

Os benefícios ambientais da AU são diversos e estão bem identificados pela literatura científica. Entre eles está o contributo para o aumento da biodiversidade local e a reciclagem de nutrientes (Buijs *et al.*, 2016; Krasny *et al.* 2014; Reyes-García *et al.*, 2012; Beilin e Hunter, 2011), o papel benéfico da vegetação na “filtragem” de gases poluentes, a atenuação do efeito de ilha de calor urbano e o aumento do sequestro de carbono (Buijs *et al.*, 2016; Pearson *et al.*, 2010). É ainda referido o contributo das HU para a retenção e absorção das águas de escoamento, a criação de habitats para as abelhas (Santo *et al.*, 2016, Buijs *et al.*, 2016; Beilin e Hunter, 2012) e, também, para a reciclagem de resíduos orgânicos (através da compostagem). Refere-se ainda o potencial das HU para encurtar as cadeias alimentares, aspeto essencial de um sistema alimentar sustentável (Buijs *et al.*, 2016; Veen, 2015; Pudup, 2008).

Gómez-Baggethun e Barton (2013), num estudo sobre os serviços dos ecossistemas na cidade, revelam ainda o contributo dos espaços verdes, incluindo as hortas urbanas, na redução da poluição sonora. O mesmo estudo alerta para a necessidade de se contabilizar economicamente aqueles serviços nas áreas urbanas, dando o exemplo da poupança em arrefecimento que a vegetação pode trazer.

1.1.3.5 Principais limitações da AU

A terminar este ponto são de referir algumas limitações que certos projetos de AU poderão encontrar, dependendo do contexto socioeconómico e político onde se inserem. Do ponto de vista económico, a valorização do preço do imobiliário que circunda uma HU poderá resultar na expulsão dos residentes com menos possibilidades económicas, contribuindo, assim, para o aumento da “gentrificação” como, aliás, já se vem registando nalgumas “cidades verdes”. Por vezes, a competição por terra com outras atividades (por exemplo, a construção civil) pode também ser um fator grave de instabilidade, sobretudo se as HU não estiverem protegidas por um contrato legal de cedência de terra. Por outro lado, projetos de AU que dependam fortemente de fundos públicos ou donativos correm o risco de encerrar, caso alguma dessas ajudas finalize ou se reduza (McEldowney, 2017).

Do ponto de vista ambiental, a atividade agrícola dentro da cidade deve, numa ótica de mitigação das alterações climáticas, procurar soluções de produção que não exijam maior dispêndio de energia (Santo *et al.*, 2016). Por fim, a contaminação dos terrenos por resíduos poluentes é, naturalmente, uma limitação ao exercício daquela atividade (McEldowney, 2017).

1.1.4 Agricultura urbana: Definições e tipologias

1.1.4.1 Agricultura urbana: Definições

As definições de AU diferem consoante a época e os contextos onde a sua prática se exerce. Na impossibilidade de defini-la quantitativamente, diferentes definições qualitativas priorizam diferentes dimensões, objetivos ou funções (McEldowney, 2017). Para melhor compreender o conceito, Mougeot (2000) identifica os critérios (ou variáveis) que, em conjunto, podem ser utilizados e, deste modo, estão subjacentes às definições de Agricultura Urbana. Estes critérios são: o tipo de atividade económica, categoria e subcategoria dos produtos (alimentar e não-alimentar), localização (intraurbana ou periurbana), tipo de espaço onde é praticada, sistema de produção e, ainda, o destino e a escala da produção.

Traçando algumas das diferenças entre a Agricultura Rural e a AU é de referir que, em relação ao tipo de atividade económica, a produção agrícola urbana é mais descentralizada, comparativamente à praticada no mundo rural, estando a produção e venda mais próximas em tempo e no espaço. Em termos económicos prevalecem, no caso da AU, economias de aglomeração, por oposição às economias de escala, típicas das praticadas no rural (Mougeot, 2000). Também os produtos cultivados são, na maioria dos casos de AU, produtos alimentares para consumo humano ou animal, tendo pouco peso outros produtos para fins ornamentais ou agroindustriais (por exemplo: lã, tabaco, ...).

Uma vez que todos os critérios (ou variáveis) aqui enumerados, exceto o da localização, podem igualmente entrar na definição de Agricultura Rural, os mesmos revelam-se insuficientes para a construção de uma definição “identitária” de AU (Mougeot, 2000). Posto isto, Mougeot (2000) considera que a principal

característica que distingue a AU da Agricultura Rural é a sua integração no sistema económico e ecológico da cidade. Também, de certo modo, partilhando idêntico “ponto de vista”, Richter (1995) refere que mais importante do que a sua localização é o facto de a AU interagir com o ecossistema urbano.

No presente estudo, adota-se a definição de AU de Mougeot, a saber: "A Agricultura Urbana é uma atividade localizada dentro, ou nos limites de uma cidade, que produz, processa e distribui uma diversidade de alimentos e produtos não alimentares, fazendo largo uso de recursos humanos e materiais, produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área urbana e, em troca, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços à área urbana" (2005: 1). A justificar esta adoção está o facto de esta definição se coadunar com o objetivo do presente estudo, dado que faz referência à multitudine de recursos humanos, produtos (alimentares e não-alimentares) e serviços utilizados e gerados pela atividade, expressando bem a ideia de “interação com o ecossistema urbano”. Neste sentido, os serviços prestados pela AU à sociedade ultrapassam a produção alimentar, incluindo fins sociais que vão desde a promoção da atividade física, da entreajuda e da partilha de conhecimento à transmissão de valores de igualdade e diversidade, fins esses que serão retratados, mais à frente, no estudo de caso do presente trabalho.

1.1.4.2 Agricultura urbana: Tipologias

De seguida, a atenção centra-se nos vários tipos de AU. Para tal, seguem-se, de perto, sobretudo, os trabalhos de Opitz *et al.* (2015) e de Lohrberg *et al.* (2016) que definem, na nossa opinião, de forma mais abrangente, os tipos de AU e HU mais comuns nas sociedades ocidentais. Ambos se baseiam num vasto conjunto de artigos científicos que sustentam e fundamentam as definições e complementam-se em diversos pontos. Desta forma, a tipologia de AU e HU abaixo apresentada faz sentido no contexto do “*global north*”, podendo diferir mediante o país e a região estudada.

Hortas comunitárias

As hortas comunitárias (HC) são “iniciativas organizadas por certos grupos tendo em vista a produção de alimentos e flores para o bem individual ou coletivo dos respetivos membros” (Opitz *et al.*, 2015: 343). Regra geral, os indivíduos organizados em HC participam nos processos de tomada de decisão relativos a vários aspetos do funcionamento e gestão das mesmas e partilham recursos como o espaço, a água e os instrumentos de cultivo. Ainda assim, estas últimas “podem tomar diversas formas, especialmente no que concerne ao financiamento, à posse do terreno e aos propósitos” (Opitz *et al.*, 2015: 343). As HC são espaços coletivos onde o cultivo de vegetais é tão importante como o convívio e o desenvolvimento de um forte sentido de comunidade. Seguindo uma lógica de sustentabilidade, é comum serem aí organizadas atividades educativas e culturais que envolvam a comunidade em torno de questões relacionadas com o ambiente e a alimentação. O modo de produção é, na grande maioria dos casos, o biológico (Lohrberg *et al.*, 2016).

Allotment gardens

Segundo Lohrberg *et al.* (2016), um *allotment garden* é, no contexto europeu, uma área subdividida em pequenos talhões para uso individual dos habitantes locais. Estas hortas surgem, geralmente, de iniciativas dos municípios que reconvertem terrenos públicos (do município) para uso agrícola. É uma forma de AU reconhecida legalmente, principalmente no caso da Europa, sendo, na maioria dos casos, gerida por associações com estruturas hierárquicas bem definidas (Opitz *et al.*, 2015). As hortas urbanas inseridas no Parque Hortícola da cidade de Lisboa são exemplos de *allotment gardens*.

Hortas ou Jardins educativos

As hortas ou jardins educativos são caracterizados pela sua componente pedagógica. Aqui, os alunos/participantes encontram uma oportunidade para aprender, na prática, as técnicas de cultivo da terra e alargar a sua perceção sobre o sistema alimentar agroindustrial, ganhando, deste modo, maior consciência das implicações ambientais, sociais e económicas do mesmo. Nestes espaços, integrados em escolas ou resultantes de projetos de âmbito social/ambiental, o pensamento crítico é nutrido com o objetivo de abrir portas a práticas mais “amigas” do ambiente e da sociedade como um todo. Tais iniciativas partem geralmente do interesse dos professores e de outros agentes envolvidos na causa, beneficiando muito do apoio das estruturas de governação locais (Lohrberg *et al.*, 2016).

Hortas ou Jardins terapêuticos

Nas hortas ou jardins terapêuticos os efeitos curativos com origem nas práticas da jardinagem e da horticultura são canalizados para o tratamento de vários tipos de doenças, como por exemplo, as do foro psiquiátrico, autismo, Alzheimer, paralisia cerebral e toxicod dependência, entre outras. Nestes espaços, a componente contemplativa é central e a componente agrícola — actividades/práticas de produção — assume, geralmente, um papel secundário (Lohrberg *et al.*, 2016).

Hortas de quintal

São hortas (ou jardins/quintais) de propriedade privada associados à produção residencial de alimentos. Nos EUA e nalguns casos europeus começam a surgir iniciativas de hortas privadas partilhadas, do género das hortas comunitárias (Opitz *et al.*, 2015; Lovell, 2010).

A terminar este ponto é importante salientar que os vários tipos de AU, antes enumeradas, não têm limites rígidos, podendo, por exemplo, um *allotment garden* ser designado de horta comunitária num contexto diferente. Também a natureza de cada projeto de AU pode assumir formas que incluam diversas categorias, convertendo-se numa tipologia híbrida (Brown e Carter, 2002). De recordar, por fim, que as definições aqui apresentadas estão de acordo com a literatura científica e tiveram por objetivo ilustrar a diversidade de modalidades de AU/HU.

1.2 Governança

Esta segunda parte do presente Capítulo está organizada em três pontos, a saber: definição de governança, a importância da noção de governança para a compreensão do funcionamento da AU, e procedimentos a adotar na operacionalização da noção de governança no estudo de caso. A noção de governança assume, portanto, um lugar central. A justificá-lo está o facto de aquela constituir a base para a validação da hipótese de estudo da presente dissertação a qual é, recorde-se: até que ponto e como os fatores relacionados com a governança promoveram ou inibiram os potenciais benefícios da Horta Associativa da Adroana (HAA).

1.2.1 Definição de governança

Neste ponto introduz-se a noção de governança, com referência a alguns aspetos que ajudam a compreender a importância que a mesma vem assumindo na literatura científica.

Governança é uma noção ampla e ainda não “fixada”, como o debate sobre os entendimentos da mesma ilustra. Podendo ser, à primeira vista, entendida como os modos e processos de governar, “governança” tem atualmente um significado mais completo que resulta de mudanças paradigmáticas no contexto político de governação. Assim, no seu sentido mais amplo, “governança” refere-se aos modos e processos de governar, “governo” às instituições e agentes encarregues de governar, e “governar” ao próprio ato de governar (Jessop, 1998; Stoker, 1998). No entanto, o significado de governança é mais complexo, tendo evoluído como resultado de “crises paradigmáticas nas ciências sociais durante as décadas de 70 e 80 ligadas à falta de capacidade das mesmas para explicar o mundo real” (Jessop, 1998: 31), em parte resultante do facto de “o Estado se ter tornado demasiado grande para problemas pequenos e demasiado pequeno para problemas grandes” (Kazancigil, 1998: 70). Por outras palavras, a adoção da perspectiva de governança tem como principal argumento o facto do “governo tradicional de carácter vertical, pesada burocracia e forte intervencionismo não estar adaptado à rápida mudança dos contextos económico, social e cultural” (Kazancigil, 1998: 70).

De seguida descrevem-se aspetos relevantes que ajudam a explicar e ilustram a incapacidade explicativa do “mundo real” pelos conceitos “estabelecidos” das ciências sociais e a conseqüente necessidade de formalização de “novas” noções, no caso concreto a de governança.

De acordo com a literatura científica, aquela necessidade decorre, entre outros aspetos, das alterações resultantes da progressiva implantação da ideologia neoliberal⁶, da qual resultam políticas que priorizam o crescimento económico e relegam para segundo plano o assegurar do aprovisionamento de serviços coletivos (*collective services*) que até aí eram assegurados pelo Estado. Um destes serviços é, por exemplo, o do planeamento e gestão de muitos espaços públicos urbanos que, regra geral, eram da responsabilidade dos governos locais (Van der Jagt b) *et al.*, 2017), numa lógica em que o dinheiro pago pelos contribuintes através dos impostos era, por exemplo e no caso em apreço, reinvestido na criação e manutenção de espaços verdes

⁶ O neoliberalismo é uma filosofia política e económica que afirma a primazia do mercado na satisfação das necessidades humanas e de bem-estar, e redireciona o Estado no sentido de facilitar os mecanismos do mercado (Harvey, 2005).

urbanos. Como Rosol (2014) refere, nas últimas décadas tem-se assistido ao fenómeno de “neoliberalização das cidades”, ou seja, à implementação da ideologia neoliberal no planeamento urbano.

É no contexto daquele paradigma político-económico, marcado por fortes cortes de despesa pública com a manutenção de espaços comuns, entre outros aspetos, que a AU surge, em muitos territórios urbanos: i) como alternativa à degradação daqueles espaços (Van der Jagt b), 2017), e ii) exemplo prático da governança participativa⁷ dos espaços verdes. Neste cenário, a gestão destes últimos é, agora, delegada, por exemplo, a grupos não-governamentais que, deste modo, os passam a gerir numa perspetiva coletiva e de acordo com as necessidades e desejos da população utilizadora. É nesta lógica que se enquadram muitos projetos de HU (Fox-Kämper *et al.* 2018). Ao referido, acresce o facto do individualismo, e consequente isolamento experienciado por muitos cidadãos, aliado a uma crescente preocupação com as questões da sustentabilidade ambiental e alimentar que, como já referido, contribuirá também para a popularidade da AU, praticada em formatos *bottom-up* onde os participantes da sociedade civil podem encontrar um espaço público, onde se discutem ideias e se criam laços, constituindo, ao mesmo tempo, uma maneira de se ligarem à Natureza sem saírem da cidade.

Em suma, os projetos de AU são um bom campo de estudo da aplicação da perspetiva da governança porque, ainda que em diferentes escalas e formatos, o envolvimento das comunidades locais compensa/substitui a ausência do Estado no cumprimento dos seus habituais deveres (Rosol, 2014).

Retomando a noção de governança enumeram-se, de seguida, alguma das dimensões-chave que lhe estão subjacentes. Stoker identifica governança com “a criação de estilos governativos em que os limites entre os sectores público e privado se tornam esbatidos” (Stoker, 1998: 17). Segundo este autor (Stoker, 1998) são cinco as proposições que, em conjunto, ajudam a compreender melhor a estrutura da noção de governança, a saber:

1. *A governança reconhece a complexa rede de instituições e atores desenhados ou criados pelo governo e exteriores ao governo.* Ou seja, numa perspetiva de governança, a ideia do poder centralizado do governo e da responsabilidade assente nos ministérios é limitada e enganadora. Neste sentido, a complexidade do processo governativo é reconhecida, bem como o crescente envolvimento dos setores privados e de voluntariado nos serviços prestados à sociedade e na tomada de decisão estratégica.
2. *A perspetiva de governança não só reconhece a maior complexidade do sistema governativo, como alerta para uma mudança de responsabilidades, um recuo do governo no sentido de transferir responsabilidades para o sector privado (incluindo ONGs, associações e voluntariado) e, em último caso, para o cidadão.* Ou seja, a mudança na responsabilidade expressa-se institucionalmente na diluição das fronteiras entre o público e o privado e sustenta-se no terceiro sector — grupos de voluntariado, Organizações Não-Governamentais (ONGs), empresas e associações que, conjuntamente, formam a “economia social”, cujo objetivo comum é combater os problemas sociais, eliminando a necessidade de

⁷ A “governança participativa” dos espaços verdes pode ser definida como “modelos em que os cidadãos, empresários, ONGs e outros grupos não-governamentais desenvolvem e gerem redes de espaços urbanos a diferentes níveis, com ou sem o envolvimento das autoridades locais” (Buizer *et al.*, 2015: 8).

recorrer aos recursos estatais formais. Assim, certos grupos deixam de exercer apenas uma influência na tomada de decisão para começarem a tomar as próprias decisões.

3. *A governança reconhece a dependência de poder nas relações entre entidades envolvidas na ação comum.* Esta dependência de poder implica que as entidades comprometidas numa ação coletiva estão dependentes de outras entidades e que, de modo a atingir os objetivos estabelecidos, as organizações têm de trocar recursos e negociar propósitos comuns. O resultado da troca é determinado, não só pelos recursos de cada envolvido, mas também pelas “regras do jogo” e pelo contexto. Ou seja, a governança, na ótica de governança, é sempre um processo interativo visto que não há um único ator, público ou privado, que tenha o conhecimento e capacidade em recursos para resolver unilateralmente os problemas.
4. *A governança implica redes de agentes (atores) autónomos que se autogovernam.* Deste modo, atores e instituições ganham a capacidade de atuar em coordenação, alocando recursos, capacidades e propósitos numa coligação de longo-termo: um regime. Se tiverem sucesso, assumem um papel de liderança na sua comunidade, estabelecendo um monopólio de tomada de decisão.
5. *A governança reconhece que a capacidade do governo para atuar não se resume ao seu poder autoritário, estendendo-se, assim, a uma capacidade para orientar.* De acordo com esta proposição, as tarefas do governo num sistema de governança são as seguintes: (de)composição e coordenação; colaboração e orientação; integração e regulação. A primeira tarefa envolve definir uma situação, identificar as partes interessadas (*stakeholders*) e desenvolver ligações eficazes entre as últimas, a segunda tarefa assenta em influenciar e guiar as relações no sentido dos resultados desejados, e a terceira consiste em pensar e atuar para além dos subsistemas individuais, evitando efeitos secundários indesejáveis, e estabelecendo mecanismos para uma coordenação eficaz.

A lógica da governança prende-se, assim, com a criação de ligações interpessoais e interorganizacionais para a concretização de objetivos comuns resultantes do encontro de interesses próprios. A auto-organização, a negociação e a coordenação interorganizacional são conceitos que devem estar sempre presentes numa ótica de governança, bem como a orientação intersistémica. Ainda segundo Jessop (1998), após os vários *stakeholders* entrarem em negociação para a realização de uma ação ou produto comum, a coordenação positiva entra em jogo, consistindo no estabelecimento de tarefas coletivas que têm como base uma coincidência de interesses — percecionada ou construída —, e no controlo partilhado dos recursos necessários à produção de um produto ou ação benéfico para todos.

Para além do exposto, importa esclarecer que a participação cívica não parte do “convite” do governo ao maior envolvimento dos seus cidadãos no sentido de ajudar o governo a encontrar soluções, sendo antes algo que surge da iniciativa dos cidadãos para resolver problemas em áreas onde o governo tem-se mostrado inativo ou demonstrado falhanço (Van der Steen, 2014; Rosol, 2014).

1.2.2 A governança na agricultura urbana: Alguns exemplos

Com base em resultados de vários trabalhos, este ponto procura ilustrar o contributo da noção de governança e a importância do contexto, nas suas várias dimensões, no estudo do funcionamento de projetos de AU.

O contributo da operacionalização da noção de governança para a compreensão do funcionamento da AU, tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento, tem sido enfatizado por vários estudos. Com efeito, a criação e gestão de parte significativa de HU, sobretudo hortas comunitárias, têm subjacentes processos “bottom-up”, uma vez que são, regra geral, projetos iniciados por indivíduos e/ou organizações não-governamentais num processo participativo (Rich *et al.*, 2016), com uma lógica de “learning-by-doing” em que se partilham *recursos* (e.g. financiamento, terra, conhecimentos) com origem em distintos tipos de *atores* (isto é, os vários *stakeholders* e coligações/parcerias que estes estabelecem entre si), se estabelecem as *regras do jogo* e se formam *discursos* próprios da experiência única vivida por cada participante. Estes elementos (*atores, recursos, regras do jogo e discursos*) fazem parte de um *framework* (ou estrutura) de análise da governança que iremos especificar mais adiante, no ponto 1.2.3.

São várias as modalidades de governança observadas em projetos de AU, das quais se destacam: i) a constituição de parcerias, por exemplo, entre uma empresa e uma universidade, ii) a vontade de uma comunidade de vizinhos em partilhar um espaço para o cultivo de alimentos, ou, ainda, iii) a intervenção de vários tipos de associações para, por exemplo, cultivarem um terreno desocupado (Buijs *et al.*, 2016). Compreende-se, assim, que cada iniciativa de AU está inserida num determinado contexto que condiciona os atores envolvidos, as regras do jogo estabelecidas, os discursos e os recursos existentes. Em suma e como a literatura científica enfatiza, a heterogeneidade dos projetos de AU revela que não há uma única modalidade, ou formato, de governança válido, sendo que cada iniciativa é singular e tem especificidades que condicionam, inevitavelmente, a adoção de uma dada modalidade de governança.

Contudo, num estudo sobre soluções inovadoras de governança em AU, Van der Jagt *et al.* (2017) alegam que o sucesso encontra-se, na maioria dos casos, em soluções onde atores governamentais e não-governamentais, que atuam em diferentes escalas, se encontram e todas as partes estão recetivas a novas ideias e soluções e, ao procederem deste modo, estão preparados para trocar e abdicar de posições de poder hierárquico. Numa tentativa de identificar padrões de sucesso em iniciativas de AU em termos de governança, alguns trabalhos reuniram os resultados de “estudos de caso” sobre processos de governança em AU e destacaram um conjunto de fatores facilitadores e limitantes do desenvolvimento e sucesso dos projetos nas suas diferentes fases (Van der Jagt *et al.*, 2017; Fox-Kämper *et al.*, 2017; Buijs *et al.*, 2016).

Assim, Fox-Kämper *et al.* (2017) identificam, como fatores de sucesso, a existência de um contrato que assegure a utilização do terreno de cultivo durante um determinado espaço de tempo, a garantia de financiamento, um apoio contínuo por parte da comunidade e de certos membros específicos no sentido de motivar os hortelões, o incentivo à participação e orientação destes últimos e, ainda, o envolvimento de profissionais remunerados e/ou em regime de voluntariado. Como fatores limitantes ao sucesso, os mesmos

autores destacam a insegurança da posse da terra, a incapacidade de inspirar, motivar e incentivar o envolvimento da comunidade local e a falta de um apoio a longo termo por parte do governo local.

Outros autores sublinham como elemento essencial de sucesso, o envolvimento de pessoas capacitadas com conhecimentos necessários para “preparar o terreno para o cultivo por parte dos cidadãos” (Buijs *et al.*, 2016: 70), ou seja, o envolvimento de indivíduos que facilitem e promovam a participação da comunidade e de cada indivíduo de forma a tomarem a responsabilidade do controlo do projeto. Outros estudos revelam que o sucesso está associado a modelos de gestão flexível, com reuniões regulares abertas a todos os participantes e a existência de um comité de membros que facilitem o diálogo com os hortelões, de modo a incluir todos os *stakeholders* na tomada de decisão. O sucesso também pode residir no envolvimento de *stakeholders* que não participam direta e ativamente no projeto (Van der Jagt *et al.*, 2017; Buijs *et al.*, 2016). Consultar a comunidade antes da tomada de decisão cria a “oportunidade de compatibilizar as atividades com os interesses e realidades socioeconómicas da população local” (Buijs *et al.*, 2016: 71). Em vários casos, a população que irá utilizar a HU acaba por participar ativamente na implementação de ideias resultantes do diálogo comum. Para além do diálogo interno, é importante que os responsáveis pela gestão do projeto se informem de projetos similares, de forma a aprenderem com as experiências de outros (Buijs *et al.*, 2016). Também parece ser crucial, aquando da conceção do projeto, esclarecer e orientar os planos, regras e objetivos do mesmo, a fim de prevenir e mitigar conflitos (Buijs *et al.*, 2016).

Por fim, a capacidade de adaptação das iniciativas de AU ao contexto local é um outro fator considerado como crucial pela literatura científica. Esta capacidade manifesta-se no acautelar de vários aspetos e tem vários tipos de consequências, como de seguida se ilustram. Conhecer a história local de utilização da terra, a identidade do espaço e as circunstâncias socioeconómicas da população permite criar soluções mais adaptadas e, por isso, mais sustentáveis e bem-sucedidas. Por exemplo, no caso de Lisboa, a rede de Hortas Sociais foi concebida tendo em conta o passado agrícola das comunidades. Nestes casos, os participantes têm acesso a água potável, podem vender as colheitas e pagam uma renda simbólica. Desta forma, sendo que o intuito era apoiar uma população com problemas económicos e em risco de exclusão social, as Hortas Sociais de Lisboa são um exemplo de AU social e economicamente integrada (Buijs *et al.*, 2016).

Após a fase de conceção e implementação de uma iniciativa de AU, surge o desafio, por vezes ainda maior, de manter o projeto após o entusiasmo inicial se esbater. Neste âmbito, Buijs *et al.* identificaram duas estratégias presentes nos seis estudos de caso que estudaram, a saber: i) “construir e manter uma rede de suporte” e ii) “um certo grau de flexibilidade no lidar com os participantes e outros *stakeholders*” (Buijs *et al.*, 2016: 72). O primeiro ponto refere-se a todas as “atividades levadas a cabo para envolver e cativar as estruturas de governança e ligações com outros participantes, população local, especialistas e outras partes, atuando no interesse de, ou promovendo, a AU” (Buijs *et al.*, 2016: 72). Relativamente ao segundo ponto, os estudos de caso revelam que as atividades nas HU e as interações entre participantes devem acontecer de uma forma natural e informal. Eventos obrigatórios e excessivas obrigações podem afastar os participantes e comprometer o bom desenvolvimento do projeto (Buijs *et al.*, 2016).

1.2.2.1 A importância do contexto e das suas dimensões

Trabalhos recentes vêm criticando a maneira simplista e “acriticamente positiva” como a AU vem sendo avaliada, quer pelos meios académicos, quer pelos de comunicação social onde as iniciativas de AU são, regra geral, identificadas como indiscutivelmente positivas e, enquanto tal, incentivado o desenvolvimento de novos projetos de AU, independentemente do formato, objetivos e impactes das mesmas (Prové *et al.*, 2016). A ilustrar o referido estão estudos que, por exemplo, alertam para o papel da AU no incentivo de processos de gentrificação (McClintock, Miewald e McCann, 2018) e no perpetuar das desigualdades sociais (Gazillo, 2017; Jettner, 2017). Ou seja, aquele otimismo conduz, com frequência, a que muitos estudos de iniciativas de AU subalternizem não só a importância do contexto, mas também a multiplicidade de contextos políticos, sociais e económicos onde aquelas se inserem e, deste modo, lhes conferem riqueza e especificidades próprias.

Como se sabe, as iniciativas de AU promovidas pelos governos locais não são alheias às filosofias políticas e económicas dos atores sociais que os representam. Estas filosofias, ao refletirem-se no entendimento que aqueles atores atribuem ao papel da AU na sociedade estão, conseqüentemente, subjacentes ao desenho das políticas e estratégias locais de AU. Contudo, dadas as diferenças existentes nos hábitos de participação cívica dos vários grupos sociais, que se refletem nos processos de governança que suportam as iniciativas de AU, aquelas políticas e estratégias poderão não ser as mais adequadas, quer às necessidades reais dos referidos grupos, quer aos entendimentos, ou significados, que os mesmos atribuem ao seu envolvimento naquelas iniciativas.

As características socioeconómicas e demográficas do contexto são outras dimensões relevantes a considerar na análise do funcionamento de iniciativas de AU. Por exemplo, estudos sobre hortas comunitárias nos EUA (Pearsall *et al.*, 2017; Strunk e Richardson, 2017), evidenciam que a existência de hortelões com diferentes origens étnicas confere àquelas uma diversidade e riqueza baseadas quer nas culturas e técnicas agrícolas adotadas, quer no “desenho” estético, quer ainda na organização das mesmas. Estas particularidades, ao constituírem marcas identitárias que, portanto, distinguem estas HU das cultivadas por grupos sociais originários das sociedades ocidentais, são, por vezes, também origem de conflitos. No entanto, como aqueles autores sublinham, estas situações tendem a ser boas oportunidades para a aprendizagem da tolerância e aceitação da “diferença” por parte dos residentes originários locais e criação de um espaço onde se cultivam, não só alimentos, mas também identidades e valores sociais. Da perspectiva da governança não faz sentido tentar impor as culturas “autóctones” a populações migrantes que procuram alimentos adequados às respetivas culturas e um espaço onde se podem reencontrar com as suas origens. Outros estudos evidenciam a relevância de se avaliar até que ponto determinados tipos de comunidades mais “frágeis”, do ponto de vista socioeconómico, se constituem em atores nos processos de implementação e de tomada de decisão relativos ao funcionamento de HU, e respetivas conseqüências. Por exemplo, Jettner (2017) mostra a importância de, em determinados tipos de territórios, nomeadamente onde o cultivo de alimentos assume um papel crucial na segurança alimentar dos residentes, como nos designados por *food deserts*, as comunidades mais pobres de, por exemplo, afro e latino-americanos serem, desde logo, incluídos no processo de criação dos projetos de

agricultura urbana. A não salvaguarda destes aspetos pode conduzir à apropriação daquelas HU por grupos de “middle-class white”⁸ com outras motivações e em detrimento dos benefícios que as mesmas poderiam trazer aos grupos sociais mais desfavorecidos.

1.2.3 Operacionalização da noção de governança

Na análise do estudo de caso deste trabalho — a Horta Associativa da Adroana (HAA) —, adota-se a definição ampla de governança fixada por Stoker, “estilos governativos em que os limites entre os sectores público e privado se tornam esbatidos” (Stoker, 1998: 17), e a definição mais precisa de Van der Jagt a) *et al.* (2017). De acordo com estes autores, “os modelos de governança são constelações de atores que, influenciados por um contexto institucional, discursos e recursos, organizam-se de determinadas formas para lidar com o conteúdo de um certo domínio político, tal como a Agricultura Urbana” (Van der Jagt a) *et al.*, 2017: 266). Adota-se ainda a sugestão destes últimos autores, concretamente, a abordagem designada por *Policy Arrangement Approach* (Arts *et al.*, 2006), considerada como um instrumento útil para o estudo sistemático dos processos de governança.

De seguida, dão-se a conhecer alguns aspetos da *Policy Arrangement Approach* e dos modelos antes referidos.

Na análise dos processos de governança, o *Policy Arrangement Approach* distingue quatro dimensões: atores, regras do jogo, discurso e recursos. Os atores são todos os indivíduos envolvidos, divididos pelos grupos que representam. As regras do jogo descrevem o contexto institucional das iniciativas, bem como os regulamentos internos e “regras de conduta” (e.g. regras acordadas verbalmente entre os intervenientes). Os discursos referem-se às perspetivas e narrativas de cada ator envolvido em termos de normas, valores, motivações, objetivos, dificuldades encontradas e soluções propostas. Por fim, os recursos correspondem aos bens materiais e imateriais que cada ator ou conjunto de atores possui, bem como os bens necessários à concretização dos objetivos do projeto.

⁸ “Middle-class white” é uma expressão que identifica a classe social de pessoas caucasianas com uma tonalidade de pele clara e de classe média.

1.3 Método de Investigação

O método de investigação adotado na presente dissertação é o método qualitativo de estudo de caso, ou simplesmente “estudo de caso”. São várias as definições desta metodologia científica. Assim, para alguns autores, aquela metodologia constitui uma “abordagem da investigação que facilita a exploração de um fenómeno dentro de um contexto específico usando uma variedade de fontes de dados” (Baxter e Jack, 2008). Deste modo, permite ainda a exploração de um dado problema, ou questão, segundo diversos pontos de vista, o que possibilita a revelação e entendimento de diversas facetas do mesmo. Já para Simons (2009), o “estudo de caso é uma profunda exploração através de várias perspetivas da complexidade e singularidade de um projeto, política, instituição, programa ou sistema em particular em contexto de ‘vida real’” (Simons, 2009: 21).

No presente trabalho será adotada a definição de Robert Yin (2003) dado que nos orienta em termos de procedimentos ou etapas metodológicas. Segundo este autor, o método de investigação “estudo de caso” deve ser implementado quando: a) se pretende responder às questões centrais “como?” e “porquê?”; b) o investigador não consegue controlar os eventos ocorridos no caso; ou c) se pretende analisar fatores contextuais porque se acredita que sejam importantes para o fenómeno a ser estudado.

O “estudo de caso” permite o recurso a diferentes tipos de variáveis (quantitativas e qualitativas), diversas fontes de evidência e proposições teóricas que guiam a recolha e análise de informação (empírica e secundária). Na presente dissertação, o estudo de caso analisado é do tipo “explicativo”, uma vez que pretende explicar as relações causais nas intervenções da vida real que são demasiado complexas para uma estratégia experimental de investigação (Yin, 2003).

A informação ou dados necessários à elaboração da dissertação serão, assim, recolhidos através de entrevistas semiabertas a uma amostra representativa dos hortelões da HAA entrevistas abertas aos técnicos da Cascais Ambiente (CA) e da Divisão de Intervenção Social (DIS) que atua no bairro da Adroana (BA) e observação participada no terreno.

Parte da informação empírica foi ainda recolhida através de um processo de interação entre a investigadora e a comunidade da HAA, no qual a investigadora organizou dois eventos que envolveram os três *stakeholders* do projecto “Horta Associativa da Adroana”: hortelões, técnicos da CA e técnicos da DIS.

Capítulo 2 – Agricultura Urbana em Cascais e a Horta Associativa da Adroana: um Estudo de Caso

O presente capítulo divide-se em duas partes. A primeira tem por objetivo dar a conhecer as etapas mais relevantes do processo de implementação da agricultura urbana no concelho de Cascais, de onde sobressaem as primeiras HC. Na descrição daquele processo inclui-se o reconhecimento e análise da agricultura urbana já praticada no concelho, por parte dos responsáveis da Câmara Municipal de Cascais (CMC), as motivações destes últimos para a implementação das primeiras HC e, ainda, as dinâmicas de participação da população durante todo o processo.

A segunda parte do capítulo centra-se na análise pormenorizada da informação empírica recolhida referente ao estudo de caso desta dissertação: a Horta Associativa da Adroana (HAA). Subjacente e a orientar esta análise está o modelo de Arts *et al.*, (2006) – o *Policy Arrangement Approach* – e o modelo de Ambrose-Oji *et al.* (2011) apresentados no Capítulo 1, no sentido de obter respostas à hipótese de investigação formulada na presente dissertação.

2.1 A Agricultura Urbana em Cascais

No sentido de melhor compreender o contexto no qual surgiu o projeto da HAA, importa descrever brevemente a história da agricultura urbana em Cascais, definindo os seus principais aspetos políticos e organizacionais.

2.1.1 Das hortas espontâneas às primeiras hortas comunitárias

As primeiras hortas comunitárias de Cascais foram desenvolvidas pela CMC, e surgiram no âmbito da Agenda 21 Local⁹. Esta iniciativa ocorre em 2007, no contexto da proposta designada por “Proposta de Plano de Ação para Implementação de Hortas Comunitárias, Pedagógicas e Promoção da Horticultura em Cascais” (CMC, 2007). Esta Proposta foi elaborada por uma equipa da CMC, então mobilizada para desenvolver ações no âmbito da Agenda Cascais 21, e tinha como grande objetivo criar hortas comunitárias e pedagógicas, bem como converter as hortas espontâneas, já existentes, em hortas legais.

⁹ A Agenda 21 Local (A21L) é um programa das Nações Unidas, cujo conceito surgiu na Cimeira da Terra realizada no Rio de Janeiro em 1992, no âmbito do cumprimento dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Amado, 2012). Neste contexto, foi definida pelo *International Council for Local Environmental Initiatives* (ICLEI) como sendo “um processo participativo que envolve vários agentes (*stakeholders*) para atingir os objetivos da Agenda 21 a nível local, através da preparação e implementação de um plano estratégico de longo prazo dirigido às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável” (ICLEI, 2002: 6). Cascais foi o segundo concelho do país a integrar a Agenda 21 Local, em 1997 (Amado, 2012).

Aquela Proposta teve como base uma extensa caracterização socioeconómica da população do concelho, em particular a dos residentes que já cultivavam hortícolas em terrenos baldios ou expectantes (hortas espontâneas). Teve ainda a preocupação de garantir que as hortas a implementar fossem construídas em solos que, de algum modo, tivessem aptidão agrícola sem, naturalmente, pôr em causa os normativos e condicionantes decorrentes, quer da aplicação das políticas territoriais e ambientais em vigor, quer da Estrutura Ecológica Municipal, do Plano Diretor Municipal (PDM), Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN). Para além dos aspetos enumerados, a elaboração da “Proposta de Plano de Ação para Implementação de Hortas Comunitárias, Pedagógicas e Promoção da Horticultura em Cascais” também contemplou o objetivo de implementar e gerir as novas hortas urbanas a partir, e com base, num processo participativo, ou seja, numa perspetiva de governança na qual vários parceiros interagem, partilhando responsabilidades no sentido de alcançar os objetivos. Neste âmbito foram, desde logo, identificados e caracterizados os atores sociais potenciais intervenientes no processo de implementação das hortas urbanas (CMC, 2007).

Na Proposta a que vimos fazendo referência foram ainda identificados os organismos da CMC com maior potencial para integrar a implementação da mesma. Estes organismos foram: o Departamento de Habitação e Desenvolvimento Sócio-Territorial, em cooperação com a Empresa Municipal de Gestão do Parque Habitacional de Cascais, o Departamento de Ambiente da CMC, a Empresa Municipal de Ambiente de Cascais (EMAC) e, ainda, a Agência Cascais Natura. A entidade Saneamento Da Costa Do Estoril (SANEST) foi ainda identificada como uma entidade importante para avaliar o impacto da atividade na qualidade da água das ribeiras. Por fim, coube à equipa da Agenda Cascais 21 ocupar-se da coordenação das atividades e da gestão das parcerias com as restantes entidades (CMC, 2007).

De seguida, descrevem-se as principais etapas do processo de implementação da agricultura urbana no concelho de Cascais, realizadas no âmbito da “Proposta de Plano de Ação para Implementação de Hortas Comunitárias, Pedagógicas e Promoção da Horticultura em Cascais”. A Fig. 1 contém o diagrama de ação para a implementação de hortas comunitárias e pedagógicas (CMC, 2007).

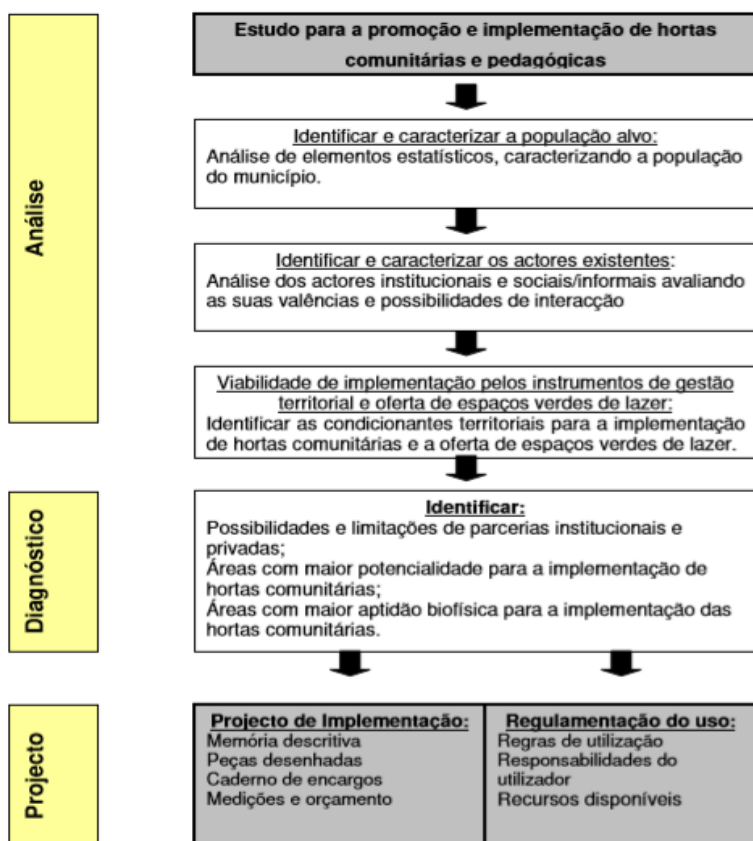


Figura 13 - Diagrama de ação para a implementação de hortas comunitárias e pedagógicas.

Fonte: Câmara Municipal de Cascais, 2007.

Como antes sugerido, os objetivos principais da Proposta eram promover a “horticultura enquanto atividade de lazer, intimamente ligada ao ambiente e recursos”; converter, mediante a exequibilidade de cada caso, as hortas espontâneas já existentes em hortas legais, integrando-as paisagística e ambientalmente no território; e, sobretudo, responder aos pedidos da população relativos à criação de hortas urbanas (CMC, 2007: 97). Neste âmbito, a Agenda Cascais 21, através da sua forte componente de incentivo à participação cívica, promoveu a participação de Associações de Moradores e grupos de pessoas do concelho no processo de tomada de decisão para a criação de novos espaços verdes urbanos. Foi no âmbito deste processo que surgiram pedidos para construção de Hortas Comunitárias (HC) por parte de grupos, mais ou menos organizados, de munícipes.

A fim de garantir que a gestão e o funcionamento das hortas a implementar fossem concretizados numa perspetiva de governança, a equipa da CMC procedeu ainda à identificação das várias associações de cariz social e desportivo localizadas no concelho. Estas associações foram consideradas entidades com um elevado “potencial para colaboração com as entidades municipais para desenvolver as atividades de horticultura propostas”, dada a sua proximidade com a população (CMC, 2007: 89).

Da totalidade das hortas espontâneas identificadas no concelho, foram selecionadas aquelas cujas características possibilitavam a reconversão para hortas urbanas legais.

Apesar de um dos objetivos da Proposta apresentada ser a conversão de hortas espontâneas já existentes em HC, surgiram vários impedimentos e novas prioridades que influenciaram a escolha dos locais para

a implementação das primeiras HC. Com efeito, as hortas espontâneas estavam, na sua maioria, localizadas em terrenos privados e, entre aquelas que ocupavam terrenos municipais, a sua conversão para hortas urbanas legalizadas estava condicionada por questões inerentes à gestão do património (entrevista a João Dinis¹⁰). Para além do exposto, o principal propósito da Agenda Cascais 21 era envolver a população na tomada de decisão (entrevista a André Miguel¹¹), o que ditou que as primeiras hortas fossem construídas nos locais onde já existiam pedidos para a sua construção.

É neste contexto que, em 2009, surge a primeira HC localizada no Alto dos Gaios. A respetiva formalização decorreu de um pedido da Associação de Moradores do Alto dos Gaios para a criação de um espaço verde na localidade, enquadrado na estrutura verde já existente, e que integrasse uma HC (entrevista a André Miguel). A esta seguiu-se a HC de Outeiro de Polima. Construída em 2010, resultou da reabilitação de um espaço pela Agência Municipal Cascais Natura (Abreu, 2012). Uma vez mais, esta horta resultou do envolvimento e da vontade expressa da população local.

Segundo André Miguel, responsável pelo atual programa Terras de Cascais, a articulação próxima entre a população e a Autarquia constituiu um dos fatores que marcaram a diferença entre o programa de Agricultura Urbana em Cascais e a generalidade do que acontecia no resto do país. Nas palavras do próprio, *“Foi sempre um processo de uma ligação muito próxima com a população [e a Autarquia] porque essa era a maneira de ver das coisas que a Agenda Cascais 21 trouxe de diferente, e que não era muito a prática. No panorama nacional, e até no concelho, não havia essa prática. Havia uma relação muito mais distante e hierarquizada e a Agenda Cascais veio trazer uma ligação muito próxima com a população (...) O Bosque dos Gaios nasce de sessões de participação. Foi a população, em sessões próprias, que decidiu o que queria fazer naquele espaço e foi a população que pediu a horta, que pediu a torre de observação de aves, que pediu um circuito de manutenção, que pediu um lago. O parque de Outeiro de Polima também envolve sessões de participação com a população, uma ligação muito próxima com a população”*.

A terceira HC foi construída no Bairro de S. João da Rebelva, em Carcavelos, no ano de 2010. Neste caso, a horta surgiu de um projeto de reabilitação de terrenos, localizados nas imediações dos prédios, parcialmente ocupados com hortas espontâneas.

A estes projetos pioneiros seguiram-se muitos outros, e de variados tipos. Para além das HC, a CMC abraçou o programa de Hortas Pedagógicas nas escolas, sendo que já existiam algumas hortas deste tipo desenvolvidas, em anos anteriores, por diferentes entidades. Mais tarde, em 2016 surge a primeira Vinha Comunitária e o primeiro Pomar Comunitário do concelho, ambos integrados no programa *Hortas de Cascais* que

¹⁰ João Dinis foi o autor da Proposta “Proposta de Plano de Ação para Implementação de Hortas Comunitárias, Pedagógicas e Promoção da Horticultura em Cascais”, no âmbito da Agenda 21 Cascais, em 2007.

¹¹ André Miguel é o responsável pela gestão das hortas urbanas no concelho. Entrou para a CMC ainda no âmbito da Agenda 21 Cascais e dirige, agora, já na CA, uma equipa de cinco pessoas que estão encarregadas da gestão de todas as hortas urbanas do concelho.

tinha, entretanto, sido transferido para a estrutura da Empresa Municipal do Ambiente de Cascais (EMAC), mais conhecida por Cascais Ambiente (CA), em 2015 (entrevista a Teresa Ribeiro¹²).

Segundo João Dinis, responsável pela elaboração da “Proposta de Plano de Ação para Implementação de Hortas Comunitárias, Pedagógicas e Promoção da Horticultura em Cascais” e implementação das primeiras HC, os três principais objetivos das Hortas Comunitárias eram: *“Implementar hortas comunitárias como espaços verdes qualificados para o usufruto urbano. Ou seja, tornar as hortas urbanas como um equipamento qualificado, replicar, e qualificar as pessoas”*.

De acordo com André Miguel, o gabinete da Agenda Cascais 21 teve por objetivo *“trabalhar um projeto que conseguia albergar os três eixos da sustentabilidade: a questão ambiental, social e económica”*. As HC seriam, então, segundo as suas palavras, *“locais de convívio intergeracional, (...) de qualidade, afastados da ideia de hortas espontâneas, (...), que tivessem qualidade e que fossem espaços de contacto entre a população”*.

2.1.2 Desenvolvimento do projeto

Durante todo o processo de desenvolvimento do modelo de HC, a equipa da Agenda Cascais 21 procurou fundamentar as suas escolhas através de uma pesquisa/ *benchmarking* dos modelos já existentes em Portugal e na Europa. Foi a partir dessa pesquisa que elaboraram uma série de normas de “Boas Práticas” que guiaram o desenho arquitetónico de cada projeto, a definição das “regras do jogo”, ou seja, a definição dos deveres e direitos de cada *stakeholder* e a própria elaboração do modelo de gestão do programa *Hortas de Cascais* (entrevista a João Dinis).

Definiram-se, por exemplo, algumas normas para a arquitetura do espaço da HC, tais como: i) o modelo de HC com 30 parcelas de 30m² cada, um modelo “inspirado” nas hortas comunitárias da LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto, no Porto (entrevista a André Miguel); ii) vedações baixas que permitissem a qualquer pessoa que está a passar pela horta, observá-la, sem qualquer barreira ao olhar; e iii) a existência de espaços comuns de convívio, como forma de promover momentos de lazer entre hortelões e visitantes.

Segundo André Miguel, as duas características do modelo de HC da CMC que mais determinaram o sucesso do projeto foram *“a altura das vedações e a lista de espera”*. A altura das vedações porque, de acordo com o mesmo, *“uma vedação baixa permite o contacto direto. Ninguém fala por entre grades. Olha-se, vive-se, fala-se diretamente. Eu ponho os meus braços e estou a falar com a pessoa frente a frente (...)”*. A outra característica remete para o carácter indiferenciado das listas de espera para aceder a uma parcela da horta. Isto é, quando um munícipe se inscreve, não escolhe em que HC quer ter a sua parcela. Assim, quando há uma vaga e uma

¹² Teresa Ribeiro é a arquiteta paisagista da CA responsável pelos projetos arquitetónicos de desenho desenvolvidos dentro da empresa municipal. Para além de todos os projetos de hortas urbanas que já realizou, foi uma das principais dinamizadoras da Horta Associativa da Adroana, tendo orientado todo o processo de criação da HAA da parte da CA.

parcela é atribuída, o município é escolhido tendo em conta a sua posição na lista de espera e a sua localização (residência) em relação à HC onde se encontra a parcela vaga. De acordo com André Miguel, este sistema permite orientar a construção de novas hortas para os locais onde há mais pedidos, dando a possibilidade a todos os municípios de concorrerem a uma parcela.

Tendo em conta o exposto, é de referir que o programa inicialmente intitulado *Hortas de Cascais*, é hoje denominado *Terras de Cascais* por abranger um alargado número e variedade de espaços hortícolas no concelho. Para além da gestão destes espaços, a equipa responsável pelo programa assume ainda a formação de 12 horas em horticultura biológica, de participação obrigatória para todos os hortelões. Presentemente, o programa tem a seu cargo 24 HC, duas hortas associativas, três vinhas comunitárias, dois pomares comunitários, 52 hortas nas escolas, 13 hortas localizadas em centros de dia e uma horta no estabelecimento prisional de Tires. A lista de espera tem vindo sempre a aumentar desde o início do programa, tendo, presentemente, 1500 pessoas inscritas.

2.1.2.1 Processos de participação da população

Percebe-se agora que as primeiras HCs do concelho de Cascais foram impulsionadas, em grande parte, pela vontade da população de cultivar hortícolas de forma regularizada e que esta vontade contribuiu para impulsionar e reforçar o próprio processo participativo. Porém, até que ponto, e como, a participação dos municípios também se traduzia/refletia em dinâmicas de interação entre os hortelões que partilhavam a mesma horta?

A criação de espírito comunitário e coesão social sempre foi visto pela equipa das Hortas de Cascais como um dos principais objetivos da Proposta de Plano de Ação acima descrita. Para além das características da arquitetura do espaço das HCs terem sido definidas nesse sentido, a equipa tomou a decisão estratégica de não impor qualquer mensalidade ou anuidade aos hortelões pela utilização do espaço. Assim, a gratuidade da utilização do espaço pretendia (e pretende) servir de incentivo ou justificação à responsabilização dos utilizadores na manutenção dos espaços comuns da horta e, deste modo, promover uma maior interação e organização entre todos. No entanto, essa desejada manutenção do espaço comum da horta, por parte dos hortelões, acontece raramente e com alguma dificuldade. De seguida, referem-se algumas notas explicativas desta evidência.

Por um lado, embora seja transmitido aos utilizadores das hortas, durante a respetiva formação em horticultura biológica, que estes têm o dever de manter os abrigos, vedações e todos os espaços comuns em bom estado, tendo, para isso, que se organizar em equipa no sentido de proceder a todos os trabalhos de manutenção necessários, o facto é que estas “obrigações” não se encontram explicitadas no atual Regulamento das *Terras de Cascais*. Perante a experiência passada, a redação, em curso, do novo Regulamento, já inclui a obrigatoriedade da manutenção do espaço por parte dos hortelões. Teresa Ribeiro, a arquiteta paisagista da Cascais Ambiente (CA) responsável pelos projetos de hortas, afirma que *“no novo regulamento, nós fizemos isso claramente e dissemos claramente que estas hortas não pagam taxa, as pessoas usam um terreno que é municipal, sem pagar uma taxa de utilização desse terreno, mas tem lá claramente as contrapartidas que eles têm que dar, e diz mesmo que a manutenção dos espaços comuns da horta são feitas pelos hortelões e (...) tem*

os equipamentos de uso comum que são as torneiras, os abrigos, os compostores e tem os espaços estruturantes de uso comum que são os caminhos, as vedações, os portões, e tudo isso é de manutenção comum” (entrevista a Teresa Ribeiro: 4).

Segundo André Miguel, nem sempre é fácil criar um “sentido de pertença” e responsabilidade pelo espaço comum. O mesmo refere que *“para eles [os hortelões], pagarem 30 euros por ano era o melhor que lhes podia acontecer. Porque era... ‘eu pago trinta euros por ano, tenho aqui a minha parcelazinha, não tenho de me chatear com nada e, se há alguma coisa, eu vou pedir responsabilidades porque eu pago para ter a minha parcela e, portanto, eles vão ter de resolver isto, e têm que limpar, e têm que reparar a torneira, e têm de fazer ...”* (entrevista da André Miguel: 7). Ainda, de acordo com o mesmo, *“o processo de começar a responsabilizá-los cada vez mais na utilização do espaço e na manutenção do espaço é um processo que vai acontecendo ao longo do tempo. Instintivamente, a reação da pessoa é sempre pôr para o lado da Câmara como sendo um serviço que a Câmara lhe está a prestar. A Câmara, como prestadora de serviços, que lhe tem de prestar aquele serviço.”* (entrevista a André Miguel: 6). Uma solução encontrada para trabalhar esta dificuldade foi promover ações coletivas de manutenção do espaço. Concretamente, a equipa das Hortas de Cascais marca um dia para elaborar uma determinada tarefa (nomeadamente, aplicação de óleo de linhaça nos abrigos, construção de compostores ou reparação das vedações) no sentido de reunir todos os hortelões e orientá-los na concretização da tarefa.

Para André Miguel, é essencial que todos os hortelões entendam que a HC é um espaço público cuja utilização é vedada a um conjunto muito pequeno de pessoas. Em troca, há que assumir alguma responsabilidade pela manutenção desse mesmo espaço, aliviando os encargos que a CMC tem com o mesmo (entrevista a André Miguel).

No seguimento desta linha de pensamento, surgiu a ideia de nomear um “tutor da horta” por cada HC. Segundo Teresa Ribeiro, *“o tutor da horta seria o nosso interlocutor preferencial e seria a pessoa através da qual nós transmitíamos as notícias, os pedidos, as informações. Ele, depois, transfere-as para todos os utilizadores da horta. Obviamente hoje em dia temos 24 hortas. Assim, é possível reunir 24 tutores, mas não é possível reunir os 500 hortelões. Por este raciocínio faria todo o sentido chamar 24 pessoas para uma reunião e decidir uma série de coisas com eles. Só que isto, acho que ainda não está a funcionar idealmente. Ficámos um bocadinho ainda entre pelo como é que gostávamos que fosse e como é na realidade. Falta isto ser mais claro.”* (entrevista a Teresa Ribeiro: 4).

As opiniões relativas à existência, ou não, de um pagamento por parte dos hortelões divergem dentro da equipa *Terras de Cascais*. Alguns técnicos são da opinião que responsabilizar os hortelões pode passar por exigir-lhes uma pequena quantia mensal ou anual que, no fim, sirva para cobrir os custos associados à manutenção da horta. Segundo Rui Peixoto, chefe da divisão dos espaços verdes urbanos, *“se for um euro cada um (de pagamento), se for 12 euros por ano, por horta são 240 euros ou 300 euros por ano, e tu com 300 euros já compras os pregos todos, o Bondex e dizes ‘olhem está aqui, isto foi o que vocês pagaram. Agora força, façam’. Não é ficares com o dinheiro. Não é nada disso. É responsabilizá-los. Se não é: ‘pá eu não pago aqui nada, os outros também não pagam nada, é pá deixa andar”* (entrevista a Rui Peixoto¹³: 5).

¹³ Rui Peixoto é o diretor da Divisão de Espaços Verdes Urbanos da CA.

Das entrevistas realizadas aos responsáveis pelo programa *Terras de Cascais*, o maior desafio encontrado na gestão das HC parece ser, precisamente, o da participação e envolvimento dos hortelões na sua responsabilização pela manutenção do espaço e criação de um verdadeiro sentido de comunidade (entrevistas a Teresa Ribeiro, André Miguel e Rui Peixoto).

Neste âmbito, a abordagem da equipa da CA continua a ser a de alimentar uma relação de proximidade e de confiança entre os técnicos da equipa e os hortelões. Na opinião de Teresa Ribeiro, há que *“trabalhar mais ainda esta coisa da coesão e da confiança, quase da camaradagem, entre quem está aqui na CA, a fiscalizar as hortas, e quem tem as hortas. Tem que haver aqui um espírito muito de proximidade para que isso se consiga [concretizar]. Não é com regras muito rígidas e com muitas que vamos lá. É mesmo com conversa, com boa vontade, com espírito de ajuda. Acho que, por exemplo, os verdes solidários¹⁴ são um passo que ajuda um bocadinho nisso, porque as pessoas começam a perceber que são afortunadas por produzirem legumes e começam a perceber que até podem doar esses legumes a outros que precisam e isto, na cabeça das pessoas ..., eu acho que as faz refletir um bocadinho.”* (entrevista a Teresa Ribeiro: 6).

Apesar das vantagens das HC de Cascais já terem sido evidenciadas por estudos anteriormente elaborados (Abreu, 2012; Lisboa, 2016; Barata, 2017), a visão de que os benefícios trazidos pelas HC dependem diretamente do modelo de gestão, regras e contexto específico de cada caso, defendido em estudos como Prové *et al.* (2016) e Tornaghi (2014), é aqui comprovada pelo acima exposto.

Parece-nos ser compreensível, dadas as circunstâncias de, na maior parte das situações, os hortelões terem poucos, ou nulos, contactos prévios entre si, que a criação de “sentido de comunidade” e de coesão social entre os utilizadores de uma mesma HC nem sempre seja óbvia. É certo que, em alguns casos, aquele “sentido de comunidade” se cria muito facilmente, como as HC do Pinhal dos Navegadores, dos Lombos e da Bela Vista confirmam (entrevista a André Miguel) e, ainda, a da Marquesa de Cadaval (entrevista a Teresa Ribeiro). Porém, noutras HC, aqueles objetivos só são alcançáveis, e alcançados, através de medidas contínuas que promovam o envolvimento de todos os hortelões nas vivências e assuntos comuns da HC. De notar que esta *praxis*, obriga, frequentemente, a um exigente trabalho de acompanhamento, por parte dos técnicos responsáveis pelo funcionamento das hortas. Com efeito, sendo este um processo de *learning by doing*, o mesmo exige uma constante autovigilância, reflexão e reformulação das abordagens adotadas.

Teresa Ribeiro é da opinião que as dinâmicas sociais nas hortas urbanas funcionam melhor quando já existe um passado comum entre os hortelões. Para ilustrar o referido, faz apelo à HC da Marquesa do Cadaval que já existia enquanto horta urbana, antes da CA a ter integrado no programa *Terras de Cascais*. Esta HC, que já funcionava autonomamente, gerida pelos seis hortelões que a cultivavam, não exige, presentemente, qualquer intervenção por parte da equipa da CA. No seguimento desta reflexão, Teresa Ribeiro conclui que estas diferenças têm a ver com situações excecionais de dinâmicas entre hortelões: *“(...) há casos que são provocados por nós, ao construirmos uma horta nova, e casos que são provocados pelas pessoas que vão ocupando o espaço*

¹⁴ Os “Verdes Solidários” é a designação do processo, que ocorre todos os anos durante a época natalícia em que os hortelões das várias hortas comunitárias e associativas do concelho, doam, numa ação conjunta, a algumas instituições de solidariedade sediadas em Cascais, legumes das respetivas hortas a famílias mais desfavorecidas.

e vão lá ficando. E, realmente, as dinâmicas são muito diferentes. Eu acho que isso tem reflexos na forma como a horta funciona [posteriormente]. Eu começo a achar que, se calhar, funciona melhor quando são as próprias pessoas que usam a horta que [nos] pedem [“ajuda”] (...) que, tendencialmente, corre melhor, do que quando nós as “obrigamos” a coabitar um espaço. Porque quando nós dizemos ‘está aqui uma horta’ e vamos atribuir as parcelas, se calhar é mais difícil. É tudo novo, é mais difícil. Porque são pessoas que não se conhecem, não têm qualquer relação e começam a relação naquele momento.” (entrevista a Teresa Ribeiro: 6).

2.2 Estudo de caso: A Horta Associativa da Adroana

Esta parte dois do presente capítulo centra-se na análise pormenorizada da informação empírica recolhida referente ao estudo de caso desta dissertação – a Horta Associativa da Adroana (HAA). Esta informação foi obtida através de inquéritos por questionário, inquéritos por entrevista e, ainda, por observação participativa junto dos vários *stakeholders* envolvidos na HAA. O período de recolha da informação empírica decorreu entre os meses de Outubro de 2018 e Abril de 2019.

Os *stakeholders* envolvidos na criação e gestão da HAA foram/são, concretamente:

1. Os técnicos da CA, responsáveis pelo programa *Terras de Cascais* – ou seja, o programa de agricultura urbana da CMC, enquanto atores “ativos” no processo de criação da HAA, e co-responsáveis pela gestão do projeto;
2. As técnicas do gabinete da Divisão de Intervenção Social (DIS), localizado no Bairro da Adroana (BA), que estiveram ou estão envolvidas no projeto e que são, também, co-responsáveis pela gestão do projeto;
3. Os hortelões da HAA.

A análise que se segue tem subjacente um exercício de reflexão no qual se procura cruzar a informação empírica recolhida com o conhecimento obtido através da revisão bibliográfica, seguindo de perto os contributos do modelo de Arts *et al.*, (2006) - o *Policy Arrangement Approach* –, no sentido de obter respostas à hipótese de investigação formulada na presente dissertação.

Assim, esta segunda parte do capítulo está organizada em três pontos. No primeiro, contextualiza-se o estudo de caso através de uma descrição socioeconómica da sua população residente e de uma breve caracterização do espaço urbano constituído pelo BA. No segundo ponto, descreve-se todo o processo de criação da HAA, a partir dos “pontos de vista” e perceções dos vários *stakeholders* envolvidos na HAA. Assim, dá-se a conhecer todas as fases do processo de negociação para a criação da horta, as expectativas de cada *stakeholder*, as dificuldades enfrentadas e as soluções encontradas para as ultrapassar. Por fim, no terceiro ponto, procedemos a uma análise da perceção dos vários *stakeholders*, agora em relação ao desenvolvimento do projeto da HAA, até ao momento. Neste último ponto faz-se, assim, uma reflexão sobre os vários aspetos que, em conjunto, constroem a realidade quotidiana da HAA.

2.2.1 O Bairro da Adroana – contexto social e urbanístico

A HAA, o caso de estudo da presente dissertação, está localizada num terreno adjacente ao BA. Construído em 2005, no âmbito do Programa Especial de Realojamento, o bairro está localizado no limite norte do concelho de Cascais, na freguesia de Alcabideche.

Ali vivem, aproximadamente, 900 pessoas (RODA, 2013), sendo que 50% destas últimas são população imigrante (Lima, 2014). É constituído por 272 fogos. Destes, 143 (52.6%) foram vendidos a custos controlados e 129 (47.4%) afetos a arrendamento social (Ribeiro *et al.*, 2016). A população do bairro é constituída por

O acesso, através de transportes públicos, aos centros comerciais ou ao litoral do concelho, onde se encontra a linha ferroviária para Lisboa, só é possível através de um número muito limitado de autocarros, o que dificulta bastante a mobilidade da população para fora do bairro.

Em suma, com base no exposto, é possível afirmar que a HAA emergiu num bairro relativamente isolado, com uma população muito heterogénea, marcada por baixa escolaridade, baixos rendimentos e desemprego, e, ainda, por dificuldades de integração.

2.2.2 O processo de criação da Horta Associativa da Adroana (HAA)

2.2.2.1 O desafio das hortas espontâneas

A HAA surgiu da necessidade, ou interesse sempre crescente, da população do BA em produzir hortícolas. A agricultura urbana é ali praticada muito antes da HAA ter sido construída, tendo o aparecimento das primeiras hortas espontâneas coincidido com a chegada dos primeiros residentes. Um dos hortelões da HAA afirma ter sido o primeiro a cultivar, de forma ilegal, uma parcela de terreno, tendo começado há cerca de treze anos, altura em que comprou ali o seu apartamento.

A primeira horta legal do BA foi construída em Setembro de 2013 — a Horta Comunitária da Adroana (HCA) — como resposta ao elevado número de pessoas que cultivavam o terreno de forma espontânea. Aquela concretização deu a possibilidade a 28 pessoas/ famílias de cultivar uma parcela de 30m². Porém, rapidamente se percebeu que a HCA não respondia à totalidade das necessidades da população. Com efeito, as hortas espontâneas continuavam a ocupar o terreno circundante (Figuras 3, 4 e 5), uma vez que existiam pessoas que cultivavam dentro e fora da HCA, e outras que, não tendo uma parcela na HCA, cultivavam grandes áreas de terreno fora da HCA (entrevista a Sara Torres).



Figura 16 - Vista parcial das antigas hortas espontâneas do Bairro da Adroana.

Fonte: Teresa Ribeiro



Figura 15 - Vista parcial das antigas hortas espontâneas do Bairro da Adroana.

Fonte: Teresa Ribeiro



Figura 17 - Vista parcial sobre as antigas hortas espontâneas do Bairro da Adroana, aqui limitadas pelos muretes de pedra.

Fonte: Teresa Ribeiro

Apesar de não existirem dados concretos do número de pessoas que cultivavam uma horta espontânea antes da criação da HAA, 15 dos 26 hortelões inqueridos afirmaram já terem uma horta espontânea antes da HAA.

A diversidade de formas de ocupação do espaço com hortas espontâneas era muito significativa, existindo desde “casos de talhões com mais de 200m², a famílias que cultivavam dois a três pedaços de terra dispersos, etc” (Ribeiro *et al.*, 2016: 3). Percebeu-se, então, que era necessário criar uma nova solução de horta que respondesse às necessidades reais da população.

Foi neste contexto que a DIS entrou em contacto com a equipa do programa *Terras de Cascais*, no sentido de começarem a pensar numa solução viável para aquele desafio. Nesse mesmo ano (2015), as técnicas da DIS começaram a identificar as pessoas que cultivavam os terrenos à volta da HCA, de modo a ficarem com uma noção mais concreta do seu número, motivações e expectativas.

Este processo não foi fácil, visto que algumas famílias cultivavam parcelas de terreno que estavam separadas entre si. Por outro lado, os hortelões não conheciam os nomes verdadeiros uns dos outros, e apelidavam os seus vizinhos consoante a referência que melhor os definia. Ouviam-se, assim, nomes como “Rui Espanhol”, “Paulo Carpinteiro” ou “Rui Enfermeiro”. Estas dinâmicas exigiram às técnicas do gabinete da DIS um trabalho de reconhecimento da população que durou algum tempo e exigiu uma presença muito frequente no local.

O processo de criação da HAA envolveu oito reuniões e encontros entre os três tipos de *stakeholders* intervenientes: as técnicas do gabinete da DIS, presente no BA, os técnicos da CA e a população do bairro interessada em dispor de uma parcela na horta. As reuniões e encontros realizaram-se entre 31 de Janeiro e 26 de Junho de 2016.

As visitas ao espaço e o contacto entre os técnicos da DIS, da CA e a população ajudaram a definir um conjunto de “factos” que orientaram as posteriores reuniões com os interessados em ingressar na horta. De seguida enumeram-se algumas deles:

- Algumas pessoas cultivavam grandes áreas de terreno (até os 200m²), enquanto outras cultivavam pequenas áreas;
- Para algumas famílias, o cultivo de hortícolas era uma importante fonte de poupança — havia vários casos de pessoas desempregadas com agregados familiares bastante numerosos;
- O estabelecimento das hortas espontâneas exigiu um trabalho muito exigente de trabalho do solo, nomeadamente de despedrega. O terreno cultivado continha bastantes vestígios de entulho, desde pedregulhos a pedaços de cimento. As pedras encontradas foram, em alguns casos, utilizadas para construir muretes que delimitavam as parcelas da horta. Para além disso, a falta de água condicionava, em grande medida, o cultivo.

O conceito de Horta Associativa começou por ser pensado pela equipa da CA numa fase anterior às primeiras reuniões com a população. Confrontados com a necessidade de legalizar uma grande área de terreno ocupado por hortas espontâneas e enfrentando recursos limitados (tanto financeiros como humanos) a equipa teve a ideia de criar um novo modelo de horta. Nasceu, então, a ideia embrionária de Horta Associativa. Aqui, os hortelões estariam organizados numa associação que assumiria a responsabilidade da gestão da horta. Da parte da CA esperava-se uma ajuda inicial na instalação da horta e um acompanhamento técnico esporádico. A atividade na horta estaria sujeita a um conjunto de regras, a definir pelos futuros hortelões em conjunto com a CA.

Traçado este modelo/tipo de horta a implementar, era já claro para os técnicos da CA que estavam perante uma população com acentuadas dificuldades económicas, e que a produção da horta tinha um peso considerável no respetivo orçamento familiar. Por estes motivos, pensaram em incluir naquele novo modelo de horta a possibilidade dos hortelões venderem os produtos, já que existe essa proibição no regulamento das HC. Desta forma, anterior ao conceito de Horta Associativa, surge a ideia de cooperativa de hortelões que, organizados, pudessem vender a sua produção. Naturalmente, toda esta conceptualização sofreu significativas alterações a partir do momento que o contacto com a população se iniciou.

2.2.2.2 O processo de negociação entre os vários tipos de stakeholders

O período de negociações entre os *stakeholders* durou cerca de quatro meses, nos quais aconteceram oito encontros/ reuniões. Este período teve várias fases que podemos enumerar da seguinte forma:

1. Reconhecimento das motivações, dificuldades/ limitações e expectativas de cada *stakeholder*;
2. Construção de um modelo de Horta Associativa;
3. Tomada de decisão sobre questões individuais;
4. Tomada de decisão sobre questões coletivas.

As várias fases do projeto não aconteceram de uma forma independente e sequencial no tempo. Foram, antes, acontecendo ao longo de todo o processo de negociação, com recuos e avanços nas decisões tomadas, e mudanças nas percepções e vontades de cada um dos envolvidos.

A primeira fase das negociações, que abrangeu os primeiros contactos de reconhecimento da população e as primeiras reuniões, teve como objetivo estabelecer uma base consistente de informação sobre a realidade do cultivo das hortas espontâneas. Ou seja, sobre as dificuldades sentidas por aqueles que as cultivavam, as suas motivações para o cultivo e ainda as expectativas que tinham para a implementação da nova horta, no sentido de se começar a criar o modelo de horta associativa.

Na primeira reunião, transmitiu-se aos presentes a vontade da CMC, representada ali pelos técnicos da CA e da DIS, de construir uma nova horta que respondesse às necessidades da população, e apresentaram-se as condições técnicas para a legalização das hortas espontâneas com a proposta de criação de uma associação (Ribeiro *et al.*, 2016). Aqui, efetuou-se um registo de quem tinha uma horta espontânea, de quem estava na HCA, de quem tinha uma parcela dentro da HCA e outra fora, e de quem não cultivava nenhuma parcela. Criou-se uma lista com os interessados em aceder a uma parcela na nova horta, e os presentes colocaram algumas questões, tais como: *“é possível fazer um furo para fornecer água para as hortas e jardins? É possível ter uma cerca maior para evitar que os outros saltem?”* (entrevista a Sara Torres).



Figura 19 - Reunião com futuros hortelões da HAA.

Fonte: Teresa Ribeiro



Figura 18 - Reunião com futuros hortelões da HAA.

Fonte: Teresa Ribeiro

Na segunda reunião, dirigida novamente pelos técnicos da CA e da DIS, os presentes foram organizados em grupos de, aproximadamente, dez pessoas. Cada grupo ficou responsabilizado por responder a um conjunto de questões, podendo debatê-las entre todos e com o técnico presente no grupo, destacado para auxiliá-los nesse processo. Aqui, as pessoas puderam decidir sobre a divisão do espaço — se queriam uma horta de 30, 40, 50, 60, 80, 100 ou 120m² —, e sobre a divisória das parcelas e caminhos, entre outros assuntos. Elegeram-se, ainda, dois representantes, por mesa, para estarem presentes em reuniões mais pequenas. Para além do referido, foi anunciado que quem dispunha de uma parcela dentro da HCA e outra fora, tinha de optar se queria ficar dentro ou fora da HCA.

Sara Torres explica que, em relação à divisão do terreno em parcelas de diferentes dimensões, a questão que se colocava era a seguinte: “se as parcelas forem todas de 50m² o terreno pode dar para, por exemplo, 10 pessoas. Mas se algumas tiverem 30m² e outras 50m², já dá para 15 pessoas. ‘Como é que vocês querem fazer?’ Todos preferiram a opção de todos terem [acesso a uma parcela], e alguns terem um bocadinho menos.”. Sara Torres refere ainda que “a decisão foi tomada de acordo com as necessidades de cada família. Porque há famílias muito numerosas e que precisavam de mais produção e mais alimento. E outras que, se calhar, era só um casal ou uma pessoa sozinha e já tinha alguma idade e só queria um espaço para se entreter, portanto, 30m² vai ser o suficiente” (entrevista a Sara Torres: 3).

A partir deste momento, os técnicos da CA e da DIS começaram a reunir diretamente com os representantes eleitos de cada grupo de hortelões, com o objetivo de discutirem um conjunto de detalhes que se prendiam com o formato da organização “associação de hortelões”, o regulamento da horta, e outras questões mais técnicas. Posteriormente, toda a informação seria transmitida aos restantes, uma responsabilidade assumida por aqueles representantes e pelas técnicas da DIS. As plantas do espaço começaram a ser desenhadas e toda essa informação foi exposta na montra do gabinete da DIS no BA.

Um dos encontros foi dedicado, exclusivamente, ao esclarecimento de dúvidas (Fig. 8). Sara Torres afirma que, após cada reunião, as pessoas expunham uma série de mal-entendidos que, muitas vezes, chegavam a circular por um grande número de interessados. A comunicação entre todos sempre foi um desafio, sendo que muitas pessoas não percebiam bem o português. Tais dificuldades foram ultrapassadas com a ajuda de tradutores, e através do acompanhamento quase constante da equipa da DIS.



Figura 20 - Reunião com os futuros hortelões no DNA Cascais (centro para o empreendedorismo em Cascais) para esclarecimento de dúvidas.



Figura 21 - Reunião de votação com os futuros hortelões da HAA.

Fonte: Sara Torres



Figura 22 - Reunião com os futuros hortelões da HAA.

Fonte: Teresa Ribeiro.

No fim do processo de negociação, realizou-se uma sessão de votação para decidir sobre “os deveres, os direitos, os representantes, a organização do espaço, o nome da associação”, entre outros assuntos. Para tal, e perante o desafio de manter as pessoas atentas e participativas durante uma sessão que iria durar bastante tempo, as técnicas da DIS tiveram a ideia de dar aos votantes dois “sinais” que iriam demonstrar o seu voto – um “sinal” com o voto positivo e outro com o voto negativo (Fig. 10).

Finalizadas as negociações, estavam estabelecidas as bases para a concretização da obra que iria erguer a nova Horta Associativa da Adroana, a primeira horta associativa do concelho.

Ao contrário do modelo das Hortas Comunitárias, na Horta Associativa, os hortelões assumiriam a gestão da mesma, numa “dinâmica coletiva em que a responsabilidade da construção e gestão do terreno fossem partilhadas pela comunidade local (hortelões) e pela câmara municipal” (Ribeiro *et al.*, 2016: 2). A Horta Associativa seria formalizada através da criação de uma associação de hortelões criada para o efeito e de um acordo de utilização do terreno municipal, em que estava definido o “prazo de vigência e [que] a associação [de hortelões] assumiria os seus direitos e deveres, à semelhança de um contrato de arrendamento rural” (Ribeiro *et al.*, 2016: 2).

2.2.2.3 Gestão de conflitos e dificuldades encontradas

Durante todo o processo de negociação houve a necessidade de mediar vários conflitos entre os futuros hortelões. Surgiram casos de pessoas que não queriam substituir a sua horta espontânea por uma parcela na HAA, outras que queriam ter uma parcela na HCA e outra na HAA, para além de situações de desconfiança e de racismo. Sara Torres, explica que, a seguir à eleição dos representantes dos grupos de hortelões, algumas pessoas desconfiaram da posição do representante, achando que tal estatuto lhes traria mais privilégios, relativamente aos restantes hortelões, expressando comentários do tipo: “*ah por isso é que tu tens uma horta de 120m² e eu só tenho de 30m², porque tu estás lá no grupo*” (entrevista a Sara Torres). Algumas pessoas também mostraram alguma resistência em relação à ideia de substituir a sua horta espontânea por uma parcela na HAA. Porém, tais dúvidas foram resolvidas após se ter esclarecido que a passagem para a HAA traria mais recursos para o cultivo — água, terra e abrigos — e, ainda, a estabilidade de usufruir de um terreno utilizado de forma legal.

Aparentemente houve pessoas que foram alvo de troça por estarem a trabalhar tão afincadamente para cultivar a sua horta espontânea, o que criou, logo à partida, um sentimento de injustiça. Compreende-se a dificuldade que é, para o hortelão, pensar em ver a sua horta, que tanto esforço lhe exigiu, ser destruída. Ainda que seja para seu maior benefício. Como justifica André Miguel, “*destruir hortas é uma coisa horrível e tem uma componente emocional muito forte e é preciso ter muito cuidado quando se pensa em mudar uma horta que já está instalada. E nós conseguimos respeitar as hortas que as pessoas ali faziam sem reclamações*” (entrevista a André Miguel: 10). A conversão das hortas espontâneas foi, como se verifica, uma questão central durante toda a negociação, tendo exigido uma abordagem cuidadosa e sensível à posição daqueles que iriam ver as suas hortas serem destruídas, ainda que por um bom motivo.

Segundo as palavras de Teresa Ribeiro, os conflitos raciais estiveram presentes durante toda a negociação e ditaram, em certa medida, a distribuição das parcelas pelos hortelões. *“Houve muitos conflitos raciais. Há ali preconceitos. Há ali pessoas que não se queriam misturar com os outros porque são grupos que não se dão. Há ali pessoas que não gostam umas das outras. E foi preciso essa sensibilidade e foi muito a ajuda da Sara [Sara Torres] que os conhecia que, quando distribuimos os talhões houve muito um jogo de ‘não, este não pode ficar ao pé deste, temos de o mandar lá para baixo para o outro lado’.* Há pessoas que se ajudam umas às outras, que se sabia que ajudam por isso convinha que esses estivessem relativamente próximos” (entrevista a Teresa Ribeiro: 12).

Estes conflitos exigiram, sobretudo das técnicas da DIS, um trabalho de mediação, nem sempre fácil, que passou por um acompanhamento constante no sentido de esclarecer as dúvidas e mal-entendidos dos hortelões e interferir, quando necessário, nas discussões que surgiam. Nesse processo, ajudou muito o facto das técnicas da DIS já conhecerem a população mais profundamente e conseguirem, algumas, falar crioulo guineense, já que era esta a língua ou dialeto mais falado entre os futuros hortelões.

2.2.2.4 Expectativas e motivações dos vários tipos de stakeholders para a criação da HAA

Hortelões

As expectativas dos hortelões que já cultivavam uma horta espontânea prendiam-se, sobretudo, com a possibilidade de terem água para regar a horta e uma vedação mais funcional. Da parte dos novos hortelões, ou seja, pessoas que, até então, não cultivavam nenhuma parcela, a HAA constituía uma possibilidade de cultivar um terreno de uma forma organizada e legalizada, já que algumas delas queriam cultivar, mas não de forma clandestina (entrevista a Teresa Ribeiro).

Em relação às motivações dos hortelões, para o cultivo de hortícolas, 58% vê a produção hortícola como uma importante fonte de poupança para a família. Para todos os hortelões de naturalidade guineenses, o cultivo da horta é uma forma de poderem aceder aos alimentos típicos do seu país de origem, já que se torna difícil e oneroso adquiri-los. Para alguns hortelões (32%), a atividade na horta representa, sobretudo, uma forma de passar o tempo mais saudável e produtiva, pesando mais o facto de sentirem prazer em cultivar o solo e em estar perto da natureza.

Técnicos da Divisão de Intervenção Social

Para os técnicos da DIS a principal motivação para a criação da HAA residiu no facto do projeto ter uma forte componente de integração social e empoderamento da população. A propósito do assunto, Sara Torres relata: *“O meu ponto de vista, enquanto Câmara e Divisão de Intervenção Social, era muito pela participação das pessoas, pela corresponsabilização. Eu acho que há um maior controlo social entre eles, entre associados, (...). Mas também é entreadajuda. Eles também se entreadajudam e é isso que cria a comunidade, é isso que cria laços. E esta horta tem este lado também, que veio juntar pessoas que, à partida, não se juntariam e que não se conheceriam nunca, nomeadamente, pessoas do arrendamento e pessoas de compra [refere-se aos dois tipos de fogos do BA: fogos, recorde-se, para venda a custos controlados e fogos para arrendamento social]”* (entrevista a Sara Torres: 5).

E ainda: *“Eu adoro sabes, adoro. Porque é o tipo de obra que tu fazes, é uma estrutura que tem impacto na vida das pessoas. Imenso, imenso impacto. A vários níveis. Desde a saúde mental até à quebra de preconceitos e racismo, até à estrutura ... esta estrutura de cidadania, de participar. Esta participação é um movimento de cidadania pleno. Que é ‘eu participo, eu decido, eu usufruo, eu confio no outro’. É muito rico.”* (entrevista a Sara Torres: 7).

Técnicos da Cascais Ambiente

Para os técnicos da CA, a criação da HAA representava um novo desafio — com este novo modelo de horta urbana, abriam-se novos caminhos e possibilidades para a agricultura urbana no concelho. O desafio de construir uma horta, com reduzidos recursos financeiros e humanos, que respondesse às necessidades daquela população, exigiu criatividade e agilidade da parte da equipa. Foi necessário redefinir o regulamento do Projeto *Hortas de Cascais*, o qual não previa a existência do modelo “Horta Associativa”, e encontrar uma forma que, simultaneamente, conjugasse os interesses de todos os *stakeholders* e maximizasse os benefícios do projeto.

Segundo André Miguel, a ideia de “Hortas Associativas” é anterior à ideia da HAA, e aparece *“como uma resposta a várias situações. Nascem [as hortas associativas] como uma resposta a poder criar hortas formalizadas, sem demasiado investimento com a gestão do projeto. Ou seja, investimento em termos de recursos humanos, de acompanhamento, e em termos de custos. Como é que podemos reproduzir isto de forma mais barata e dar resposta à lista de espera. E fomos juntando, ao mesmo tempo percebemos que também era preciso dar resposta às tais hortas espontâneas iniciais do projeto e como é que se encontrava um processo aqui para dar resposta a isto”* (entrevista a André Miguel: 9).

Contudo, a perceção do contexto socioeconómico da população do BA, fez com que a motivação da equipa da CA para criar a HAA se centrasse, sobretudo, nas necessidades daquela população e nas dinâmicas naturais já existentes (entrevista a André Miguel). Para André Miguel, o objetivo da CA *“foi, por um lado, respeitar o que lá estava e respeitar um bocadinho as dinâmicas que já existiam, as áreas que já existiam e, de alguma forma, encontrar um modelo que fosse menos custoso para a câmara”* (entrevista a André Miguel: 9).

Segundo Teresa Ribeiro, *“a ideia da horta associativa pressupõe este esforço por parte das pessoas que vão usar a horta e pressupõe nós gastarmos menos dinheiro ... fazemos menos investimento. Ou seja, nós fazemos um investimento mínimo para criar condições e, depois, é um bocado com eles, e tentar que depois sejam os associados a construir e a gerir. Agora, não há dúvida que tem de ser um processo muito acompanhado para conseguir funcionar”* (entrevista a Teresa Ribeiro: 13).

A HAA seria então o modelo pioneiro de Horta Associativa no concelho, um modelo que traria a possibilidade de, por um lado, legalizar hortas espontâneas com reduzido investimento e, por outro, promover o empoderamento, a cidadania e a coesão social das comunidades, com base num processo de participação cívica.

2.2.2.5 A perceção dos hortelões em relação ao processo de criação da Horta Associativa da Adroana

Segundo a informação recolhida nos inquéritos realizados aos hortelões da HAA, todos os inquiridos consideram que as suas necessidades foram tidas em conta durante o processo de negociação para a criação da

horta. Também todos disseram ter ficado satisfeitos com o resultado, afirmando estarem melhor agora que cultivam uma parcela na HAA.

De seguida apresentam-se alguns comentários dos hortelões inquiridos quando lhes foi colocada a questão “considera que os técnicos da CA tiveram em conta as necessidades dos hortelões que já tinham horta na conceção da Horta Associativa?”:

“Todas [as pessoas] foram ouvidas e todas pediram o que queriam. Todas pediram a quantidade de terreno que queriam.” (R, homem, idade: 45≤49 anos, naturalidade: Portugal)

“Eles explicaram muito bem o que iam fazer. Eu gostei muito.” (Q, mulher, idade: 50≤54 anos, naturalidade: Guiné-Bissau)

“Nas reuniões eles perguntam o que é que agente precisa. Perguntam sempre.” (N, mulher, idade: 50≤54 anos, naturalidade: Guiné-Bissau)

“(…) Isto foi um projeto feito, baseado nas necessidades de cada um. Houve uma reunião antes do projeto iniciar: ‘Olha quantos metros é que quer?’ Ouviram cada pessoa. Aliás, os talhões foram divididos ao gosto ... digamos, foi quase ao gosto pessoal de cada um. Há talhões maiores e mais pequeninos. Porquê? Os maiores foram para os que queriam mais, e os mais pequenos para os que queriam menos. Aquilo foi feito mesmo, mesmo ao pormenor” (E, homem, idade: 35≤39 anos, naturalidade: Angola)

“Sim senhora. Ó pá, sim senhora. Na reunião quem tiver opinião apresenta, quem não tiver cala” (F, homem, idade: 55≤59 anos, naturalidade: Guiné-Bissau)

A informação empírica recolhida através dos inquéritos aos hortelões evidencia que o processo de negociação para a criação foi realmente participado. Todos os inquiridos sentiram que foram ouvidos e que as necessidades individuais/familiares de cultivo foram respondidas.

2.2.2.6 A construção da Horta Associativa da Adroana

A construção da HAA foi feita, em parte, por uma empresa de construção que preparou o terreno com a ajuda de máquinas próprias para o efeito, e pelos próprios hortelões que contaram com a ajuda de um grupo de jovens voluntários internacionais, participantes no *Workcamp* “Back to Green” promovido pela associação juvenil “Rota Jovem”. A participação dos hortelões na construção da sua futura horta foi encarada como um processo essencial para a valorização do espaço, por parte dos próprios, e para a criação de um maior sentimento de pertença (entrevista a Teresa Ribeiro).

A construção da horta pode ser dividida em três fases:

- Uma empreitada formal para as demolições, despedrega, instalação de torneiras, modelação, fornecimento de terra vegetal e vedação do terreno — realizada, em junho de 2016, por uma empresa de construção;
- Trabalhos de implantação dos caminhos e parcelas e, ainda, montagem dos abrigos — realizado pelos hortelões e os 18 jovens do *Workcamp* “Back to Green”, no início de Julho de 2016;

- Trabalhos de divisão das parcelas, com as pedras do próprio terreno, construção dos caminhos e plantação da envolvente — realizados pelos hortelões, em Julho de 2016.

A 9 de Julho de 2016 atribuíram-se as parcelas a 21 mulheres, 16 homens, sete casais e a uma associação local de ocupação de tempos livres de jovens.

No final dos trabalhos de construção, a HAA era oficialmente um novo espaço hortícola de 4700m², localizado no BA, com 47 parcelas de variadas dimensões físicas (desde parcelas com 30m² a parcelas com 122m²) afetas a quatro grupos distintos de hortelões. A cada um destes quatro grupos corresponde um abrigo e, quer cada um destes quatro grupos de parcelas quer o abrigo que lhe corresponde, estão identificados com cores diferentes (Fig. 11). Como referido, para além das parcelas individuais, a HAA conta com um espaço comum para convívio, com duas mesas de merendas e uma pérgula, material oferecido pela associação juvenil “Rota Jovem” (Ribeiro *et al.*, 2016).



Figura 23 - Desenho do projeto da HAA (versão final).

Fonte: Teresa Ribeiro

A contribuição dos jovens voluntários do *Workcamp* “Back to Green” foi agradecida pela comunidade com uma festa de despedida, na qual se plantaram três limoeiros: “um pelos voluntários, um pelos hortelões e o terceiro pela CMC e CA” (Ribeiro *et al.*, 2016). Os jovens do *workcamp* deixaram uma recordação num dos abrigos — uma pintura de todas as bandeiras dos respetivos países de origem, em redor do logótipo da Rota Jovem.

Também ficou acordado entre todos que o cultivo das parcelas só poderia começar depois dos hortelões frequentarem a formação gratuita de 12 hortas em horticultura biológica, dada por André Miguel (CA) Assim, no início de Agosto de 2016 esta ação de formação estava concluída, e os hortelões começaram a cultivar a respetiva parcela na HAA.

A 24 de Setembro de 2016, a HAA foi oficialmente inaugurada, com a presença do Presidente da CMC, Carlos Carreiras.



Figura 24 - Vista parcial da HAA com destaque para a pintura realizada pelos jovens do Workcamp.

Fonte: Teresa Ribeiro

2.2.3 As “regras do jogo” estabelecidas

De acordo com os princípios do *Policy Arrangement Approach* (Arts *et al.*, 2006), apresentados e comentados no Capítulo I referente à revisão bibliográfica deste trabalho, as “regras do jogo” constituem uma das quatro dimensões a caracterizar nos processos de governança. As outras componentes são, recorde-se, os atores, os discursos e os recursos. No âmbito do presente trabalho, as “regras do jogo” descrevem o contexto institucional das iniciativas, bem como os regulamentos internos e “regras de conduta” (e.g. regras acordadas verbalmente entre os intervenientes).

O contexto institucional, já descrito nos pontos anteriores do presente Capítulo, é aqui resumido da seguinte forma. A HAA surge no contexto do programa de agricultura urbana *Terras de Cascais*, desenvolvido e gerido pela CA, como um caso de um terreno público que estava a ser utilizado, de forma informal, pelos

habitantes do BA para a produção de hortícolas. No sentido de legalizar este tipo de ocupação do solo, a CA entrou em contacto com o Departamento de Intervenção Social (DIS) com o objetivo de começar o processo de conversão das hortas espontâneas e criação da HAA. A situação foi formalizada através da celebração de um acordo de utilização do terreno municipal. Neste acordo foi definido o prazo de vigência de utilização do espaço, por parte dos hortelões, (5 anos com possibilidade de renovação), bem como os direitos e deveres assumidos pela associação de hortelões da HAA, entretanto formada, à semelhança de um contrato de arrendamento rural (Ribeiro *et al.*, 2016).

O regulamento da HAA baseia-se, em larga medida, no Anexo B do regulamento geral do programa Terras de Cascais, que se refere às Hortas Associativas. Porém, dadas as especificidades do processo de criação da HAA, como acima descrito, o regulamento desta última incorpora um conjunto de regras mais concreto e perceptível por todos os hortelões. Com efeito, este regulamento foi elaborado por todos os *stakeholders* envolvidos na HAA, numa sessão onde as regras presentes no atual regulamento da HAA foram votadas por todos. Por conseguinte, a sua elaboração teve por base um processo participativo no qual todos foram consultados, de forma a reduzir a probabilidade de ocorrência de conflitos causados por desacordos relativos às regras assentes.

No quadro seguinte resumem-se as regras mais relevantes presentes no regulamento da HAA, que consta do Anexo II deste trabalho.

Quadro 1 - Resumo do regulamento da Horta Associativa da Adroana

Fonte: Elaboração própria.

Competências dos 5 representantes

- A comunicação com a CMC e Csc Ambiente – 1 representante responsável como tutor;
- A comunicação com todos os hortelões – 1 representante responsável por cada 10 membros
- A organização das sessões plenárias com os restantes hortelões.

Direitos dos hortelões

- Candidatura a projetos e subsídios para melhorias da horta, compra de equipamentos para uso comum e/ou outras benfeitorias através da parceria com outras entidades;
- Possibilidade de troca de parcela entre associados;
- Alteração das condições, direitos e obrigações serão decididas em reunião e comunicadas à Cascais Ambiente.

Perda do direito de cultivo

- Caso se verifique:
 - a) a não ocupação da parcela e/ou ausência de cultivo, pelo período de 6 meses;
 - b) o incumprimento das regras definidas no presente regulamento e do acordo com a Cascais Ambiente;
- A perda de direito, assim como a substituição do ocupante da parcela é decidida, por votação, em reunião de plenário com a presença de mais de 50% dos membros da organização.

Deveres dos hortelões

- Manutenção dos espaços comuns;
- Zelar pelo bom relacionamento com todos os membros, participando de forma ativa nas reuniões e decisões de grupo;
- Promover o controlo de pragas e doenças, assim como a segurança da parcela de sua responsabilidade, sem deixar que os produtos cultivados ocupem áreas comuns ou parcelas adjacentes;
- Não acumular na horta qualquer tipo de material plástico ou cerâmico, madeiras ou ferros, que não tenham lógica técnica, devendo sempre ser sujeita à apreciação do gestor qualquer exceção que se pretenda fazer a esta regra;

As “regras de conduta”, ou seja, todas as regras que são acordadas verbalmente entre os hortelões e que vão sendo construídas na vivência quotidiana da HAA, são, por vezes, bastante diferentes das normas

presentes no regulamento. Assim, importa analisar aquela vivência e, deste modo, confrontá-la com o regulamento que “institui” a vivência formal, mas não real.

2.2.4 Os recursos da Horta Associativa da Adroana

Após todo o processo de negociação e criação da HAA, os hortelões têm agora ao seu dispor uma horta legalizada, cujo acesso ao terreno está assegurado por um “contrato de cedência para equipamento social”, com água canalizada, abrigos para ferramentas, espaços comuns de convívio (pérgula com mesas de piquenique), garantia de financiamento por parte dos organismos da CMC e apoio técnico e organizacional de vários técnicos da CA e da DIS

Aparentemente, estavam reunidos os recursos necessários ao sucesso do projeto, já que, segundo Fox-Kämper *et al.* (2017), são estes a existência de um contrato que assegure o acesso ao terreno, a garantia de financiamento, o apoio contínuo por parte da comunidade e de certos membros específicos no sentido de motivar os hortelões, sendo este ponto, à partida, assegurado pelo tutor da horta e pelos responsáveis de cada grupo de hortelões, e, ainda, o envolvimento de profissionais renumerados e/ou em regime de voluntariado.

2.2.5 O quotidiano da Horta Associativa da Adroana

Este ponto tem por finalidade caracterizar o funcionamento quotidiano da HAA, sob o prisma de cada um dos tipos de *stakeholders* nela envolvidos. Para tal, adotam-se os princípios definidos por Arts *et al.* (2006). De acordo com estes autores, através dos discursos/narrativas de cada ator (*stakeholder*), em torno das respetivas vivências quotidianas, no caso concreto da HAA, é possível apreender as respetivas normas e valores, mas também motivações e objetivos, bem como as dificuldades encontradas e soluções que propõem para o funcionamento e gestão da HAA.

Para que esta análise seja, o mais possível, completa e sustentada, importa, desde já, proceder a uma caracterização mais pormenorizada dos hortelões da HAA.

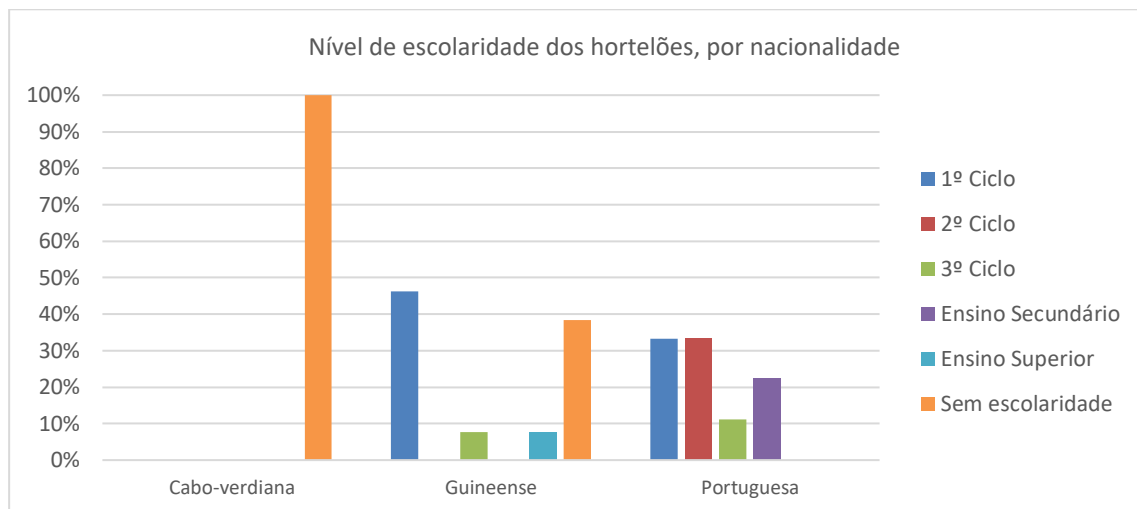
2.2.5.1 Caracterização socioeconómica da população da Horta Associativa da Adroana

Dos 45 hortelões que constituem a HAA, foram inquiridos/entrevistados 26 (58%), estando os dois géneros igualmente representados nesta amostra. Assim, seguindo o padrão de distribuição da população da horta em termos de género – 51% dos hortelões são do género masculino e 49% do género feminino. A base de dados da população total de hortelões da HAA, fornecida pela CA, contém apenas os nomes e a localização do talhão de cada hortelão, pelo que os únicos fatores que poderiam orientar a seleção da amostra de estudo seriam o género do hortelão e a dimensão física (m²) do talhão que cultiva. No entanto, na tentativa de obter uma outra variável de caracterização prévia dos hortelões, recorreu-se aos conhecimentos sobre a naturalidade dos mesmos, com base em conversas informais com dois hortelões bem conhecedores da população da HAA, ainda que correndo alguns riscos sobre a fiabilidade da mesma. Desta forma, a seleção da amostra de hortelões

inquiridos procurou seguir os padrões de distribuição do total da população, no que refere às seguintes variáveis: género, naturalidade e dimensão física da parcela cultivada. De notar que o apuramento desta última foi condicionado pela presença dos hortelões na horta.

Gráfico da Figura 13 - Nível de escolaridade dos hortelões, por nacionalidade

Apesar da base de dados da população total de hortelões da HAA conter um número quase igual de homens e mulheres, na realidade, no que toca aos hortelões naturais da Guiné-Bissau, são as mulheres que estão, geralmente, mais presentes na horta. Este fenómeno pode ser explicado pela cultura guineense que, historicamente, confere à mulher a tarefa do cultivo familiar. Os dados socioeconómicos dos hortelões inquiridos (Anexo III) retratam o perfil socioeconómico dos hortelões inquiridos, revelando uma forte presença de imigrantes naturais da Guiné-Bissau (50%), aos quais se seguem os portugueses (35%) e os imigrantes cabo-verdianos (16%). Destaca-se ainda o baixo grau de escolaridade da média dos hortelões: a maioria (70%) tem apenas o 1º ciclo ou não tem escolaridade. Destaca-se ainda o elevado número de desempregados (23%). De sublinhar que esses valores estão associados a agregados domésticos bastante numerosos: mais de metade (52%) dos inquiridos vive em agregados domésticos com seis ou mais elementos. É visível que os graus de escolaridade mais baixos e os agregados domésticos mais numerosos são mais frequentes em hortelões de origem africana. Tais resultados não surpreendem: ligada a um passado vivido em países como Cabo Verde ou Guiné Bissau está a dificuldade de acesso à educação, o que condicionou todas as oportunidades profissionais, entre outros aspetos da vida dos hortelões imigrantes vindos destes países.



Fonte: Elaboração própria

2.2.5.2 Produtos cultivados e técnicas agrícolas adotadas

A ruralidade está muito presente no passado da grande maioria dos hortelões da HAA: 92% dos inquiridos já viveram no meio rural. Na sua maioria, são filhos de agricultores (92%) e aprenderam a cultivar durante esse tempo de vida – os hortelões inquiridos passaram, em média 26,3 anos a viver no meio rural e 66% afirma ter aprendido a cultivar com a experiência desse passado.

Este facto revela uma relação com a agricultura envolta em memórias das suas terras, dos seus costumes e maneiras de fazer, que se notam presentes nas suas opções de cultivo. A corroborar esta afirmação está, em

primeiro lugar, a seleção dos tipos de produtos que cultivam na horta. É quase infalível que um hortelão de origem guineense cultive “candja”, o nome dado ao quiabo (*Abelmoschus esculentus*), baguitchê (*Hibiscus sabdariffa*), pimenta-malagueta (*Capsicum frutescens*), ou “gindungo”, como é frequentemente denominada pelos guineenses, e djagatú (*Solanum aethiopicum*). Todos estes produtos estão muito presentes na cozinha típica da Guiné-Bissau, sendo, por isso, as culturas preferidas dos guineenses. Para os hortelões cabo-verdianos, o “pinto”, ou feijão, é obrigatório na horta, para depois colher e “pintar o arroz”, e a melhor forma de identificar uma parcela de um hortelão cabo-verdiano é procurar por pés de cana-de-açúcar.



Figura 14 - Vista parcial sobre uma parcela de um hortelão natural da Guiné-Bissau. Destaque para os caules do quiabeiro. Fotografia tirada durante o Inverno

Fonte: própria



Figura 15 – Vista parcial sobre a parcela de um hortelão natural de Cabo Verde.

Fonte: própria.

Para muitos, a horta é a única possibilidade que têm de aceder aos “produtos da sua terra”, já que tais alimentos são difíceis de encontrar nos estabelecimentos comerciais e são, na sua maioria, demasiado caros, como explica uma inquirida:

“Às vezes a gente quer quiabo ou jiló e durante o Inverno tem de ir até ao Rossio para comprar. Há uma senhora agora que vende lá. Mas se tem a horta pode vir aqui e tirar e oferecer a outras pessoas que tanto precisam.” (N, mulher, idade: 50≤54 anos, naturalidade: Guiné-Bissau).

Dos Gráficos das Figuras 16 e 17 constam, respetivamente, os produtos mais cultivados pelos hortelões guineenses e as respostas mais frequentes à pergunta “Porque é que cultiva esse(s) produto(s)?”.

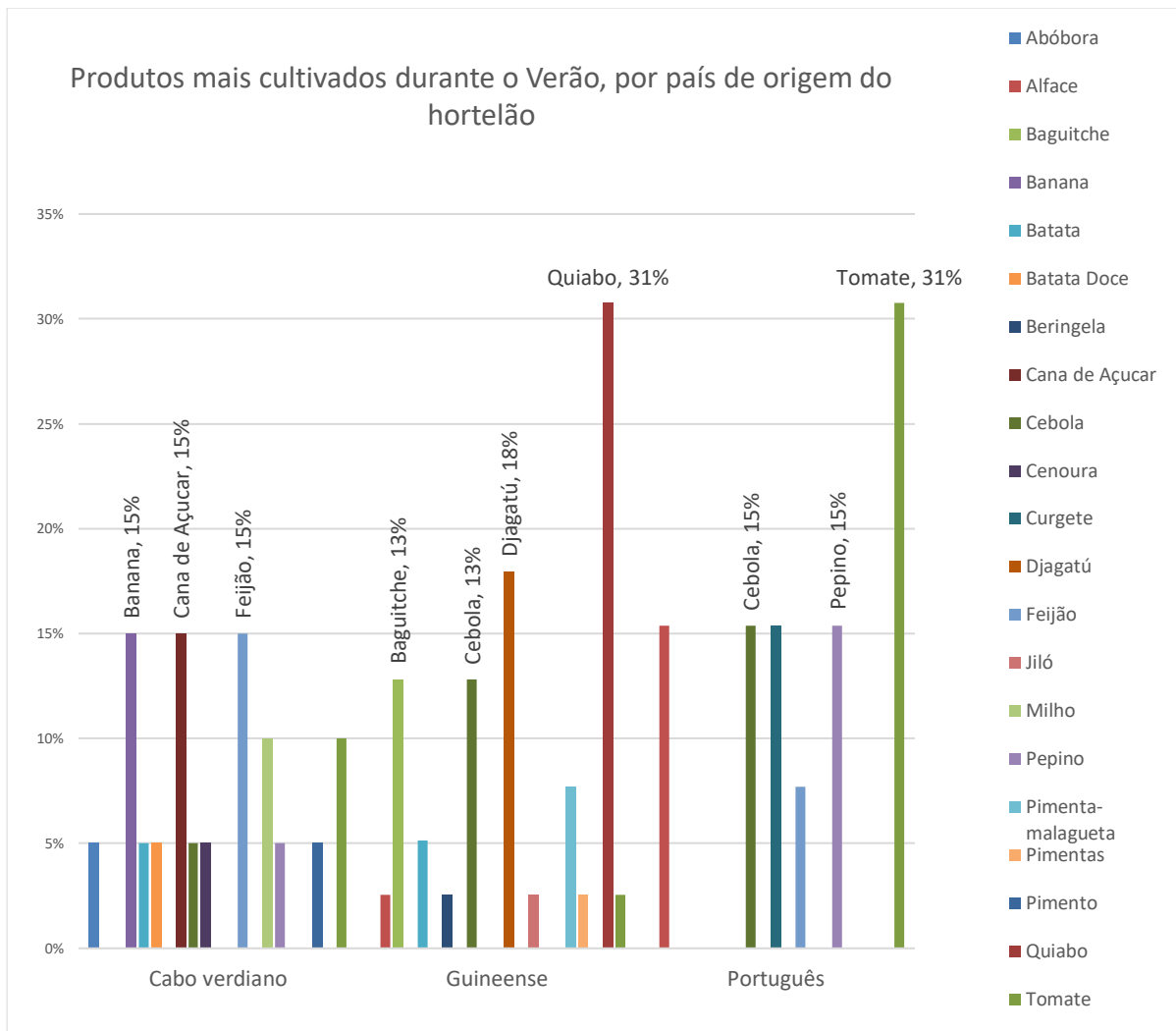


Gráfico da Figura 16 - Produtos cultivados pelos hortelões durante o verão, por país de origem.

Fonte: elaboração própria

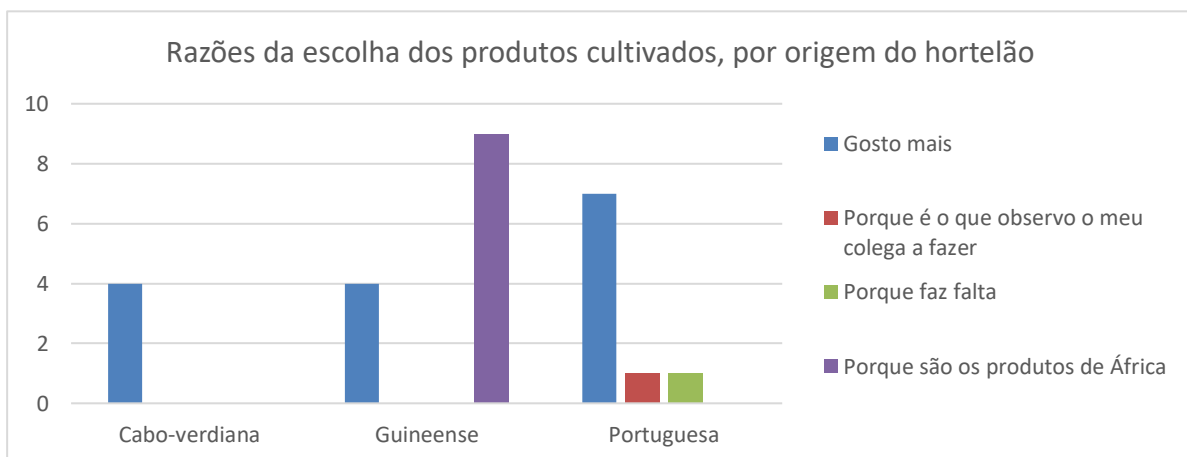


Gráfico da Figura 17 - Razões da escolha dos produtos cultivados, por origem de hortelão.

Fonte: Elaboração própria

Com base no exposto é possível concluir que a HAA tem desempenhado uma função relevante na manutenção da identidade cultural de cada hortelão, ao possibilitar o cultivo de certos alimentos característicos da cozinha típica do seu país de origem. Esta questão é de elevada importância, já que o acesso a uma alimentação culturalmente apropriada é uma das componentes mais importantes na manutenção da identidade própria de cada um e do sentimento de ligação com as suas origens (Mares, 2012).



Figura 18 - estrutura de canas na parcela de um hortelão natural de Portugal

Fonte: própria.



Figura 19 - Vista parcial sobre uma parcela não cultivada durante o Inverno.

Fonte: própria.

A identidade cultural de cada um, ao revelar-se no que se cultiva, também se evidencia, consequentemente, noutras dimensões das práticas culturais¹⁷. Por exemplo, os hortelões de origem guineense, na sua maioria, não cultivam durante o “tempo frio”, como denominam a época de Outono/ Inverno. Habitados ao clima tropical da Guiné-Bissau, com temperaturas que raramente descem abaixo dos 17°C, cultivam, sobretudo, produtos típicos do país de origem e não sabem, ou não têm interesse em cultivar, hortícolas adaptadas a um clima mais frio. Esta realidade levanta o principal problema vivido na HAA. Concretamente, o facto da grande maioria das parcelas, afetas a estes hortelões, ficarem ao abandono durante o período de Outono/Inverno. Esta questão será abordada, em pormenor, em vários pontos mais à frente.

As práticas agrícolas e modos de cultivo mais comuns na HAA, observados ao longo do tempo de visita à HAA e de interação com os hortelões, parecem revelar, nalguns casos, escassos conhecimentos agronómicos. Por exemplo, a rega é, geralmente, feita por alagamento e, ao regar, não há o cuidado de direccionar a água para a base da planta com o intuito de manter a superfície da planta seca, diminuindo, assim, o risco de aparecimento de problemas fúngicos. São sobretudo os hortelões de origem guineense e cabo-verdiana que

¹⁷ “Eu via as pessoas cultivar. Na minha terra cultivavam assim, não é com enxada, é com arado. Aqui é com enxada. Comecei a ver as pessoas assim, tal, comecei a usar enxada.” (hortelão F, guineense, 55≤59 anos).

regam desta forma, tendo os portugueses, geralmente, uma noção mais acertada das necessidades de rega das culturas. Em termos de fertilização das culturas, apesar da maioria adubar a terra da sua parcela com estrume, existem alguns casos de pessoas que compram sacos de adubo orgânico nas grandes superfícies comerciais, o que fica certamente mais caro que comprar, ou adquirir gratuitamente, estrume no picadeiro mais próximo. Para além do custo, não é claro que estes hortelões saibam distinguir os adubos que podem ser usados em agricultura em modo biológico dos que lhe são interditos. No que toca à gestão dos resíduos, em alguns casos, quando chega a altura de preparar o terreno (entre Março e Maio), os hortelões de origem guineense enterram as ervas adventícias que cresceram durante o período de Outono/ Inverno, com as sementes já maturadas, o que, obviamente, aumenta em grande medida a ocupação da parcela por plantas adventícias.

É, então, evidente que um acompanhamento técnico mais frequente por parte dos técnicos da CA poderia contribuir para aumentar os conhecimentos agrícolas da população da HAA, trazendo-lhes, deste modo, consideráveis vantagens, das quais se destaca a poupança de recursos e o aumento da produtividade e qualidade das hortícolas produzidas.

2.2.5.3 Motivações para o cultivo e objetivos dos hortelões

Ao analisar as respostas dos inquiridos à pergunta “Quais as três principais razões por que cultiva a horta?”, torna-se claro que a principal motivação é a possibilidade de “Gastar menos dinheiro com a compra de hortícolas”. Este tipo de motivação está em sintonia com o facto de a população estudada ser marcada por baixos rendimentos, agregados domésticos numerosos e baixa escolaridade. O Gráfico da Figura 20 representa a relação entre o número de elementos do agregado doméstico dos inquiridos e as motivações para o cultivo da horta.

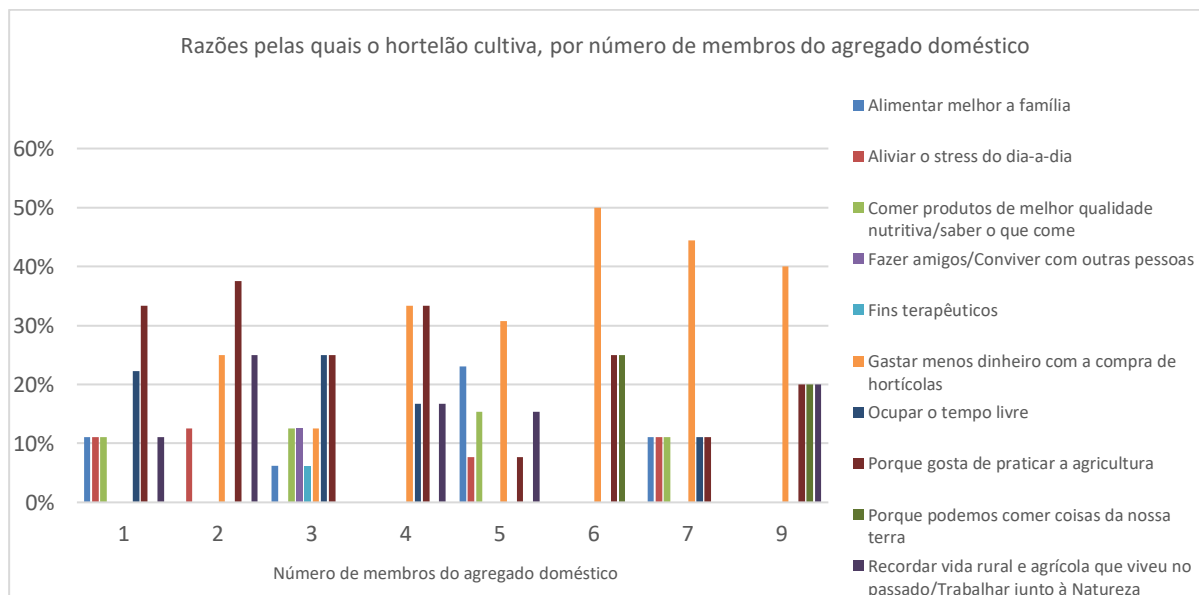


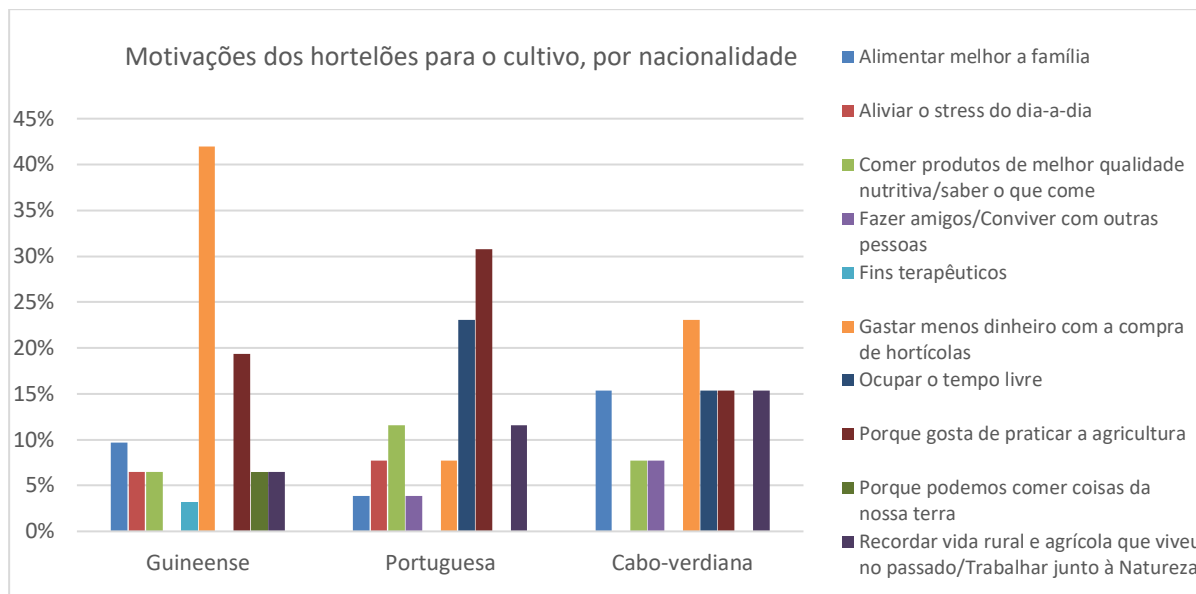
Gráfico da Figura 20 - Razões pelas quais o hortelão cultiva, por número de membros do agregado doméstico.

Fonte: Elaboração própria

Da análise do Gráfico acima exposto, ressalta a relação proporcional entre o aumento do número de membros do agregado doméstico e a frequência da resposta “gastar menos dinheiro com a compra de

hortícolas”, sobrepondo-se, esta última, à resposta “porque gosta de praticar a agricultura” quando o número de membros do agregado doméstico é superior a quatro.

A relação entre a naturalidade do hortelão e as motivações para o cultivo também mostra interessantes padrões. Assim, para 44% dos hortelões guineenses, uma das motivações para o cultivo é “gastar menos dinheiro com a compra de hortícolas”, sendo a mesma razão referida por apenas 20% dos cabo-verdianos e 8% dos portugueses.

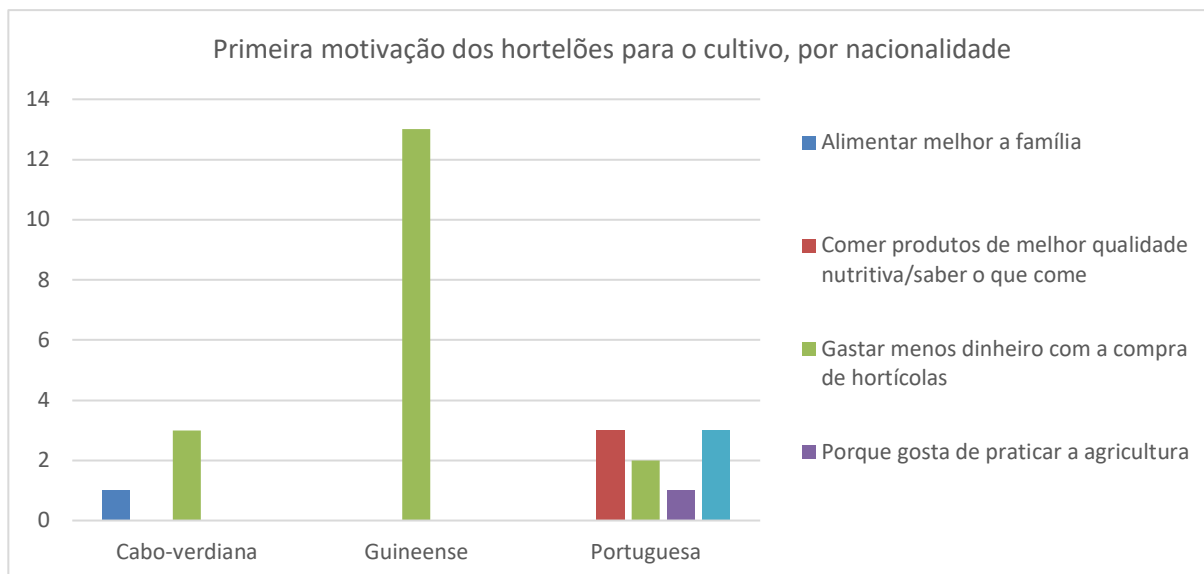


Fonte: elaboração própria.

Da mesma forma, ao observar a relação entre as razões pessoais para o cultivo e a situação na profissão dos hortelões, nota-se que, entre os hortelões desempregados, o motivo para o cultivo mais referido é o de “gastar menos dinheiro com a compra de hortícolas” (43% dos hortelões desempregados). Por seu lado, entre os hortelões reformados, o motivo mais referido é o “porque gosta de praticar agricultura” (33% dos hortelões reformados).

Apesar de todos os hortelões da HAA partilharem certas motivações para o cultivo da horta, é visível que diferentes perfis de hortelões correspondem a diferentes motivações. A origem do hortelão, o número de membros do agregado doméstico e a situação na profissão parecem ser aspetos que influenciam as suas motivações para a prática da horticultura. Porém, o aspeto mais preponderante parece ser o da origem do hortelão, já que, associado a uma determinada origem tende a estar o número de elementos do agregado doméstico, a situação na profissão e, ainda, o grau de escolaridade, como evidenciam os Gráficos das Figuras 20, 34 e 35 (os últimos dois estão no Anexo IV). A sustentar esta afirmação está ainda o seguinte facto: ao observar apenas a primeira resposta dada por cada hortelão à pergunta “Quais as três principais razões por que cultiva a horta?” (Gráfico da Figura 22), percebe-se que a totalidade (100%) dos hortelões de nacionalidade guineenses, e 67% dos hortelões cabo-verdianos responderam “gastar menos dinheiro com a compra de hortícolas”

Gráfico da Figura 22 - Primeira motivação dos hortelões para o cultivo, por nacionalidade.



Fonte: Elaboração própria.

As motivações de cada hortelão para o cultivo estão relacionadas com a situação económica, mas também com a sua relação com a produção agrícola, sendo esta distinta entre hortelões de diferentes origens. Naturalmente que, se a prática agrícola sempre foi condição essencial à sobrevivência de alguns, como vários hortelões inquiridos referem¹⁸, esses mesmos terão um diferente relacionamento com a “terra”, provavelmente associado à necessidade e não ao lazer.

É curioso verificar que, apesar da maioria dos hortelões guineenses elegerem o motivo “gastar menos dinheiro com a compra de hortícolas” como primeiro motivo para o cultivo, são também aqueles que, na sua maioria, não cultivam durante o período de Outono/ Inverno. Apesar desta informação não estar presente nos inquéritos efetuados, ficou claro, em várias conversas informais com os hortelões guineenses, que a ausência de cultivo durante esse período deve-se ao desinteresse desses hortelões pelos hortícolas de época fria¹⁹. Este desinteresse está, certamente, relacionado com a sua falta de familiaridade com este tipo de hortícolas e, talvez, também com as próprias condições climatéricas que caracterizam aquele período temporal.

¹⁸ Citando o hortelão B, natural de Cabo Verde, de 53 anos: “O meu pai é emigrante, a minha mãe sempre viveu lá. Eles são agricultores, mas de agricultura rural, aquela das chuvas. A maioria dos cabo-verdianos são. Tem que fazer se não comes o quê? Todos os anos tem de fazer. É o milho, o feijão que é para a tua própria alimentação. Isso é diferente. Porque em Cabo Verde a maioria das pessoas não trabalha. A maioria das pessoas não tem trabalho. Moram no interior como aqui vão trabalhar onde? Trabalha mais é no campo.”

¹⁹ Citando o hortelão C, natural da Guiné-Bissau, de 50 anos: “No tempo de Inverno sabe o que é? Tempo de inverno aquilo que nós temos mais vontade de cultivar não dá. É por isso que não cultivamos mais. E depois está frio e chuva e não há tempo para vir do trabalho tarde e cultivar a horta.” E ainda o hortelão D, guineense com idade entre o 55 e 59 anos: “Durante o Inverno não cultivo, mas não tenho tempo e não gosto muito de couve...”

2.2.6 Discursos dos hortelões - normas, valores, dificuldades e conflitos

Este ponto refere-se à dimensão “discursos” referida na abordagem *Policy Arrangement Approach* e exposta em Arts *et al.* (2006). Nesta dimensão, as atenções centram-se nas normas e valores dos hortelões da HAA, nas dificuldades por estes encontradas durante o seu tempo de vivência na horta e conflitos experienciados. Devido à natureza sistémica e inter-relacional da referida dimensão, a sua análise é aqui “desdobrada” em sub-dimensões dos “discursos”, as quais serão explicitadas com base nas seguintes questões:

- Relacionamento entre hortelões;
- Participação nos eventos da HAA;
- O problema da autoridade;
- Perceção das características técnicas da HAA pelos hortelões;
- Sugestões dos hortelões para melhorar o funcionamento do dia-a-dia da HAA;
- Relação dos hortelões com os restantes *stakeholders*.

2.2.6.1 Questões de relacionamento entre hortelões

Nos inquéritos realizados, a grande maioria dos hortelões classificou de “Bom” ou “Muito bom” o relacionamento, não só entre os hortelões da HAA, mas também entre hortelões com distintas naturalidades, como evidenciam os Gráficos das Figuras 23 e 24. Da mesma forma, quando lhes foi colocada a questão “Considera que a horta onde cultiva o seu talhão contribuiu para melhorar o relacionamento entre vizinhos?”, todos responderam “Sim”.

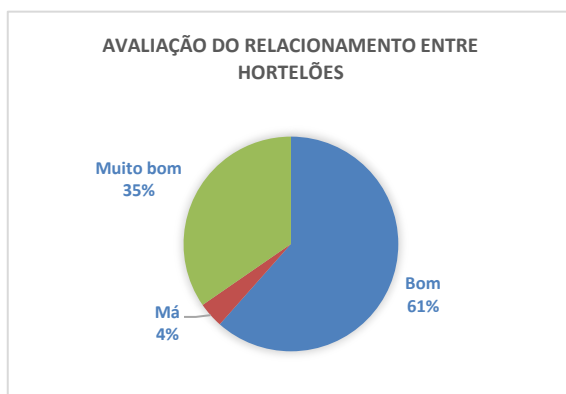


Gráfico da Figura 23 - Avaliação do relacionamento entre hortelões.

Fonte: Elaboração própria.

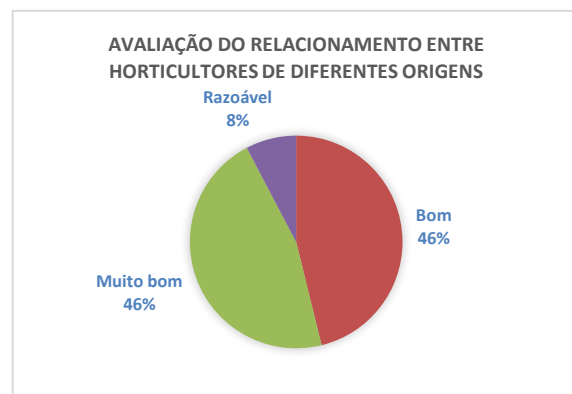


Gráfico da Figura 24 - Avaliação do relacionamento entre hortelões de diferentes origens.

Fonte: Elaboração própria.

Os comentários dos hortelões relativamente à pergunta “Na Horta onde cultiva o seu talhão, como avalia o relacionamento entre pessoas?” são bastante positivos, como de seguida se ilustra.

"Somos todos amigos, isso é verdade. Só me custa quando chega ao Inverno e eles não cultivam. Durante o Verão está tudo lindo. Não custa nada pôr umas couves! O ano passado o Malan não estava cá e eu disse-lhe 'Ò Malan eu vou limpar isso e pôr batatas' e fizemos isso. Mas este ano ele está cá e não cultiva" (A, homem, idade: 50≤54 anos; naturalidade: Portugal);

"Tudo feliz, tudo irmão" (B, mulher, idade: 45≤49 anos, naturalidade: Cabo Verde);

"Está tudo bom. Às vezes de vez em quando, na altura, até o Rui me oferece alface ou tomate. A gente dão muito bem mesmo muito bem." (D, homem, idade: 55≤59 anos, naturalidade: Guiné-Bissau);

"Nós temos bom relacionamento. Opá, nunca! Nunca temos mau relacionamento, nós temos bom relacionamento. Esse senhor deu-me favas. Qualquer coisa que eu precise, se ele tem, ele dá-me. Se eu tiver também lhe dou. Sim! Partilhamos." (F, homem, idade: 55≤59 anos, naturalidade: Guiné-Bissau);

Quando lhes foi colocada a questão "Na Horta onde cultiva o seu talhão, como avalia o relacionamento entre pessoas de diferentes origens/etnias?", as respostas positivas persistiram, ainda que certos comentários demonstrem uma análise, de certo modo, mais complexa:

"É bom. Nunca, nunca, nunca. Desde que nós começámos essas hortas nunca houve problema" (F, homem, idade: 55≤59 anos, naturalidade: Guiné-Bissau);

"Eles têm as suas coisas e nós temos as nossas. Eu não posso falar mal deles nem eles de mim. Aqui dão-se todos bem. É só essa questão das hortas no Inverno..." (A, homem, idade: 50≤54 anos; naturalidade: Portugal);

"É mais difícil porque não se dão bem uns com os outros. A maior parte das pessoas põe as pessoas brancas à parte. Há muita separação entre etnias." (I, homem, idade: 55≤59 anos, naturalidade: Portugal)

"O Pedro ajuda muito, o Inácio também. Somos amigos." (T, mulher, idade: 25≤29 anos, naturalidade: Guiné-Bissau)

"Podia ser ainda melhor porque as culturas são bastante diferentes. Mas acho que é bom. Às vezes tentamos fazer uns convívios para nos aproximarmos mais, mas eles são um bocadinho complicados... retraem-se e têm um bocado de receio ou vergonha. Depois acho que eles se tornam um bocado mais agressivos quando estão neste meio, não sei... talvez seja uma defesa. Mas é como lhe digo, nós damos-nos bem, eu falo com eles quando estão aqui a meu redor. Se não fosse isto (a horta) nós nunca nos falaríamos." (G, homem, idade: 60≤64 anos, naturalidade: Portugal).

E ainda relativamente à questão "Considera que a horta onde cultiva o seu talhão contribuiu para melhorar o relacionamento entre vizinhos?":

"Sim senhora. Contribuiu sim senhora. De antes tínhamos relacionamento. Depois da horta, o relacionamento aumentou." (F, homem, idade: 55≤59 anos, naturalidade: Guiné-Bissau);

"É capaz. Um bocadinho. Há algumas pessoas que não conhecia e que conheço agora. Mas também é só as pessoas que estão aqui em cima. Lá para baixo já não conheço ninguém." (A, homem, idade: 50≤54 anos; naturalidade: Portugal);

"Sinceramente, não tinha noção que havia aqui pessoas tão boas. Eu vi-as passar aí, mas não sabia e acabei por ter um conhecimento completamente diferentes das pessoas." (J, homem, idade: 50≤54 anos, naturalidade: Portuguesa);

"Porque são obrigados a falar. Estão ali ao lado um do outro. 'Boa tarde vizinha, boa tarde'. E acaba por se criar ali uma relação. Então vai plantar o quê? Ah tenho aqui uma semente, quer? Depois a pessoa é obrigada a retribuir da mesma forma. Porque se não fosse ali, não se viam. Há ali pessoas que não saíam de casa por nada. Saíam do trabalho, metiam-se em casa e acabou. Saíam no outro dia para ir trabalhar" (E, homem, idade: 35≤39 anos, naturalidade: Angola).

"Quando nós começámos as hortas, a maioria não conheciam os outros [não se conheciam uns aos outros]. As hortas criaram muita amizade, criou bom ambiente. Digamos, não houve aquela diferença entre africanos e brancos. Já tudo é comum agora. De vez em quando você vai ajudar um amigo teu, o outro também vem ajudar. Por exemplo eu e Pedro, com o Paulo também. Antigamente estava cada um no seu lado, ficava um pouco... estranho. Agora já se abriu tudo. Tudo graças a essa horta. Gostei muito. Gostei muito." (O, homem, idade: 45≤49 anos, naturalidade: Guiné-Bissau);

"Já falo com as pessoas. De antes agente não se cumprimentava e agora por causa da horta agente começa a falar" (J, homem, idade: 50≤54 anos, naturalidade: Cabo Verde).

Os vários comentários acima expostos demonstram uma relação entre hortelões bastante positiva, havendo, contudo, ainda algumas dificuldades no relacionamento entre hortelões de diferentes nacionalidades. Estas dificuldades estão, sobretudo, relacionadas com as diferentes maneiras de cultivar e com as consequentes assimetrias de comportamento entre hortelões de diferentes origens, como de seguida se procura ilustrar. Em várias conversas informais com hortelões portugueses, foi claro o seu desagrado, entre outros aspetos, com a forma como os hortelões guineenses, e os seus filhos, regavam a horta. Concretamente, sem qualquer orientação precisa, gastando elevadas quantidades de água desnecessariamente. Quando lhes foi perguntado se achavam que isso poderia ser resolvido com um maior acompanhamento técnico por parte da CA, eles responderam que nada iria resolver o problema, já que "aquelas pessoas" não querem aprender e são "mal-educadas".

Importa também referir que os hortelões de origem guineense estão habituados, na sua maioria, a partilhar o trabalho na horta entre um elevado número de familiares e amigos. O tempo passado na HAA pela autora da presente dissertação foi suficiente para perceber que a quantidade de pessoas que visita e trabalha as parcelas da HAA é muito superior ao número de hortelões aos quais foram atribuídas as parcelas. Este fenómeno só acontece com os hortelões de origem guineense, gerando um sentimento de desconfiança nos restantes hortelões que, ao não conhecerem as pessoas que visitam a horta, não se sentem à vontade para deixar os utensílios nos abrigos e confiar nos restantes. Já houve, aliás, diversas ocorrências de roubos dos materiais dos abrigos.

Contudo, é certo, que a HAA aproximou pessoas de diferentes origens e, deste modo, combateu estereótipos. Para além das palavras dos hortelões demonstrarem isso mesmo, Sara Torres, a técnica da DIS que esteve presente durante todo o processo de criação da HAA e durante o seu primeiro ano de funcionamento, refere vários casos de hortelões com uma conduta tendencialmente racista que, com o passar do tempo, foram

substituindo a repulsa e a desconfiança em relação aos seus vizinhos de diferentes origens, pela confiança, compreensão e, em certos casos, pela amizade. Sara Torres refere a capacidade que a HAA tem para destruir preconceitos e criar um maior sentido de cidadania. De acordo com as suas palavras:

“Porque é o tipo de obra que tu fazes, é uma estrutura que tem impacto na vida das pessoas. Imenso, imenso impacto. A vários níveis. Desde a saúde mental até à quebra de preconceitos e racismo, até à estrutura... esta estrutura de cidadania, de participar. Esta participação é um movimento de cidadania pleno.”

Não obstante, a cultura e o passado de cada um fazem-se sentir nas dinâmicas de convivialidade na horta. Nas várias visitas ao local, tanto em momentos habituais do quotidiano da HAA como em eventos especiais que envolviam a participação de todos os hortelões, foi possível presenciar e verificar certas especificidades omitidas nas respostas obtidas através dos inquéritos.

Em primeiro lugar, constatou-se que há uma clara diferença entre o comportamento das mulheres africanas quando comparado com o dos homens. Nota-se, assim, uma certa reserva da maioria das mulheres em participarem ativamente nos momentos de convívio entre hortelões, tomando estas, habitualmente, uma posição mais afastada e individual²⁰. Não querendo tecer conclusões que ultrapassam o âmbito deste estudo, esta realidade pode ser compreendida como resultado natural do passado colonialista associado a uma visão não só racista, como extremamente patriarcal, vivido nos seus países de origem. Ademais, as crenças religiosas de orientação muçulmana de vários casais de hortelões guineenses, poderão igualmente contribuir para tal comportamento. Para além disso, apesar de serem as mulheres africanas as agentes ativas no cultivo da parcela familiar, são os seus maridos que, na maioria dos casos, participam nas reuniões e nos momentos cruciais de tomada de decisão. São eles que assinam os documentos e votam para as questões da HAA, ficando as suas mulheres incutidas, “apenas”, do cultivo da parcela na horta. Por outro lado, as diferenças linguísticas que se fazem sentir, sobretudo entre as mulheres guineenses e os restantes hortelões, dificultam ainda mais a comunicação entre todos, e parecem ser um aspeto determinante nas relações interculturais ali vividas.

Em segundo lugar, e fazendo a ponte com as questões de participação nos eventos e assuntos da HAA, observa-se uma participação muito assídua de um conjunto muito pequeno de hortelões nas reuniões e eventos da HAA, que reclamam “serem sempre os mesmos a estarem presentes” e se sentem injustiçados e solitários no esforço que fazem para assegurar o bom funcionamento da horta. O ponto seguinte aborda, em detalhe, as questões relacionadas com a participação dos vários hortelões nos assuntos da HAA.

2.2.6.2 Questões de participação nos eventos da HAA e a questão da autoridade

O modelo de horta associativa pressupõe, como foi referido anteriormente, a gestão da HAA por parte dos hortelões com a orientação e ajuda, quando necessário, dos técnicos da Divisão de Intervenção Social e da CA. Desta forma, ficou acordado, desde o início do projeto, que os hortelões da HAA são os primeiros

²⁰ Citando Teresa Ribeiro, arquiteta paisagista da CA: “Há ali uma coisa que para nós é esquisita Inês, que é aquelas mulheres serem muito submissas. Aquelas mulheres são muito... quem manda são os homens, quem vai às reuniões é o homem, quem fala e quem assina os papéis é o homem. Elas trabalham. Isto para nós é um bocadinho estranho.”

responsáveis pela organização de reuniões periódicas, sessões de manutenção do espaço comum da horta, e qualquer outro tipo de evento que se justifique. Conhecendo bem a população em causa, a DIS esteve sempre consciente das dificuldades que a primeira teria na execução das suas tarefas de gestão e, por isso mesmo, prontificou-se para a auxiliar ao longo de todo o processo. Porém, os objetivos relativos à gestão da horta por parte do grupo de hortelões da HAA, inicialmente definidos, não têm sido cumpridos, notando-se um desinteresse geral da maioria dos hortelões.

A questão da participação prende-se com dois aspetos. Em primeiro lugar, a taxa de assiduidade dos hortelões nas reuniões e encontros da horta é relativamente baixa. Segundo os inquéritos efetuados aos hortelões, 27% afirmam participar “raramente” nestes eventos, enquanto 31% dizem participar “quase sempre” e 42%, “sempre”. Porém, as repostas dadas à pergunta “Como avalia a participação do seu grupo de hortelões nos eventos relativos à horta (reuniões, sessões de limpeza do espaço comum, etc)?” revelam uma outra realidade: 12% responderam “elevada participação”, 46% classificam a participação dos seus colegas de “média participação” e 42% de “baixa participação”. Todavia, tendo em conta a informação recolhida, presencialmente, através das várias visitas a eventos organizados (concretamente: uma reunião geral, uma sessão de trabalhos comuns e um workshop) e das conversas informais com os técnicos da DIS e da CA, conclui-se que a participação dos hortelões é efetivamente baixa, estando perto dos 20%.

Em segundo lugar, há um problema de autoridade que se levanta. Os responsáveis pelos grupos de hortelões, eleitos aquando do processo de negociação para a criação da horta, afirmam não terem a autoridade necessária para convocar reuniões e orientar a gestão da horta, e reclamam não serem ouvidos ou respeitados pelos seus vizinhos da horta. Muitos alegam “não quererem problemas” com os vizinhos da horta, já que todos vivem no mesmo bairro e os conflitos não acabariam na horta. O hortelão O, natural da Guiné-Bissau, com idade entre os 45 e 49 anos e responsável por um dos quatro grupos de hortelões, explica a questão da seguinte forma:

“(…)quando essa horta aí foi distribuída para todos, disseram que eu era o responsável geral. Se houvesse qualquer coisa eu falava diretamente com a Dr^a. Sara ou com a Dr^a. Ana. Mas é assim, criou um bocadinho, para quem não está dentro do assunto, criou um bocadinho de desentendimento com algumas pessoas. Isso para mim, não é por aí. Mas eu costumava dizer à Sara, ‘você, um de vocês ficava acima de nós. Se houvesse qualquer coisa, eram vocês que diziam.’ Que era para não haver conflito. Entre nós, é um bocadinho complicado dizer quem é responsável. As pessoas pensam ‘ah ele pensa que ele é melhor que eu’. Ninguém é superior a ninguém. Mas cada um tem de saber, aquele é responsável então tem de respeitar. Se não sou eu o responsável, se não é ninguém o responsável então cada um faz o que quer (...)”

O problema da falta de participação nos eventos da horta parece estar, por um lado, associado ao facto de faltar alguém “de fora da horta” que oriente as ações de gestão da HAA, já que os hortelões responsáveis pela tarefa de mobilizar o seu grupo de hortelões e comunicar os assuntos da horta não são reconhecidos pelos restantes.

Em segundo lugar, parece existir um desinteresse geral e um sentido de desresponsabilização pessoal. Este sentimento de desinteresse expressado por uma grande parte dos hortelões, mais presente nos hortelões de origem guineense, poderá estar ligado ao facto da sua grande maioria viver situações pessoais bastante

difíceis. As mulheres de origem africana, por exemplo, têm, na sua maioria, mais de três filhos a seu cargo, número que sobe para seis ou sete em vários casos. A responsabilidade maternal associada a baixos rendimentos, frequentemente obtidos em trabalhos bastante desgastantes, como é exemplo o trabalho de limpeza, poderá desviar a sua atenção dos assuntos da horta, sendo estes últimos vistos como assuntos secundários e de pouca importância quando comparados com as preocupações que se prendem com o bem-estar da família.

Durante o período de negociação para a criação da horta, ficou acordado que o gabinete da DIS seria o principal responsável por orientar os hortelões na gestão da HAA²¹. Porém, tal orientação e acompanhamento têm-se revelado escassos, como provam os comentários de alguns hortelões expostos abaixo. O hortelão R, natural de Portugal, muito participativo e assíduo nos eventos da horta, com idade entre os 45 e 49 anos, afirmou o seguinte:

“Eu acho que devia haver mais formação, mais acompanhamento. Foi falado inicialmente que ia haver uma reunião de seis em seis meses e no último ano e meio não houve nenhuma reunião.”

E quando lhe foi colocada a questão “E quem é que ficou responsável por isso?”, o inquirido respondeu:

“Acho que era a CA, ou a Cascais não sei quantos. Inicialmente era a Teresa e outra senhora. Depois elas saíram, ficou um senhor que eu acho que é o Sebastião. Eles estão com muitos projetos ao mesmo tempo se calhar... E a ideia inicial também era: nós tínhamos que andar por nós. Não era eles estarem sempre a acompanhar. Embora a gente tenha de contar com eles porque aqui é difícil nós contarmos com todos.”

Poder-se-ia colocar a questão: estará o problema de autoridade associado ao facto de os hortelões eleitos responsáveis não serem os mais indicados para o cargo? Em caso afirmativo, o problema poder-se-ia resolver com a substituição dos hortelões, através de uma votação em plenário? As respostas a estas perguntas estão no relacionamento entre estes hortelões e os restantes, bem como nas suas próprias atitudes. Os hortelões em questão são respeitados pelos seus companheiros da horta, tendo, no geral, uma ótima relação com todos, tanto que, em várias situações de necessidade, é a eles que os hortelões recorrem. Tendo em conta as suas atitudes, estes hortelões mostram-se constantemente dedicados aos assuntos comuns da horta, esforçando-se para resolver as questões mais pertinentes do quotidiano da horta.

O problema da falta de participação parece, então, estar associado à falta de hábito que a maioria dos hortelões tem para o associativismo e para o trabalho em equipa. De forma breve, aquele problema parece radicar na escassa cultura cívica que, sublinhe-se, não é uma especificidade da população analisada, mas, antes, transversal à sociedade portuguesa. Para além do referido, é também provável que as vidas pessoais dos hortelões analisados impeçam, até um certo nível, uma maior disponibilidade para se envolverem nos assuntos da horta. Por fim, a questão da participação poderá ainda estar ligada à falta de um sentimento de pertença, associado à barreira linguística existente entre alguns guineenses e portugueses e, ainda, a certas características

²¹ Citando André Miguel, técnico da CA: “O Divisão de Intervenção Social (DIS) é que tem responsabilidades, neste caso específico, de criar essa comunidade. Nós em termos de hortas, vimos as hortas associativas como uma responsabilização da população diretamente na manutenção daquele espaço e, portanto, a população tem de alguma forma de conseguir organizar-se para isso. Se as pessoas não estão a conseguir, devia ser a responsabilidade do Divisão de Intervenção Social fazê-lo” (entrevista a André Miguel: 11)

culturais. Esta sugestão/justificação decorre e é sustentada pela experiência vivida durante certos momentos de visitação e interação com os hortelões da HAA. Com efeito, nos dois eventos organizados pela autora do presente trabalho, a saber: i) o workshop para aprender a usar a motocultivadora, e ii) a sessão de limpeza do espaço

Quadro 1 - Resumo das respostas dos hortelões à pergunta “Quais as maiores dificuldades/restrições que enfrenta na sua horta?”. Fonte: Elaboração própria

comum com a roçadora, houve a oportunidade de comprovar a hipótese acima enumerada. Ao observar que, algumas pessoas, por iniciativa própria, não interagem com o resto do grupo, mas, antes, permaneciam atomizadas nos seus trabalhos, a autora deste trabalho convidou-as a participar e a expor as dúvidas que tinham em relação à utilização das máquinas. De notar que vários hortelões desconheciam a existência da motocultivadora, apesar desta pertencer a todos os hortelões e ter sido comprada no último ano com o dinheiro das cotas pagas pelos mesmos.

Mais uma vez, os factos acima expostos revelam a necessidade de um acompanhamento por parte de alguém “de fora da horta” com autoridade, saber técnico e capacidade para cativar e unir os vários hortelões. Sem esta ajuda, será muito difícil combater os conflitos ainda existentes, e os (res)sentimentos negativos de alguns hortelões, já que a cisão causada pelas diferentes formas de comportamento impossibilita a criação de um sentimento de união e entendimento entre todos.

2.2.6.3 Dificuldades encontradas pelos hortelões

Este ponto explora as dificuldades encontradas pelos hortelões em todos os níveis da sua experiência na HAA e durante os, aproximadamente, três anos de vivência na horta.

As respostas dos inquiridos à pergunta “Quais as maiores dificuldades/restrições que enfrenta na sua horta?” são bastante variadas e prendem-se, sobretudo, com questões técnicas e pessoais e ainda com questões relacionadas com o comportamento dos seus vizinhos da horta. Seguidamente, apresenta-se um resumo das respostas obtidas (ver Quadro 2).

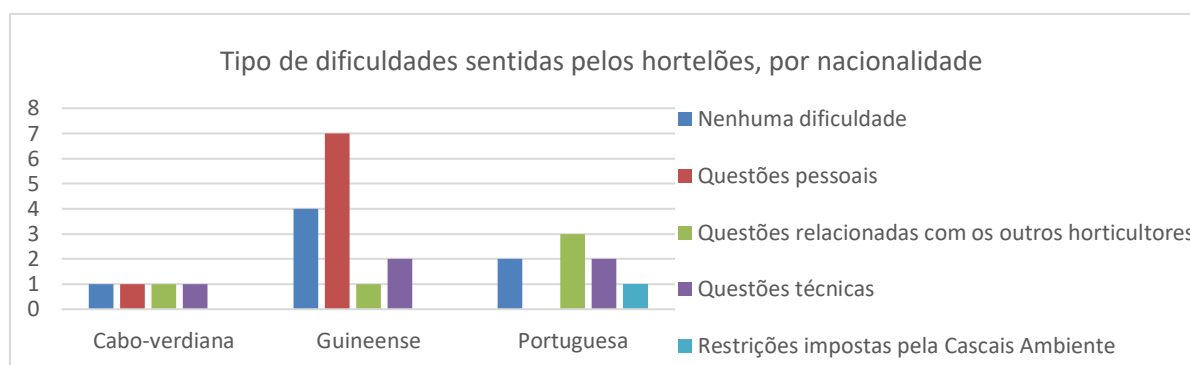
Questões técnicas	Questões pessoais	Questões relacionados com os outros hortelões	Nenhuma dificuldade
Animais que atacam as culturas: 2 respostas (PT e G)	"Não tem perna não pode ter mais bonito que assim!" (CV)	O facto de as hortas não serem cultivadas durante o Inverno (PT)	7 respostas (4 G, 2 PT e 1 CV) ²²
“Não ter um portão maior para deixar entrar o carro para trazer o estrume.” (CV)	Problemas pessoais de saúde: 3 respostas (G)	Relacionamento com os vizinhos (PT)	

²² G: guineense, PT: português, CV: cabo-verdiano.

Gráfico da Figura 25 - Tipo de dificuldades sentidas pelos hortelões, por nacionalidade.

“As hortas deviam estar mais bem divididas” (CV)	“É cavar. Mas agora temos máquina para cavar.” (G)	“O facto de muitas pessoas não cultivarem” (G)
“Falta um carrinho de mão para levar as coisas” (G)	Falta de tempo para vir à horta: 3 respostas (G)	“O facto de não limparem a horta” (não cultivarem durante muito tempo). (PT)
“A maior dificuldade é a limpeza dos espaços comuns. Nos espaços comuns as ervas crescem muito e torna-se difícil.” (PT)	“A canseira de cavar a terra” (G)	“Os vizinhos começam a alargar a sua horta para cima da minha” (CV)

Como mostra o Quadro 2, o maior número de respostas recai sobre questões pessoais (sete respostas), sobretudo relacionadas com problemas de saúde. O mesmo número de respostas – sete – pertence à categoria “nenhuma dificuldade”, o que demonstra que a maioria dos hortelões afirma não sentir qualquer dificuldade que tenha como origem as características da horta, a sua população ou o seu modo de funcionamento. Ao analisar as repostas obtidas, e dividindo-as por “tipo de dificuldade” e por nacionalidade do hortelão (Gráfico da Figura 25) verificamos que a grande maioria das dificuldades dos hortelões guineenses estão associadas a questões pessoais. Ao mesmo tempo, o maior número de respostas referentes a dificuldades relacionadas com os outros hortelões ou com questões técnicas foram dadas por portugueses.



Fonte: Elaboração própria

Mais uma vez, estes resultados sustentam a hipótese de que a cultura e o passado de cada hortelão influenciam a respetiva vivência na horta e, conseqüentemente, o tipo de dificuldades sentidas. Os dados acima expostos poderão ainda ajudar a perceber a questão da falta de participação nos eventos e atividades comuns

da horta. O facto de os guineenses terem um olhar bastante mais centrado nas questões pessoais de cada um — falta de saúde, falta de tempo ou demasiado cansaço para efetuar as operações culturais mais difíceis, ou que exigem maior esforço físico, na horta —, pode explicar o (aparente) desinteresse que expressam relativamente aos assuntos comuns da horta. Contudo, importa manter uma visão ampla e sistémica da questão, tendo presente que os comportamentos de cada indivíduo são o resultado de variadas dimensões da sua vida.

2.2.6.4 Conflitos entre hortelões

Segundo as respostas dos hortelões aos inquéritos, surgiram alguns conflitos ao longo dos, aproximadamente, três anos de vivência na HAA. Apresentam-se de seguida algumas afirmações dos hortelões acerca do tema:

“As pessoas dão-se bem. Às vezes há um problema ou outro. Houve *stresses* mas foi só entre duas pessoas. É uma pessoa e é só uma pessoa que é assim um bocado... E as pessoas já estão a entender a maneira de ser dessa pessoa. Então, já está a ser ultrapassado. Porque às vezes é preciso conhecer a outra pessoa. E depois a outra pessoa tem de ceder e dizer: pronto aquela pessoa é assim não vou...” (E, homem, idade: 35≤39 anos, naturalidade: Angola);

"Não quero que esses me roubem a horta, não quero! Porque essa horta me dá muito, muito. Eu vivo bem com a minha família. Eu ponho lá alface, couve. Está a ver? Já me roubaram! Eu ponho alface, ponho... Só para a minha família. Eu ponho batata para minha família. Eu ponho candja, baguitchi e djagatú para a minha família. Eu ponho tomate. Olha tomate já morreu. Vou fazer mais!" (D, homem, idade: 55≤59 anos, naturalidade: Guiné-Bissau);

"Às vezes pode haver conflito, mas isso não tem nada a ver com a horta" (J, homem, idade: 50≤54 anos, naturalidade: Cabo Verde);

"Do tempo que eu tive aqui nunca vi uma coisa má." (S, homem, idade: 55≤59 anos, naturalidade: Guiné-Bissau).

Os comentários dos hortelões indicam que, apesar de já terem ocorrido alguns conflitos entre hortelões, esses conflitos foram pontuais e entre poucas pessoas, tendo sido resolvidos no momento oportuno. Sara Torres e André Miguel referiram, igualmente, em conversa informal, a ocorrência de um ou dois conflitos no passado que envolveram duas pessoas que se insultavam com comentários racistas. Porém, essas situações foram resolvidas, tendo uma delas exigido a expulsão de um hortelão, devido ao seu constante mau comportamento. Atualmente, os maus relacionamentos parecem ter cessado quase por completo, havendo apenas uma acusação de racismo a um hortelão por parte de uma vizinha.

Foram referidas ainda, em conversas informais com os hortelões, situações de roubos de hortícolas e de manípulos de torneiras. Apesar destes acontecimentos criarem alguma desconfiança e hostilidade entre hortelões, o sentimento geral é positivo, sendo estes acontecimentos vistos como pontuais e secundários. Algumas pessoas roubaram os manípulos das torneiras para, provavelmente, poderem regar assim que chegam à horta, sendo que, durante o Verão, concentram-se muitos hortelões ao fim do dia para regar e, como não há uma torneira para cada parcela, há sempre alguém que tem de esperar.

Apesar da grande maioria dos hortelões afirmar que não existem conflitos, a desaprovação do comportamento de certos hortelões guineenses por parte de alguns hortelões portugueses expressa-se, naturalmente, no ambiente vivido na horta. Assim, o sentimento de desconfiança persiste e, à medida que o tempo vai passando, a esperança num melhor funcionamento da horta vai-se esbatendo.

Reunindo a informação obtida através dos inquéritos e das conversas informais com os hortelões durante todo o tempo de visita à HAA, pode concluir-se que a primeira, ou principal, fonte de conflito parece ser o facto de parte significativa dos hortelões, ao não cultivar a sua parcela durante o período Outono/Inverno, deixando-a, portanto, ao abandono, leva a que as sementes das plantas adventícias se dispersem pelas restantes parcelas, afetando negativamente os cultivos vizinhos. Esta é, sem dúvida, uma das questões mais urgentes a resolver. A segunda fonte de conflito mais importante está relacionada com a reduzida participação da maioria dos hortelões nos trabalhos comuns da horta. Como foi possível constatar presencialmente, no dia combinado para a limpeza do espaço comum com a roçadora apareceram apenas quatro pessoas – ou seja, as que estão sempre presentes em todos os encontros. Depois de uma espera de trinta minutos, os presentes estavam cansados de esperar e desiludidos. O encontro estava prestes a falhar. Nessa altura, a autora do presente trabalho decidiu ir tentar “recrutar” mais hortelões para a atividade. Para tal, dirigiu-se à sala de reuniões, já que era o dia de pagamento das cotas e, durante a tarde, os hortelões dirigiam-se até ali para as pagar. Depois de falar com algumas pessoas, conseguiu mais quatro ou cinco participantes. Não sendo o número ideal, foi o suficiente para “animar os ânimos” daqueles que se viam sozinhos na tarefa. O encontro durou cerca de três horas, foi muito animado, todos aprenderam a usar a roçadora e o espaço comum ficou completamente limpo. Este é um exemplo de como vários problemas poderão vir a ser resolvidos com um maior acompanhamento por parte de alguém “de fora” da horta.



Figura 26 – Hortelões depois de uma tarde de trabalho na HAA

Fonte própria



Figura 27 – Hortelões depois de uma tarde de trabalho na HAA

Fonte própria

2.2.6.5 Perceção das características técnicas da HAA pelos hortelões

Neste ponto analisa-se a satisfação dos hortelões relativamente às condições técnicas da HAA, a saber: dimensões dos talhões, infraestruturas existentes e apoio técnico por parte dos técnicos da CA.

Segundo as respostas dos hortelões aos inquéritos, 81% considera que a dimensão do talhão que cultiva é “bom”, e 19% considera-a “razoável”. Em relação ao acompanhamento técnico por parte dos técnicos da CA, 81% avalia este acompanhamento como “bom”, 4% como “mau” (o que equivale à resposta de uma pessoa) e 15% como “razoável”. Ao analisar os comentários dos hortelões a propósito destas questões, percebe-se que, na sua maioria, não sabem com que frequência os técnicos da CA visitam a horta, alegando não estarem presentes nesses momentos por falta de tempo. Na realidade, o apoio na gestão da HAA ficou, em primeiro lugar, a cargo da DIS, tendo a CA uma posição mais distante. Como acordado no início, o objetivo de criar um novo modelo de horta consistia também em retirar alguns encargos da parte da CA, nomeadamente, encargos com recursos humanos. Os comentários dos hortelões não são unânimes, dominando, ainda assim, as opiniões de que é necessário mais acompanhamento técnico:

"O acompanhamento técnico da CA é ótimo. Até houve uma altura em que queriam fazer um curso para aprender a fazer e a aplicar produtos biológicos. Se fizermos esse curso ganhamos um certificado para ir comprar os produtos e aplicá-los" (C, mulher, idade: 55≤59 anos, naturalidade: Portugal);

"Pessoalmente não preciso de mais acompanhamento por parte da CA, mas a maior parte, diria 80% dos hortelões, precisa! Eles não sabem fazer." (I, homem, idade: 55≤59 anos, naturalidade: Portugal);

"O André acompanha. Nós fazemos a formação com ele e se há alguma dúvida eu pergunto." (J, homem, idade: 50≤54 anos, naturalidade: Cabo Verde);

"Dão pouco apoio. Precisávamos de mais formação de como tratar o espaço. E estarem mais em cima das pessoas. Obrigar a estar tudo mais direito." (R, homem, idade: 45≤49 anos, naturalidade: Portugal);

"Era preciso mais ajuda para aprender a cultivar." (T, mulher, idade: 25≤29 anos, naturalidade: Guiné-Bissau).

Apesar das respostas aos inquéritos mostrarem que a grande maioria dos hortelões considera suficiente o acompanhamento técnico, há que ter em conta que estas opiniões são dadas por pessoas que, no geral, carecem de sentido crítico desenvolvido. A maioria dos hortelões guineenses expressa uma opinião positiva em relação a quase todos os assuntos, transmitindo a ideia de que tudo na HAA está bem para eles. Esta aparente falta de sentido crítico, ou simples contentamento, tem, certamente, diversas razões que não serão aqui exploradas por falta de informação.

Relativamente às infraestruturas da HAA, os comentários dos hortelões expressam diferentes necessidades. Em baixo apresenta-se a Figura 28 que resume todas as dificuldades técnicas relacionadas com as infraestruturas das hortas mencionadas pelos hortelões inquiridos.

Quadro 2 - Sugestões dos hortelões para melhorar o funcionamento da HAA. Fonte: Elaboração própria

Figura 28 – Dificuldades técnicas identificadas pelos hortelões.



Fonte: Elaboração própria

É importante dar a conhecer que, entretanto, algumas destas questões já foram resolvidas. Concretamente, em reunião, foi decidido comprar alguns pés de videira para servir de cobertura para a pérgula (Figura 28), a horta já tem mais uma mesa de madeira para convívio (Figura 28) e já se acordou acerca da aquisição de novos manípulos de torneiras. Em suma, as dificuldades parecem poder ser facilmente ultrapassadas se existir uma organização de todos os elementos da horta de forma a decidirem o que comprar, quando comprar, etc.

2.2.6.6 Sugestões dos hortelões para melhorar o funcionamento do dia-a-dia da horta

Este ponto resume a totalidade das sugestões para melhorar o funcionamento do dia-a-dia da horta expressas pelos hortelões nas suas respostas ao inquérito, bem como em todos os momentos de convívio informal vivenciados pela autora do presente trabalho (ver Quadro 3). A fim de facilitar a compreensão dos tipos de sugestões as mesmas foram organizadas nos seguintes temas: aspetos técnicos da HAA, questões de relacionamento e questões relacionadas com os restantes *stakeholders*.

Quadro 3 - Sugestões dos hortelões para melhorar o funcionamento da HAA

Questões técnicas	Questões de liderança	Questões de relacionamento
"Temos de ter aqui produto ou gatos para apanhar ratos e depois alargar as casinhas (os abrigos de ferramentas) porque nós somos muitos" (F, homem, idade: 55≤59 anos, naturalidade: Guiné-Bissau)	"Mais ajuda. Ter alguém responsável, de fora da horta, que esteja mais presente aqui." (O, homem, idade: 45≤49 anos, naturalidade: Guiné-Bissau)	"Fazer mais almoços e convívios. Quando há comida vêm todos. (como forma de aumentar a participação dos hortelões)" (A, homem, idade: 50≤54 anos; naturalidade: Portugal)
"Contratar uma equipa da CA para limpar os espaços comuns." (E, homem, idade: 35≤39 anos, naturalidade: Angola)	"Mais reuniões e participarmos todos. Não faz sentido pagar a alguém para limpar o espaço comum quando nós somos 40." (R, homem, idade: 45≤49 anos, naturalidade: Portugal)	
"Nós precisamos daquilo tapado (uma pérgula e mais meses para melhorar a zona de convívio). Também precisávamos de luz aqui para quando queremos ficar até mais tarde." (H, mulher, idade: ≥70 anos, naturalidade: Cabo Verde)	"Termos mais ajuda do André Miguel por exemplo para aprendermos a cultivar melhor" (T, mulher, idade: 25≤29 anos, naturalidade: Guiné-Bissau)	"Mais almoços para conviver" (M, homem, idade: 60≤64 anos, naturalidade: Guiné-Bissau)
"Devia-se pôr coisas para a terra ficar melhor" (M, homem, idade: 60≤64 anos, naturalidade: Guiné-Bissau)	"Ter alguém responsável da CA ou do Divisão de Intervenção Social mais presente na horta que acompanhasse de perto os hortelões, de modo a garantir que todos se sentem envolvidos e responsáveis." (E, homem, idade: 35≤39 anos, naturalidade: Angola)	"Fazer mais piquenique aqui na horta" (K, mulher, idade: 50≤54 anos, naturalidade: Guiné-Bissau)
"Ter mais torneiras para regar" (S, homem, idade: 55≤59 anos, naturalidade: Guiné-Bissau)	"Estarem mais presentes (os técnicos da DIS)" (2 respostas)	
"Precisamos de carrinhos de mão e de uma cobertura para fazer sombra. Sem sombra não podemos fazer churrasco!" (Z, mulher, idade: 60≤64 anos, naturalidade: Cabo Verde)	"Virem mais vezes à horta" (6 respostas)	

A partir da análise do Quadro 3, conclui-se que as sugestões dadas pelos hortelões relacionadas com questões de liderança são consistentes em número e em tipo. Ou seja, todas elas referem a necessidade de um maior acompanhamento, em primeiro lugar, por parte dos técnicos da CA e, em segundo lugar, por parte dos técnicos da DIS. É de notar que a maioria dos inquiridos concorda com a ideia de que uma presença mais assídua de alguém que assuma, em parte, a liderança da HAA, seria benéfica para todos.

Em relação às questões de relacionamento entre hortelões, as três sugestões dadas pelos inquiridos expressam, todas elas, a simples vontade de promover mais momentos de convívio, o que demonstra, à primeira vista, que o relacionamento entre hortelões é saudável e que, aquilo que há a melhorar não é complexo, visto que se resolve, apenas, com mais momentos de convívio. Porém, a situação real pode não ser exatamente esta, como em certa medida demonstram alguns dos pontos anteriores.

2.2.6.7 Relação dos hortelões com os restantes stakeholders

Hortelões e técnicos da Cascais Ambiente

O contacto entre os hortelões e os técnicos da CA começou com as primeiras reuniões de negociação para a criação da HAA. Desde então, criou-se uma relação de proximidade e confiança, ainda que as visitas dos técnicos da CA à horta sejam esporádicas (2 a 3 vezes por ano). Para além das várias reuniões e sessões de trabalho durante a fase de criação da HAA, a formação inicial em Agricultura Biológica, dada por André Miguel e Miguel Brito, foi um marco importante, já que a maioria dos inquiridos afirma ter aprendido muito sobre agricultura com aquela ação de formação. Talvez seja por isso que vários hortelões fazem, em primeiro lugar, referência a André Miguel (Quadro 3 e comentários expostos abaixo).

Quando questionados sobre “que tipo de coisas deveriam ser feitas para melhorar o relacionamento entre os técnicos da CA e os hortelões da horta?”, a esmagadora maioria dos hortelões não expressa qualquer sugestão de mudança, com 88% afirmando “estar tudo bem”, e 8% não expressando qualquer opinião. Apenas um hortelão revela a opinião de que seria necessário “estarem mais presentes”.

“Foi útil sim. Oh! Muito útil, muito útil, muito útil. Opá! O André... Epá não sei... mas a mim, os meus colegas... André ajudou-nos muito, muito, muito, muito. Sim senhora. Opinião de André, sim senhora.” (F, homem, idade: 55≤59 anos, naturalidade: Guiné-Bissau);

“André Miguel é bom rapaz. Gosto muito. Ele é muito simpático.” (B, mulher, idade: 45≤49 anos, naturalidade: Cabo Verde);

“Eu não conheço pessoal da CA mas eu sei que eles tratam bem. Eles trabalham bem, fazem bem” (D, homem, idade: 55≤59 anos, naturalidade: Guiné-Bissau).

Hortelões e técnicos da Divisão de Intervenção Social

A relação entre os hortelões e os técnicos da Divisão de Intervenção Social foi sendo construída ao longo do tempo de habitação no bairro, visto que o gabinete da DIS foi ali instalado nos primeiros anos após a sua construção e, desde então, tem vindo a auxiliar os seus moradores com questões financeiras, familiares e pessoais. Esta constante presença permitiu que se criasse uma relação próxima e de confiança entre os dois *stakeholders*. Assim, ao observar as respostas dos hortelões à pergunta “Que tipo de coisas deveriam ser feitas para melhorar o relacionamento entre os técnicos do Divisão de Intervenção Social e os hortelões da Horta?”, a grande maioria afirma não ser preciso fazer “estar tudo bem” (73%). Apenas uma pequena percentagem (19%) diz “não saber” o que se poderá fazer para melhorar esse relacionamento. De seguida expõem-se alguns comentários dos hortelões em relação ao tema em questão. A maioria daqueles são bastante positivos, existindo apenas um que refere a falta de presença dos técnicos da DIS na HAA.

"Gosto di Paulo e Mila e Neuza, gosto muito" (B, mulher, idade: 45≤49 anos, naturalidade: Cabo Verde);

"Está tudo ótimo. As senhoras muitas vezes até saem do seu local de trabalho para vir aqui ver como é que isto está" (C, mulher, idade: 55≤59 anos, naturalidade: Portugal);

"É muito raro estarem presentes. Deviam estar mais presentes." (I, homem, idade: 55≤59 anos, naturalidade: Portugal);

"Estamos muito à vontade uns com os outros. Temos os contactos pessoais e tudo. Sempre que é preciso alguma coisa eles estão lá. Nós estamos para eles como eles estão para nós." (E, homem, idade: 35≤39 anos, naturalidade: Angola)

A partir das respostas dos hortelões acima expostas, poderá retirar-se duas conclusões distintas. O facto de não expressarem qualquer sugestão de pontos a melhorar, poderá significar que a maioria dos inquiridos nunca chegou a desenvolver uma opinião concreta sobre a relação com os restantes *stakeholders* e, por isso mesmo, não têm qualquer tipo de sugestão a fazer. O mesmo facto poderá ainda ser explicado por um certo receio em apontar defeitos aos técnicos da DIS e da CA. Em diversas conversas informais com os hortelões, alguns revelaram ser da opinião de que um acompanhamento mais constante é muito necessário e poderia resolver vários problemas da HAA.

2.2.7 Discursos dos técnicos da Cascais Ambiente

Em análise dos três anos de existência da HAA, os técnicos da CA reconhecem os benefícios trazidos pelo projeto, os objetivos que foram atingidos e aqueles que ficaram, parcial ou completamente, por atingir. Consideram, assim, que o principal objetivo de legalizar o acesso à terra àquela população foi atingido, existindo hoje mais pessoas a cultivar uma parcela de horta de uma forma regrada, tendo à sua disponibilidade todos os

recursos necessários à atividade hortícola. Do ponto de vista social, consideram que a HAA aproximou vizinhos do bairro que, de outra forma, não se relacionariam. A vivência conjunta na horta entre pessoas de diferentes origens e culturas ajudou a combater vários estereótipos, o que se reflete no ambiente geral ali vivido.

Porém, os técnicos da CA reconhecem que há ainda um longo trabalho a desenvolver com a população da HAA, nomeadamente, no que toca à forma de cultivo de alguns hortelões e à sua participação nas atividades da horta, como explica André Miguel:

“O trabalho com a comunidade guineense não está bem trabalhado. Está muito... e não está, eu assumo, muito por (falta de) recursos. Falta um trabalho de base ali com aquela comunidade guineense. Houve uma formação que para alguns funcionou, eu sei que consegui pôr aquelas pessoas a pensar um bocadinho sobre aquilo e a fazer algumas coisas diferentes... mas foram 12 horas há dois anos. Falta ali um trabalho de acompanhamento. Os cabo-verdianos já não. (...) Mas sim eu acho que o empoderamento daquela população é uma das coisas mais importantes daquilo.” (entrevista a André Miguel: 10)

Também em relação ao trabalho realizado pela DIS na HAA, André Miguel reconhece que há alguns pontos a melhorar:

“O Divisão de Intervenção Social (DIS) é que tem responsabilidades, neste caso específico, de criar essa comunidade. Nós em termos de hortas, vimos as hortas associativas como uma responsabilização da população diretamente na manutenção daquele espaço e, portanto, a população tem, de alguma forma, de conseguir organizar-se para isso. Se as pessoas não estão a conseguir, devia ser a responsabilidade do Divisão de Intervenção Social fazê-lo. Esta é uma visão que chegámos lá. Não sei se resulta a 100%. Acho que não têm a sensibilidade, a ginástica, o conhecimento técnico para fazê-lo. Acho que lhes falta ali algum conhecimento técnico. Nem é técnico da agricultura, é técnico do projeto das hortas. Nós temos muita ginástica de explicar a uma pessoa “epá desculpe lá mas você não pode ter estes plásticos aqui” e eles já não têm essa possibilidade. Isto para dizer o quê? A questão é nós temos muita experiência a convencer uma determinada pessoa que ela não pode ter aquilo ali. Eles não têm esta experiência e dizem “ah mas coitado ele explicou-me e disse-me que precisa porque não consegue fazer as nabiças ou...” e portanto falta-lhes esse calo, esse traquejo.” (entrevista a André Miguel: 11)

André Miguel reconhece ainda o problema de autoridade entre hortelões:

“Idealmente nós não falaríamos diretamente com os horticultores e falaríamos sempre com o tutor, o responsável da horta, o Kral, e seria da responsabilidade da associação conseguir criar mecanismos para que esta mensagem passasse. E o que é que nós sentimos? O que é que eu sinto? Isso não acontece porque o Kral tem muita dificuldade em dar ordens a pessoas que são iguais a ele e por isso existe hierarquicamente muito igual e por isso nem sempre é bem aceite que o Kral vá corrigir coisas e portanto eles pedem-nos muitas vezes que nós façamos esse papel. E portanto este é um dos pontos.” (entrevista a André Miguel: 11)

2.2.8 Discursos dos técnicos da Divisão de Intervenção Social

Segundo as opiniões das duas técnicas da Divisão de Intervenção Social entrevistadas – Sara Torres e Ana Paula -, ambas envolvidas no projeto da HAA em diferentes alturas - Sara Torres durante o primeiro ano e Ana Paula nos dois últimos anos -, a HAA trouxe vários benefícios para a população do bairro, ainda que nem tudo funcione da melhor forma.

Mais precisamente, ambas estão de acordo acerca da aproximação que a HAA promoveu entre vizinhos no bairro, sobretudo entre pessoas de diferentes culturas que, de outra forma, dificilmente se conheceriam:

“E esta horta tem este lado também que veio juntar pessoas que à partida não se juntariam e que não se conheceriam nunca, nomeadamente pessoas do arrendamento e pessoas de compra. Juntaram-se naquela horta, os mais improváveis... há ali pessoas que trabalham na câmara, diferenciadas e pessoas que têm uma vida menos privilegiada e com mais fragilidades e, portanto, juntou-se aqui algumas vulnerabilidades com alguns elementos de força e nota-se uma grande entreaajuda.” (entrevista a Sara Torres: 5).

Em relação aos problemas ali vividos, Ana Paula enumerou as questões dos limites das parcelas e dos roubos como sendo as mais referidas pelos hortelões.

“Aquilo que eles mais se queixam é mesmo dos roubos (...) A nível do layout, aquilo que eu sugeria, e que nós temos vindo a organizar, é delinear melhor os talhões e os caminhos porque as pessoas começam ‘um puxa mais para aqui outro para ali’ e é daí que vêm também os conflitos.” (entrevista a Ana Paula: 1).

E ainda em relação ao problema de falta de participação da maioria dos hortelões:

“Eu acho que também o mais complicado é que muitas daquelas pessoas trabalham muito e são mais as mulheres que trabalham na horta e as mulheres trabalham das 8 às 8 e como chegam tarde torna-se difícil captá-las para as reuniões. Elas não têm disponibilidade. Nós estamos já há algum tempo para fazer uma formação sobre como cultivar os produtos europeus, mas é muito difícil fazer com que eles participem. O máximo de pessoas que estive numa reunião foi cerca de 20 e já foi muito, muito bom. Conseguíamos muitas pessoas ao início quando se começou a dizer que íamos fazer a horta associativa e elas podiam escolher como queriam a horta. Mas depois as pessoas foram começando a fazer as coisas à sua maneira. Porque se calhar acaba por ser um bocadinho da cultura guineense ter ali um bocado de terreno para a subsistência e para a partilha. E eles não olham todos para a horta da mesma forma. E depois também é o cumprir das regras. Enquanto os portugueses dão-lhes uma regra e eles tentam cumprir quando são os guineenses já não é bem assim. É da própria cultura... andam um bocadinho ao sabor do vento.” (entrevista a Ana Paula: 2).

Como sugestões para melhorar o problema da participação, Ana Paula reconhece que uma presença mais frequente por parte dos técnicos responsáveis poderia ajudar a resolver alguns problemas, sabendo, porém, que este maior acompanhamento é impossibilitado pela falta de tempo dentro do seu horário de trabalho:

“Se calhar era bom fazer uma iniciativa mensal para eles sentirem que estamos mais presentes. Mas isso é muito difícil porque nós não temos tempo.” (entrevista a Ana Paula: 2).

Também Sara Torres considera essencial a presença e ajuda dos técnicos da DIS para o bom funcionamento do projeto:

“Se isto foi um projeto começado por nós, um processo que foi acompanhado por nós, a nossa presença faz falta. Porque efetivamente é uma ilusão achar que aquilo vai andar alguma vez sozinho. Aquilo nunca vai andar sozinho. Aquilo vai sempre precisar de uma terceira pessoa (...). E às vezes podes estar mais próximo, outras mais distante, mas tu nunca vais poder deixar de estar presente. E quando digo isto não é de uma forma paternalista. Há questões que a nossa presença resolve muito mais facilmente porque somos imparciais. As pessoas vêem-nos como o mediador que vai conseguir cuidar disto. Portanto a nossa presença faz aqui diferença.”

Capítulo 3 - Conclusões

Finalizada esta profunda análise da realidade da Horta Associativa da Adroana e do seu contexto político e social, é possível chegar a várias conclusões que, tendo emergido de um caso de estudo concreto e único, poderão ser extrapoladas para outros casos, já que vão ao encontro de ideias idênticas anteriormente comprovadas por outros autores (Prové *et al.*, 2016).

O Quadro 4 (Anexo I) resume os principais elementos que constituem o *Policy Arrangement Approach* (Arts *et al.*, 2006), e foi criado no sentido de evidenciar as principais conclusões a retirar do presente estudo. Assim, podemos enumerar essas mesmas conclusões como sendo as seguintes:

1. Um dos princípios que serviu de base para a criação da HAA – a ideia de que a gestão da horta se faria quase autonomamente pelos futuros hortelões estava, à partida, condenada ao fracasso. As características da população de onde iriam surgir os futuros hortelões do espaço, das quais se destaca a baixa escolaridade, a escassa ou nenhuma experiência associativa e as acentuadas diferenças de comportamento entre pessoas de diferentes origens, ditaram a extrema dificuldade em atingir este objetivo, mesmo tendo como assegurado o auxílio das técnicas da DIS na gestão da horta. Aqui, o contexto do projeto foi, como era expectável, determinante. Respondendo, então, à hipótese central da presente dissertação: “Até que ponto a inclusão das necessidades, oportunidades e dificuldades/constrangimentos específicos das populações envolvidas nas Hortas Urbanas, nos processos e estratégias de governança destas últimas contribui, ou não, para potenciar as vantagens positivas da Agricultura Urbana, e como contribui?”, podemos concluir que, apesar da ideia orientadora do processo de criação da HAA ser exatamente a de adaptar o projeto ao contexto em que este se insere, nem sempre é possível responder à complexidade de fatores que constroem a realidade da população e do território onde este se insere.

Ressalta, então, a ideia de que, mesmo quando o processo de criação da horta tem em conta as necessidades da população e acontece de uma forma participada e inclusiva, nem sempre se consegue encontrar a melhor solução. No caso da HAA, uma reflexão mais profunda sobre as condicionantes e oportunidades da população em causa poderia ter orientado a tomada de decisão noutro sentido. Ou seja, um conhecimento mais profundo do contexto em que o projeto se insere é inevitável ao sucesso do mesmo. Contudo, as limitações da CA em termos de recursos financeiros e humanos também ditaram, até um certo ponto, as escolhas efetuadas.

A grande maioria dos hortelões elegeram como prioridade a necessidade de haver um maior acompanhamento por parte de um técnico especializado, de “fora da horta”, que se responsabilize pela orientação dos hortelões para os assuntos da horta. Alguém que tenha a autoridade necessária para chamar as pessoas à atenção e assumir a gestão da horta. Em relação ao acompanhamento técnico, sabe-se, desde início, que os hortelões de origem guineense tinham, à partida, uma grande dificuldade em adaptar as suas técnicas de cultivo às características edafoclimáticas do território da HAA, pelo que necessitariam sempre de um grande apoio técnico. Atualmente, passados três anos de projeto, nota-se que o solo das suas parcelas está carente de nutrientes e as produções desses hortelões estão a diminuir

consideravelmente. É, também por isso, que, atualmente, a CA já mobilizou recursos humanos para apoiarem a HAA neste sentido.

2. A experiência de três anos de HAA revela notáveis melhorias no relacionamento entre residentes do BA, nomeadamente entre pessoas de diferentes origens. Ainda que as suas “maneiras de fazer a agricultura” e comportamentos sociais sejam marcadamente diversas, a proximidade e partilha a que a vivência na horta obriga quebrou estereótipos e alimentou a tolerância e a coesão social no bairro. A HAA é um motivo de orgulho para muitos residentes do bairro e um espaço de lazer e de convívio. Não descurando a necessidade de um maior acompanhamento que poderá, certamente, resolver alguns pontos negativos, importa reconhecer a importância que este projeto tem na saúde mental e física dos seus utilizadores, no combate à insegurança alimentar das pessoas mais desfavorecidas e na criação de um maior sentimento de pertença e unidade entre aquela população.

Referências Bibliográficas

Abreu, Â. M. R. D. S. (2012). *Hortas urbanas—contributo para a sustentabilidade. Caso de estudo: “Hortas comunitárias de Cascais”* (Doctoral dissertation, Faculdade de Ciências e Tecnologia).

Amado, M. (2012). Agenda 21 Local em Portugal. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/gigs/eventos/sem_lus_bras/amado.pdf

Ambrose-Oji, B., Tabbush, P., Carter, C., Frost, B., & Fielding, K. S. (2011). Public engagement in forestry: a toolbox for public participation in forest and woodland planning. *Forestry Commission, Edinburgh*.

Arts, B., Leroy, P., & Van Tatenhove, J. (2006). Political modernisation and policy arrangements: a framework for understanding environmental policy change. *Public organization review*, 6(2), 93-106.

Barata, S. R. (2017). *Participação e desenvolvimento sustentável: as hortas comunitárias de Cascais* (Doctoral dissertation).

Baxter, P., & Jack, S. (2008). Qualitative case study methodology: Study design and implementation for novice researchers. *The qualitative report*, 13(4), 544-559.

Beilin, R., & Hunter, A. (2011). Co-constructing the sustainable city: how indicators help us “grow” more than just food in community gardens. *Local Environment*, 16(6), 523-538.

Birky, J., & Strom, E. (2013). Urban perennials: How diversification has created a sustainable community garden movement in the United States. *Urban Geography*, 34(8), 1193-1216.

Brown, K. H., & Bailkey, M. (2002). *Urban agriculture and community food security in the United States: Farming from the city center to the urban fringe*. Urban Agriculture Committee of the Community Food Security Coalition.

Buijs, A., Elands, B., Havik, G., Ambrose-Oji, B., Geróházi, E., van der Jagt, A., ... & Vierikko, K. H. (2016). Innovative governance of urban green spaces.

Intergovernmental Panel on Climate Change. (2015). *Climate change 2014: Mitigation of climate change* (Vol. 3). Cambridge University Press.

COST Action Urban Agriculture Europe. (2013). *Barcelona Declaration on Urban Agriculture and the Common Agricultural Policy*. Disponível em: http://www.urban-agriculture-europe.org/files/130624_barcelona_declaration_on_urban_agriculture.pdf

Curry, N. R., Reed, M., Keech, D., Maye, D., & Kirwan, J. (2015). Urban agriculture and the policies of the European Union: The need for renewal. *Spanish Journal of Rural Development*, 5(1), 91-106.

EUROSTAT. (2018). *Income quintile share ratio*. Consultado em Junho, 2019 em: <http://ec.europa.eu/eurostat/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=tessi180&plugin=1>

EUROSTAT. (2018). *Material deprivation and low work intensity statistics – Fig.4*. Consultado em Junho, 2019 em: [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Material deprivation and low work intensity statistics](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Material_deprivation_and_low_work_intensity_statistics)

Fabrique Territoires Santé. (2018). *Comment garantir localement une alimentation de qualité et accessible à tous?* Dossier Resources - Alimentation et Territoires. Paris, France.

Food and Agriculture Organization. (2018). *FAO's role in urban agriculture*. Consultado em Março, 2019 em: <http://www.fao.org/urban-agriculture/en/>.

Food and Agriculture Organization. (1996). Declaration on world food security. *World Food Summit*, Rome, Italy. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/003/w3613e/w3613e00.htm>

Fox-Kämper, R., Wesener, A., Münderlein, D., Sondermann, M., McWilliam, W., & Kirk, N. (2018). Urban community gardens: An evaluation of governance approaches and related enablers and barriers at different development stages. *Landscape and Urban Planning*, 170, 59-68.

Frank Lohrberg, Wolf Lorleberg, Dona Pickard, Lionella Scazzosi, Axel Timpe. (2016) *Urban Agriculture and the European Agenda*. Disponível em: http://www.urban-agriculture-europe.org/files/160223_cost_uae_final_event.pdf

Galappaththi, E. K., & Berkes, F. (2015). Can co-management emerge spontaneously? Collaborative management in Sri Lankan shrimp aquaculture. *Marine Policy*, 60, 1-8.

Gazillo, C. (2017). Addressing Racism in Urban Agriculture: The Case for an Urban Agriculture Land Trust in Bridgeport, Connecticut.

Golden, S. (2013). Urban agriculture impacts: Social, health, and economic: A literature review. *University of California: California*.

Gómez-Baggethun, E., & Barton, D. N. (2013). Classifying and valuing ecosystem services for urban planning. *Ecological Economics*, 86, 235-245.

Groening, G. (1996, September). Politics of community gardening in Germany. In *Branching Out: Linking Communities Through Gardening, annual conference of the American Community Gardening Association (ACGA)* (pp. 26-29).

Hynes, H. P., & Howe, G. (2002, September). Urban horticulture in the contemporary United States: personal and community benefits. In *International Conference on Urban Horticulture 643*(pp. 171-181).

Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2017). *The State of Food Security and Nutrition in the World 2017: Building Resilience for Peace and Food Security*. FAO.

Jessop, B. (1998). The rise of governance and the risks of failure: the case of economic development. *International social science journal*, 50(155), 29-45.

Jettner, J. F. (2017). Community gardens: Exploring race, racial diversity and social capital in urban food deserts.

Kazancigil, A. (1998). Governance and science: market-like modes of managing society and producing knowledge. *International Social Science Journal*, 50(155), 69-79.

Kloppenburg Jr, J., & Lezberg, S. (1996). Getting it straight before we eat ourselves to death: From food system to foodshed in the 21st century.

Krasny, M. E., Russ, A., Tidball, K. G., & Elmqvist, T. (2014). Civic ecology practices: Participatory approaches to generating and measuring ecosystem services in cities. *Ecosystem services*, 7, 177-186.

Lawrence, A., De Vreese, R., Johnston, M., van den Bosch, C. C. K., & Sanesi, G. (2013). Urban forest governance: Towards a framework for comparing approaches. *Urban Forestry & Urban Greening*, 12(4), 464-473.

Lima, M. D. C. (2014). *Tensões, compromissos e articulações entre o poder local e as dinâmicas participativas locais dos bairros da Adroana, de Alcoitão e da Cruz Vermelha (Alcabideche, Cascais)* (Doctoral dissertation).

Lisboa, A. E. C. D. F. (2016). *Contribuição para o estudo da biodiversidade de Espaços Verdes Urbanos e Hortas Comunitárias: Caso de estudo da Freguesia de Parede/Carcavelos* (Doctoral dissertation).

Lohrberg, F., Lička, L., Scazzosi, L., & Timpe, A. (Eds.). (2016). *Urban agriculture europe*. Jovis.

Lorleberg, W. (2016). Urban agriculture has an economic dimension, Chapter 3. In *Urban Agriculture Europe*, F. Lohrberg, L. Licka, L. Scazzosi, A. Timpe, eds. (Berlin, Germany: Jovis)

Lovell, S. T. (2010). Multifunctional urban agriculture for sustainable land use planning in the United States. *Sustainability*, 2(8), 2499-2522.

Mares, T. M. (2012). Tracing immigrant identity through the plate and the palate. *Latino Studies*, 10(3), 334-354.

McClintock, N., Miewald, C., & McCann, E. (2018). The politics of urban agriculture: Sustainability, governance, and contestation. *SAGE Handbook on Spaces of Urban Politics*. Thousand Oaks, California: SAGE.

McClintock, N., Cooper, J., & Khandeshi, S. (2013). Assessing the potential contribution of vacant land to urban vegetable production and consumption in Oakland, California. *Landscape and Urban Planning*, 111, 46-58.

McEldowney, J. (2017) Urban agriculture in Europe - Patterns, challenges and policies. *Members' Research Service*. E. E. P. R. Service. European Union.

Miccoli, S., Finucci, F., & Murro, R. (2016). Feeding the cities through urban agriculture the community esteem value. *Agriculture and agricultural science procedia*, 8, 128-134.

Mok, H. F., Williamson, V. G., Grove, J. R., Burry, K., Barker, S. F., & Hamilton, A. J. (2014). Strawberry fields forever? Urban agriculture in developed countries: a review. *Agronomy for sustainable development*, 34(1), 21-43.

Moragues, A., Morgan, K., Moschitz, H., Neimane, I., Nilsson, H., Pinto, M., ... & Halliday, J. (2013). Urban Food Strategies. The rough guide to sustainable food systems.

Mougeot, L. J. (Ed.). (2005). *Agropolis: The social, political, and environmental dimensions of urban agriculture*. IDRC.

Mougeot, L. J. (2000). Urban agriculture: Definition, presence, potentials and risks, and policy challenges. *Cities feeding people series; rept. 31*.

Opitz, I., Berges, R., Piorr, A., & Krikser, T. (2016). Contributing to food security in urban areas: Differences between urban agriculture and peri-urban agriculture in the Global North. *Agriculture and Human Values*, 33(2), 341-358.

Pearsall, H., Gachuz, S., Rodriguez Sosa, M., Schmook, B., Van Der Wal, H., & Gracia, M. A. (2017). Urban community garden agrodiversity and cultural identity in Philadelphia, Pennsylvania, US. *Geographical Review*, 107(3), 476-495.

Pearson, L. J., Pearson, L., & Pearson, C. J. (2010). Sustainable urban agriculture: stocktake and opportunities. *International journal of agricultural sustainability*, 8(1-2), 7-19.

Premat, A. (2010). Moving between the plan and the ground: shifting perspectives on urban agriculture in Havana, Cuba. In *Agropolis* (pp. 171-204). Routledge.

Pretty, J. (2008). Agricultural sustainability: concepts, principles and evidence. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London B: Biological Sciences*, 363(1491), 447-465.

Prové, C., Desein, J., & De Krom, M. (2016). Taking context into account in urban agriculture governance: Case studies of Warsaw (Poland) and Ghent (Belgium). *Land Use Policy*, 56, 16-26.

Pudup, M. B. (2008). It takes a garden: Cultivating citizen-subjects in organized garden projects. *Geoforum*, 39(3), 1228-1240.

Reyes-García, V., Aceituno, L., Vila, S., Calvet-Mir, L., Garnatje, T., Jesch, A., ... & Pardo-De-Santayana, M. (2012). Home gardens in three mountain regions of the Iberian Peninsula: description, motivation for gardening, and gross financial benefits. *Journal of sustainable agriculture*, 36(2), 249-270.

Ribeiro, T., Miguel, A., Peixoto, R., & Torres, S. (2017). From illegality to a community-associative vegetable garden of Adroana. *I Colóquio Nacional Horticultura Social e Terapêutica, 20 e 21 de outubro de 2016, Estoril, Portugal*, 46-52.

Rich, K. M., Rich, M., & Dizyee, K. (2016). Participatory systems approaches for urban and peri-urban agriculture planning: The role of system dynamics and spatial group model building. *Agricultural Systems*.

Richter, J., Schnitzler, W. H., & Gura, S. (1995). Vegetable production in periurban areas in the tropics and subtropics: food, income and quality of life.

Rosol, M. (2010). Public participation in post-Fordist urban green space governance: The case of community gardens in Berlin. *International Journal of Urban and Regional Research*, 34(3), 548-563.

Saldivar-Tanaka, L., & Krasny, M. E. (2004). Culturing community development, neighborhood open space, and civic agriculture: The case of Latino community gardens in New York City. *Agriculture and human values*, 21(4), 399-412.

Santo, R., Palmer, A., & Kim, B. (2016). Vacant Lots to Vibrant Plots: A review of the benefits and limitations of urban agriculture. *Center for a Livable Future, John Hopkins University*.

Sabatier, P. A. (1986). Top-down and bottom-up approaches to implementation research: a critical analysis and suggested synthesis. *Journal of public policy*, 6(1), 21-48.

Simons, H. (2009). *Case study research in practice*. SAGE publications.

Stern, N. (2009). O Desafio Global-Como enfrentar as Alterações Climáticas criando uma nova Era de Progresso e Prosperidade.

Stoker, G. (1998). Governance as theory: five propositions. *International social science journal*, 50(155), 17-28.

Strunk, C., & Richardson, M. (2017). Cultivating belonging: refugees, urban gardens, and placemaking in the Midwest, USA. *Social & Cultural Geography*, 1-23.

Tornaghi, C. (2014). Critical geography of urban agriculture. *Progress in Human Geography*, 38(4), 551-567.

Urban Agriculture Europe. (2013). The cap and urban agriculture. [http://www.urbanagricultureeurope.la.rwthachen.de/mediawiki/index.php/WG_1:_Urban_Agriculture_definitions_and_Common_Agriculture_Policy_\(CAP\)](http://www.urbanagricultureeurope.la.rwthachen.de/mediawiki/index.php/WG_1:_Urban_Agriculture_definitions_and_Common_Agriculture_Policy_(CAP))

DeNavas-Walt, C., Proctor, B. D., & Smith, J. C. (2012). Current Population Reports, P60-239. Income, Poverty, and Health Insurance Coverage in the United States: 2010. Washington, DC US Government Printing Office 2011.

Walker, S. (2016). Urban agriculture and the sustainability fix in Vancouver and Detroit. *Urban Geography*, 37(2), 163-182.

World Health Organization. (2018). Consultado em Fevereiro, 2019 em: <http://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/obesity-and-overweight>

Van der Jagt, A. P., Szaraz, L. R., Delshammar, T., Cvejić, R., Santos, A., Goodness, J., & Buijs, A. (2017) a). Cultivating nature-based solutions: The governance of communal urban gardens in the European Union. *Environmental research*, 159, 264-275.

Van der Jagt, A. P., Elands, B. H., Ambrose-Oji, B., Geróházi, É., Møller, M. S., & Buizer, M. (2017) b). Participatory governance of urban green spaces: trends and practices in the EU. *NA*, 28(3).

Van der Steen, M., Scherpenisse, J., Hajer, M., van Gerwen, O. J., & Kruitwagen, S. (2015). Learning by doing. *Government participation in an energetic society. NOSB & PBL.*

Veen, E. J. (2015). *Community gardens in urban areas: a critical reflection on the extent to which they strengthen social cohesion and provide alternative food.* Wageningen University.

Voicu, I., & Been, V. (2008). The effect of community gardens on neighboring property values. *Real Estate Economics, 36*(2), 241-283.

Zeunert, J. (2016). Urban agriculture up-scaled: economically and socially productive public green space. In *Sustainable Urban Agriculture and Food Planning*. Routledge (pp. 121-139).

Anexo I – Framework de análise do processo de governança da HAA

Quadro 4 - Resumo do processo de governança da HAA segundo o <i>framework</i> proposto pelo Policy Arrangement Approach (Arts et al., 2016)			
Atores	Hortelões	Técnicos da CA	Técnicos da DIS
Discursos (normas, valores, dificuldades e conflitos)	<p>- O relacionamento entre hortelões é, no geral, positivo. A maioria expressa a opinião de que a HAA melhorou o relacionamento entre vizinhos no bairro e aproximou pessoas de diferentes origens. No entanto, há casos pontuais de desentendimentos, alguns deles tendo na sua origem problemas de racismo;</p> <p>- Há uma clara diferença entre a percepção da maioria dos hortelões de origem guineense e os restantes hortelões. Os primeiros demonstram um maior contentamento e menor sentido crítico em relação às questões da horta. As principais dificuldades que encontram na horta prendem-se com questões do foro pessoal e, muito raramente com questões relacionadas com os comportamentos dos seus colegas hortelões. Contrariamente, no caso dos hortelões de origem portuguesa, as principais dificuldades que encontram na horta prendem-se com questões relacionadas com os comportamentos dos seus vizinhos hortelões. Há, portanto, no caso dos últimos, uma maior preocupação com as questões da horta comuns a todos;</p> <p>- A participação nos eventos comuns da HAA é relativamente baixa, tendo vindo a diminuir com o tempo.</p> <p>- Existe um evidente problema de reconhecimento de autoridade. É muito difícil para os responsáveis fazerem-se ouvir e transmitirem as mensagens para os restantes hortelões, já que estes não respeitam o seu papel de responsáveis pela comunicação entre os técnicos da DIS e da CA e os restantes hortelões;</p>	<p>- Os técnicos da CA reconhecem que a criação da HAA trouxe vários benefícios para a população do Bairro da Adroana, nomeadamente: acesso legal ao terreno, disponibilidade de água, melhoria no relacionamento entre residentes no bairro e empoderamento da população ao participarem num processo de tomada de decisão coletiva. Contudo, estão cientes da dificuldade que os hortelões têm em manter uma estrutura organizada e em gerir, de forma minimamente autónoma, a HAA;</p> <p>- Após três anos de HAA, ficou claro que</p>	<p>- Os técnicos da DIS reconhecem o projeto da HAA como sendo um exemplo de sucesso de integração social e um caso de um exercício pleno de cidadania. Reconhecem ainda o poder que o espaço da horta e o seu modelo de funcionamento teve na criação de melhores relações entre residentes do bairro e na quebra de estereótipos;</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Os hortelões de origem guineense tendem a partilhar a manutenção da horta com um elevado número de familiares e amigos, o que causa um sentimento de desconfiança entre os restantes hortelões, alimentado ainda pelas várias ocorrências de roubos de materiais nos abrigos; - As diferenças de comportamento refletem-se ainda na forma de cultivo entre pessoas de diferentes origens. Entre outros aspetos, os hortelões de origem guineense cultivam como aprenderam no seu país de origem, relevando grandes dificuldades em se adaptarem às condições edafoclimáticas do território português; - O relacionamento entre os hortelões e os técnicos da CA e DIS é bastante positivo. Contudo, os hortelões portugueses tendem a ser mais críticos da ação dos técnicos na HAA; - Quase todos os hortelões partilham a ideia de que é necessário um maior acompanhamento por parte dos técnicos da CA ou da DIS. Contudo, não distinção entre os dois. 	<p>a gestão da horta tem de ser feita por técnicos superiores, promovendo ao mesmo tempo a participação ativa dos hortelões. Os técnicos da CA reconhecem que esta gestão deve ser efetuada pelos próprios, já que apenas estes têm a experiência e conhecimento necessários para gerir projetos de hortas;</p>	
Recursos	A HAA beneficia de um contrato legal de uso do terreno, de apoio técnico e financiamento por parte da DIS e da CA.		
Regras do Jogo	<p>As regras foram definidas pelos hortelões durante a fase de construção do projeto da HAA, estando presentes no regulamento específico da Horta Associativa da Adroana. Destacam-se as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A perda do direito de cultivo é justificada pela ausência de manutenção da parcela durante um espaço de tempo superior a 6 meses e/ou o incumprimento das regras estabelecidas no regulamento; - A perda do direito de cultivo ou substituição do ocupante da parcela é decidida, por votação, em reunião de plenário com a presença de mais de 50% dos membros da organização; - Os hortelões têm o direito de alterar qualquer regra ou condição do regulamento, desde que cheguem a acordo com a CA. 		

Anexo II — Inquérito por questionário e guiões das entrevistas

Inquérito aos hortelões da Horta Associativa da Adroana

Nome de inquirido: _____

Inquérito nº _____

Data: ____/____/____

Quadro 5 — Caracterização socioeconómica do/da inquirido/a

1.Género	2.Idade (anos)			3.Grau de Escolaridade		4.Situação na Profissão	
F <input type="checkbox"/>	≤24 <input type="checkbox"/>	25≤29 <input type="checkbox"/>	30≤34 <input type="checkbox"/>	Sem escolaridade <input type="checkbox"/>	Ensino Secundário <input type="checkbox"/>	Doméstica <input type="checkbox"/>	A exercer uma profissão. <input type="checkbox"/>
	35≤39 <input type="checkbox"/>	40≤44 <input type="checkbox"/>	45≤49 <input type="checkbox"/>	1º Ciclo <input type="checkbox"/>	Ensino Superior <input type="checkbox"/>	Reformado <input type="checkbox"/>	
M <input type="checkbox"/>	50≤54 <input type="checkbox"/>	55≤59 <input type="checkbox"/>	60≤64 <input type="checkbox"/>	2º Ciclo <input type="checkbox"/>	Outro, Qual? _____ _____ _____ _____	Estudante <input type="checkbox"/>	
	65≤69 <input type="checkbox"/>	≥70 <input type="checkbox"/>		3º Ciclo <input type="checkbox"/>		Desempregado <input type="checkbox"/>	
5.Local de Nascimento: _____ _____ _____ _____		6.Nacionalidade _____ Se não é português: Há quantos anos reside em Portugal? _____			7. Nº de Membros do Agregado Doméstico (incluindo o/a inquirido/a): _____ _____		8.Dos Membros do Agregado Doméstico quantos estão (excluindo o/a inquirido/a): Empregados _____ Desempregados _____ Reformados _____

Quadro 6 — Relação do/da inquirido/a com a agricultura e o meio rural

9. Já viveu no meio rural?		10. Se SIM, era agricultor ou filho/a de agricultores?		11. Visita frequentemente o meio rural?	
Sim <input type="checkbox"/>				Sim <input type="checkbox"/>	
Onde? _____	Não <input type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	Onde? _____	Não <input type="checkbox"/>
Quantos anos? _____				Porquê? _____	

Quadro 7 — Relação do/a inquirido/a com a horta

12. É o representante do seu grupo de hortelões?		13. Partilha o trabalho da horta com alguém?			
Sim <input type="checkbox"/>		Sim <input type="checkbox"/>			
Há quanto tempo? _____		Quem? _____			
Gosta de ser? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	Porquê? _____	Não <input type="checkbox"/>		
Porquê? _____		_____			
_____		_____			
14. Quando vem à horta?		15. Quantas horas por semana trabalha, em média, na horta?			
Durante a Semana <input type="checkbox"/>	Também ao Fim-de-semana <input type="checkbox"/>	<1 <input type="checkbox"/>	≥5 a <8 <input type="checkbox"/>		
Quantos dias? _____		≥1 a <3 <input type="checkbox"/>	≥8 <input type="checkbox"/>		
	Só ao Fim-de-semana <input type="checkbox"/>	≥3 a <5 <input type="checkbox"/>			
16. Como obtém as suas sementes?		17. Como adquiriu os conhecimentos que tem?		18. Quais são os principais destinos dos produtos de horta e respetiva percentagem? (não enumerar as opções)	
Compra <input type="checkbox"/>	Guarda das colheitas que <input type="checkbox"/> e?	Experiência <input type="checkbox"/>	Pesquisa <input type="checkbox"/>	Auto-consumo _____ (%)	Oferta a familiares _____ (%)
					Oferta a instituições _____ (%)

Troca com Vizinhos <input type="checkbox"/> Outra forma. Qual? _____ _____ _____ _____ _____	Conselhos de vizinhos <input type="checkbox"/>	Formação da CA <input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____ _____ _____ _____	Venda ____ (%)	Outra. Qual? _____ _____ _____
--	--	---	-------------------	---

Observações: _____

Quadro 8 – Características e localização da horta.

19. Indique quais os três principais produtos que cultiva na horta.		20. Utiliza (perguntar as 3 opções):
Durante o Verão: _____ _____ _____ Porquê? _____	Durante o Inverno _____ _____ _____ Porquê? _____	Adbos <input type="checkbox"/> Estrume <input type="checkbox"/> Compostagem <input type="checkbox"/>

Quadro 9 – Principais motivações do/a inquirido/a para o cultivo da horta.

21. Quais as três principais razões por que cultiva a horta?	
1. Gastar menos dinheiro com a compra de hortícolas	
2. Alimentar melhor a família	
3. Obter rendimento com a venda de hortícolas	
4. Comer produtos de melhor qualidade nutritiva/saber o que come	
5. Recordar vida rural e agrícola que viveu no passado/Trabalhar junto à Natureza	
6. Porque gosta de praticar a agricultura	
7. Aliviar o <i>stress</i> do dia-a-dia	
8. Fazer exercício físico	
9. Ocupar o tempo livre	
10. Fazer amigos/Conviver com outras pessoas	
11. Integrar-se num projeto que envolve a comunidade	
12. Outro. Qual?	

Observações: _____

Quadro 10 – Destino dos produtos da horta e impacte no rendimento e na alimentação do agregado doméstico.

22. Em relação ao total de vegetais consumidos na sua casa, por semana (ou mês), quanto, na sua opinião, representam os vegetais que cultiva?	25%	
	50%	<input type="checkbox"/>
	Entre 50% e 75%	<input type="checkbox"/>
	A totalidade (100%)	<input type="checkbox"/>
23. Em termos de rendimento, quantos Euros acha que poupa, em média, por semana ?	_____ €/ semana	
	Não sei <input type="checkbox"/>	

24. Desde que iniciou o cultivo desta(s) horta(s), o seu agregado doméstico alterou os hábitos alimentares?	Sim	Se sim, passou a consumir maior quantidade de vegetais? <input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Se sim, passou a consumir maior diversidade de vegetais? <input type="checkbox"/>
		Outra. Qual? _____
	Não <input type="checkbox"/>	

Observações: _____

Quadro 11 — Percepção do/a inquirido/a relativamente ao contributo das Hortas para o espaço urbano

25. Na sua opinião, as hortas urbanas contribuem para:	
1. Embelezar os espaços à volta dos prédios	<input type="checkbox"/>
2. Melhorar as condições ambientais da zona urbana (biodiversidade, temperaturas extremas)	<input type="checkbox"/>
3. Reaproveitar espaços marginalizados e pouco produtivos	<input type="checkbox"/>
4. Diminuir os custos de manutenção de espaços verdes	<input type="checkbox"/>
5. Aproximar os urbanos da natureza/a zona urbana da zona rural	<input type="checkbox"/>
6. Criar espaços de convívio	<input type="checkbox"/>
7. Aproximar pessoas de diferentes idades, religiões ou etnias	<input type="checkbox"/>
8. Permitir passar o tempo livre a fazer algo produtivo	<input type="checkbox"/>
9. Outro. Qual? _____	<input type="checkbox"/>

Observações: _____

Quadro 12 — Avaliação das condições oferecidas pela entidade gestora/implementadora do projeto.

26. Relativamente à horta(s) que cultiva (Horta Comunitária/Horta Associativa da Adroana), como avalia os seguintes aspectos:						
Quant. de área do(s) talhão(ões) que cultiva	Acompanhamento técnico			Infraestruturas		
						Bom
						Razoável
						Mau

Observações: _____

Quadro 13 — Limitações/condicionantes ao cultivo da horta

27. Quais as maiores dificuldades/restrições que enfrenta na sua horta?			
Dimensão/área de cultivo de que dispõe? <input type="checkbox"/>	Escassez/falta de conhecimentos agrícolas? <input type="checkbox"/>	Relacionamento com os vizinhos? <input type="checkbox"/>	Restrições impostas pela CA? <input type="checkbox"/>
Outras. Quais? _____ _____ _____			

Observações: _____

Quadro 14 — Avaliação do relacionamento entre hortelões

28. Na Horta onde cultiva o seu talhão, como avalia o relacionamento entre hortelões?	Muito boa <input type="checkbox"/>	Porquê (pedir exemplos)? _____ _____ _____ _____ Se respondeu Razoável ou Má , Na sua opinião o que deve ser feito? _____ _____ _____ _____ _____
	Boa <input type="checkbox"/>	
	Razoável <input type="checkbox"/>	
	Má <input type="checkbox"/>	
29. Na Horta onde cultiva o seu talhão,	Muito boa <input type="checkbox"/>	Porquê (pedir exemplos)? _____ _____
	Boa <input type="checkbox"/>	

		<p>2. _____</p> <p>_____</p> <p>Porquê (pedir exemplos)? _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>Na sua opinião, o que deveria ser feito para melhorar este aspecto? _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
	<p>Discordo <input type="checkbox"/> completamente</p>	<p>3. _____</p> <p>_____</p> <p>Porquê (pedir exemplos)? _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>Na sua opinião, o que deveria ser feito para melhorar este(s) aspecto(s)? _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>

Quadro 16 — Avaliação do grau de participação dos hortelões nas tomadas de decisão.

<p>32. Participou nas reuniões iniciais (antes da horta ser construída)?</p>	<p>Sim <input type="checkbox"/></p> <p>Se SIM:</p> <p>Considera que os técnicos da CA tiveram em conta as necessidades e vontades dos futuros hortelões?</p>	<p>Sim <input type="checkbox"/></p> <p>Não <input type="checkbox"/></p> <p>Porquê(pedir exemplos)?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>Que necessidades deveriam ter sido tidas em conta (pedir exemplos)?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
	<p>Não. <input type="checkbox"/></p> <p>Porquê? _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	
<p>33. Já tinha uma horta espontânea antes da construção da Horta Associativa?</p>	<p>Sim <input type="checkbox"/></p> <p>Se SIM:</p> <p>Considera que os técnicos da CA tiveram em conta as necessidades dos hortelões que já tinham horta na concepção da Horta Associativa?</p>	<p>Sim <input type="checkbox"/></p> <p>Não <input type="checkbox"/></p> <p>Porquê / Que aspectos na concepção da Horta Associativa deveriam ter sido considerados (pedir exemplos)?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
	<p>Não <input type="checkbox"/></p>	
<p>34. Costuma participar nas reuniões e</p>	<p>Sim <input type="checkbox"/></p> <p>Não <input type="checkbox"/></p>	

35. Como avalia a participação do seu grupo de hortelões nas decisões que se tomam relativamente à horta?	Elevada participação <input type="checkbox"/>	
	Média participação <input type="checkbox"/>	
	Baixa participação <input type="checkbox"/>	Por que acha que há uma baixa participação (pedir exemplos)?
		Que se deveria fazer para aumentar a participação (pedir exemplos)?

Quadro 17 — Sugestões de alterações para melhorar o funcionamento do projeto.

36. Na sua opinião que tipo de coisas deveriam ser feitas para melhorar o funcionamento da <u>Horta Associativa</u> da Adroana?
1. Ao nível do funcionamento no dia-a-dia da Horta?
2. Ao nível do relacionamento entre hortelões?
3. Ao nível da gestão da Horta pelos técnicos da CA?
4. Ao nível da intervenção na Horta pelos técnicos do Divisão de Intervenção Social?
5. Ao nível do relacionamento entre os técnicos da CA e os hortelões da Horta Associativa?
6. Ao nível do relacionamento entre os técnicos do Divisão de Intervenção Social e os hortelões da Horta Associativa?

7. Outra(s). Qual/Quais?

1. Conhecer as origens do programa Hortas de Cascais e a sua evolução até hoje.
 - Motivações para iniciar o programa Hortas de Cascais;
 - Visão e objetivos do programa;
 - Organização inicial do programa – equipa, parceiros, regulamento;
 - Perfil de participação dos munícipes no programa;
 - Reorganização e adaptação do programa ao longo do tempo.
 - Perspetivas para o futuro do programa.

2. Conhecer, ao pormenor, o processo de negociação para a conceção, implementação e gestão atual da HAA.
 - Motivações da CA para a conceção do projeto;
 - Perceção das motivações dos hortelões por parte da CA;
 - Porquê este modelo de funcionamento?;
 - Dificuldades encontradas durante todo o processo de construção da horta (citar o artigo);
 - Soluções encontradas para ultrapassar as dificuldades;

3. Traçar “o ponto da situação atual” do funcionamento da HAA e da HUCA: “Pontos Fortes”: Quais? e Porquê?; Pontos Fracos: Quais? e Porquê?
 - Aspetos técnicos da Horta – organização dos talhões, configuração da Horta, infraestruturas;
 - Relacionamento entre hortelões no geral e entre hortelões de diferentes origens;
 - Benefícios alcançados para os hortelões e para o bairro;
 - Participação dos hortelões nas reuniões e eventos da Horta;

4. Sugestões para resolver os pontos fracos do projeto em cada horta.

1. Conhecer as origens do programa Hortas de Cascais e a sua evolução até hoje.
 - 1) Quais foram as motivações da Câmara Municipal de Cascais para iniciar o programa Hortas de Cascais?
 - 2) Qual era a visão e objetivos do programa quando foi implementado?
 - 3) Qual era a estrutura organizacional do programa (equipa nuclear, parceiros e regulamento)? Porquê?
 - 4) Para além do pedido da Associação de Moradores do Alto dos Gaios, tiveram mais pedidos de outros municípios para a construção de hortas urbanas?
 - 5) Como é que classifica a participação dos municípios no programa?
 - i. Havia alguma vontade, por parte de alguns grupos de municípios, de assumir uma organização independente da horta?
 - ii. Quais são os deveres dos hortelões das Hortas Comunitárias no que respeita a manutenção da Horta? Esses deveres são cumpridos?
 - 6) O programa e o seu regulamento sofreram alterações ao longo do tempo? Quais alterações?
 - 7) Considera que ainda há algumas dificuldades ou pontos fracos a ultrapassar? Quais?
2. Conhecer, ao pormenor, o processo de negociação para a conceção, implementação e gestão atual da HAA.
 - 1) Quais foram as motivações da CA para construir, primeiro, a Horta Comunitária da Adroana e depois, a Horta Associativa da Adroana?
 - 2) Quais eram, segundo a vossa perceção, as principais motivações da população Bairro da Adroana para o cultivo da horta?
 - 3) Porque é que optaram por este novo modo de funcionamento para a Horta Associativa da Adroana?
 - 4) Qual seria, segundo o que foi *a priori* acordado, o papel de cada um dos intervenientes na Horta Associativa da Adroana?

- 5) Que dificuldades encontram durante todo o processo de concepção e construção da horta - Segundo o que escreveram no artigo sobre a HAA, a equipa da Divisão de Intervenção Social conseguiu “mediar o processo e eliminar conflitos” durante a fase de concepção do projeto (primeiras reuniões com os moradores). Que tipo de conflitos?
 - 6) Quais foram as soluções encontradas para ultrapassar essas dificuldades?
3. Traçar “o ponto da situação atual” do funcionamento da HAA e da HUCA, ou seja, referir os pontos fortes e pontos fracos em relação a cada um dos seguintes aspetos, justificando:
- 1) Aspetos técnicos da Horta – organização dos talhões, configuração da Horta, infraestruturas;
 - 2) Relacionamento entre hortelões no geral e entre hortelões de diferentes origens;
 - 3) Benefícios alcançados para os hortelões e para o bairro;
 - 4) Participação dos hortelões nas reuniões e eventos da Horta;
4. Que soluções deveriam ser implementadas no sentido de melhorar os pontos fracos antes referidos?

1. Conhecer o seguimento do Plano de Acção, com a implementação das primeiras hortas comunitárias – fatores que influenciaram a escolha, entidades envolvidas e dificuldades encontradas.
 - 1.1 De todas as zonas identificadas com hortas espontâneas com potencial para reconversão/ construção de hortas comunitárias (HC), nenhuma delas foi alvo de reconversão aquando a implementação das primeiras hortas. Porquê?
 - 1.1.1 Das primeiras seis HC a serem construídas, apenas duas se situam no interior do concelho (freguesia de S. Domingos de Rana). Este facto contrasta com o diagnóstico efetuado no âmbito do Plano de Acção que justificou a maior adequação do interior do concelho para a reconversão. Porquê esta escolha?
 - 1.2 Como funcionou a dinâmica de parcerias entre as várias entidades?
 - 1.2.1 Qual seria o papel de cada *stakeholder*?
 - 1.2.2 Quais foram as dificuldades encontradas durante todo o processo?
 - 1.3 Como surgiu o regulamento das Hortas Comunitárias?
2. Apreciação do resultado das primeiras Hortas Comunitárias implementadas – pontos fracos e pontos fortes, diferenças entre hortas e possíveis explicações.
 - 2.1. Como classifica o funcionamento das primeiras hortas comunitárias?
 - 2.1.1. Em relação aos aspetos técnicos do espaço: organização do espaço e infraestruturas;
 - 2.1.2. Em relação ao relacionamento entre horticultores;
 - 2.1.3. Em relação à participação dos horticultores nos eventos e assuntos da HC;
 - 2.1.4. Em relação à gestão do projeto: entidades envolvidas e sua comunicação, partilha de responsabilidades e tarefas executadas.
 - 2.1.5. Na sua opinião, o que deveria ter sido feito para melhorar os pontos fracos referidos? Isso foi feito? Se não, porquê?

1. Conhecer, ao pormenor, o processo de negociação para a conceção, implementação e gestão atual da HAA.
 - 1.1. Como surgiu a ideia de construir uma nova horta, a Horta Associativa da Adroana?
 - 1.2. Receberam, anteriormente, pedidos de residentes para a construção de uma nova horta?
 - 1.3. Como é que se processaram as primeiras reuniões com os residentes para a implementação da Horta Associativa?
 - 1.3.1. A participação foi elevada?
 - 1.3.2. As necessidades dos participantes foram tidas em conta?
 - 1.3.3. No artigo escrito por Teresa Ribeiro *et al.*, os autores referem que a equipa da Divisão de Intervenção Social conseguiu “mediar o processo e eliminar conflitos” durante a fase de conceção do projeto (primeiras reuniões com os moradores). Que tipo de conflitos?
 - 1.3.4. Quais foram as soluções encontradas para ultrapassar essas dificuldades?
 - 1.3.5. Qual seria, segundo o que foi *a priori* acordado, o papel de cada um dos intervenientes na Horta Associativa da Adroana (técnicos da CA, técnicos do Divisão de Intervenção Social e hortelões)?
 - 1.3.6. Como é que se chegou a este novo modelo de Horta? Quais foram os motivos que orientaram a escolha?
2. Traçar “o ponto da situação atual” do funcionamento da HAA e da HUCA, ou seja, referir os pontos fortes e pontos fracos em relação a cada um dos seguintes aspetos, justificando:
 - 2.1. Aspetos técnicos da Horta – organização dos talhões, configuração da Horta, infraestruturas;
 - 2.2. Relacionamento entre hortelões no geral e entre hortelões de diferentes origens;
 - 2.3. Benefícios alcançados para os hortelões e para o bairro;
 - 2.4. Participação dos hortelões nas reuniões e eventos da Horta;

3. Que soluções deveriam ser implementadas no sentido de melhorar os pontos fracos antes referidos?

Anexo III — Regulamentos

Regulamento da Horta Associativa da Adroana

Denominação

Organização de Horticultores da Adroana

Objeto

O presente acordo tem como fim, estabelecer as normas, direitos e deveres da Horta Associativa da Adroana.

Tem como princípios fundamentais:

1. A exploração agrícola das hortas inseridas em terreno municipal, que é delimitado por um único terreno, legitimado pelo acordo com a CA;
2. A produção coletiva de bens hortícolas destinados ao autoconsumo dos seus membros;
3. Valorizar o espírito participativo, comunitário, e associativo na utilização do espaço comum e na manutenção do mesmo;
4. Promover atividades de contacto com a natureza para as famílias, crianças e idosos, fomentando o relacionamento participativo intergeracional;
5. Promover a prática da compostagem, reduzindo o depósito em aterro dos resíduos orgânicos;

Representantes

1. Será da competência dos 5 representantes, eleitos pela maioria dos membros:
 - a. A comunicação com a CMC e Csc Ambiente – 1 representante responsável como tutor;
 - b. A comunicação com todos os horticultores – 1 representante responsável por cada 10 membros;
 - c. A organização das sessões plenárias com os restantes horticultores;
 - d. A assinatura do acordo com a CA.
2. Os representantes terão um mandato de 5 anos;
3. Qualquer alteração será decidida por votação em reunião.

Direitos

Aos horticultores inscritos na Horta Associativa da Adroana, estão previstos os seguintes direitos:

1. Assinatura de acordo para atribuição do espaço com a CA, de acordo com regulamento das “Hortas de Cascais”;
2. Uso individual de cada parcela atribuída, identificada no anexo 1;
3. Ao uso comum dos recursos existentes para a prática da atividade agrícola, nomeadamente espaços de compostagem, pontos de água e abrigos de ferramentas.
4. A participar na construção das estruturas e equipamentos da Horta, seguindo o Plano Geral, e outras diretrizes que lhes forem fornecidos pela CA;

5. Candidatura a projetos e subsídios para melhorias da horta, compra de equipamentos para uso comum e/ou outras benfeitorias através da parceria com outras entidades;
6. Doação de produtos hortícolas a título gratuito;
7. Possibilidade de troca de parcela entre associados;
8. Alteração das condições, direitos e obrigações serão decididas em reunião e comunicadas à CA.
9. Frequentar as ações de formação obrigatórias;
10. Iniciar as práticas agrícolas no prazo indicado pela CA, mantendo a continuidade da respetiva atividade, zelando e fazendo bom uso dos bens e recursos. Utilizando racionalmente os recursos disponibilizados, nomeadamente a água;
11. Utilizar apenas técnicas do “modo de produção biológico”;
12. Manter um relacionamento saudável, e observar o bom entendimento e convivência entre todos os utilizadores;
13. Participar em decisões de grupo e acautelar as orientações que sejam decididas;
14. Comunicar ao Representante a ocorrência de qualquer irregularidade que contrarie o acordo de utilização ou este regulamento;
15. Contribuir ativamente e em articulação com o Tutor para a organização interna dos diversos utilizadores e atividades, facilitando as operações e decisões comuns.

Perda do Direito

1. Caso se verifique:
 - a) a não ocupação da parcela e/ou ausência de cultivo, pelo período de 6 meses;
 - b) o incumprimento das regras definidas no presente regulamento e do acordo com a CA;
2. A perda de direito, assim como a substituição do ocupante da parcela é decidida, por votação, em reunião de plenário com a presença de mais de 50% dos membros da organização.

Deveres

Os horticultores integrados na Horta Associativa têm os seguintes deveres:

Informar a organização da desistência do uso da parcela e comunicar anomalias à CA;

1. Colaborar ativamente com os meios e conhecimentos que detenham, na construção e manutenção da Horta Associativa;
2. Zelar pelo bom relacionamento com todos os membros, participando de forma ativa nas reuniões e decisões de grupo;
3. Manutenção dos espaços comuns;
4. Manutenção de lista de pessoas interessadas na Horta Associativa e respetivos suplentes.

5. Promover o controlo de pragas e doenças, assim como a segurança da parcela de sua responsabilidade, sem deixar que os produtos cultivados ocupem áreas comuns ou parcelas adjacentes;
6. Zelar e manter em boas condições quaisquer zonas e equipamentos de uso comum e de passagem, nomeadamente caminhos, locais de estadia, espaços de compostagem, pontos de água e abrigos de ferramentas;
7. Não utilizar sistemas de rega automática e praticar corretamente as técnicas de compostagem;
8. Não construir ou edificar qualquer estrutura que não faça parte do acordo de utilização e do Plano Geral previamente aprovado pela “Hortas de Cascais”;
9. Não acumular na horta qualquer tipo de material plástico ou cerâmico, madeiras ou ferros, que não tenham lógica técnica, devendo sempre ser sujeita à apreciação do gestor qualquer exceção que se pretenda fazer a esta regra;
10. Utilizar o espaço das hortas apenas para o cultivo ou recreio passivo, não sendo permitido o recreio ativo, nomeadamente jogos de bola, circuitos de bicicletas ou skates;
11. Não levar animais para a horta, exceto cães guia;

Organização do espaço

Parcela – áreas de terrenos cultiváveis; cada membro da organização terá direito a uma parcela de terreno cultivável que está disponível de acordo com o seu interesse e a área livre (anexo 1).

Existem disponíveis parcelas de: (a especificar)

50 m² – n^o; especificar quantas de cada

60m² – n^o;

80m² – n^o.

Área de Grupo – o espaço onde estão localizados os equipamentos de uso comum.

Áreas de Passagem – caminhos e outras áreas que permitem a circulação na horta associativa, que devem estar desimpedidas e cuja manutenção compete aos horticultores;

Equipamentos de Uso Comum – pontos de água, compostores, abrigos de ferramentas, mesas, bancos.

Vedação externa: aquela que delimita o terreno afeto à Horta Associativa, com portão de entrada de acesso condicionado.

A CA elaborará o Plano Geral (esquema de organização do espaço) da Horta Associativa, com a localização dos equipamentos, a distribuição das áreas de uso comum e de passagem. Fornecerá igualmente os pormenores construtivos necessários, ou outros elementos que se revelem fundamentais.

A CA reserva-se o direito de aprovar a tipologia dos materiais a utilizar, mas tendo sempre presente a disponibilidade financeira da Associação.

Anexo IV — Resultados dos inquéritos efetuados aos hortelões

1. Características socioeconómicas e demográficas dos hortelões inquiridos

1.1. Género

Género	
Feminino	13
Masculino	13
Total Geral	26

1.2. Idade

Idade do hortelão/oa	Idade (anos)
≥70	1
25≤29	1
35≤39	2
45≤49	4
50≤54	7
55≤59	6
60≤64	5
Total Geral	26

1.3. Naturalidade

Naturalidade do hortelão/oa	Naturalidade
Cabo-verdiana	15%
Guineense	50%
Portuguesa	35%

1.4. Situação na profissão

Situação na profissão do hortelão/oa	Situação na Profissão
A exercer uma profissão	65%
Desempregado	23%
Reformado	12%

1.5. Nº de membros do agregado doméstico

Rótulos de Linha	Percentagem da população amostrada
1º Ciclo	35%
2º Ciclo	12%
3º Ciclo	8%
Ensino Secundário	8%
Ensino Superior	4%
Sem escolaridade	35%

1.6. Grau de escolaridade

Número de membros do agregado doméstico (incluindo o/a inquerido/a)	Percentagem da população amostrada
1	3%
2	5%
3	13%
4	11%
5	18%
6	11%
7	25%
9	16%

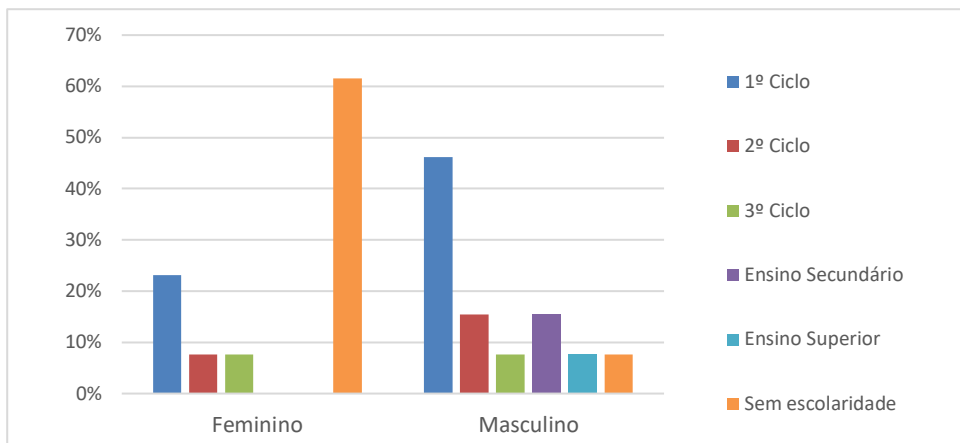


Gráfico da Figura 29 - Nível de escolaridade dos hortelões, por género.

Fonte: Elaboração própria.

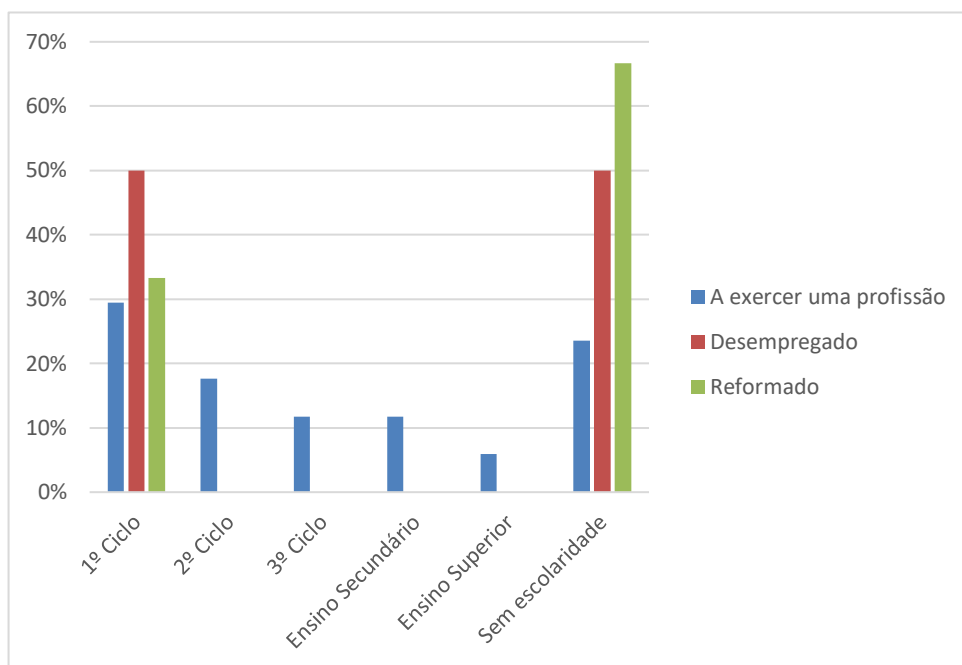


Gráfico da Figura 30 - Nível de escolaridade dos hortelões, por situação na profissão

Fonte: Elaboração própria

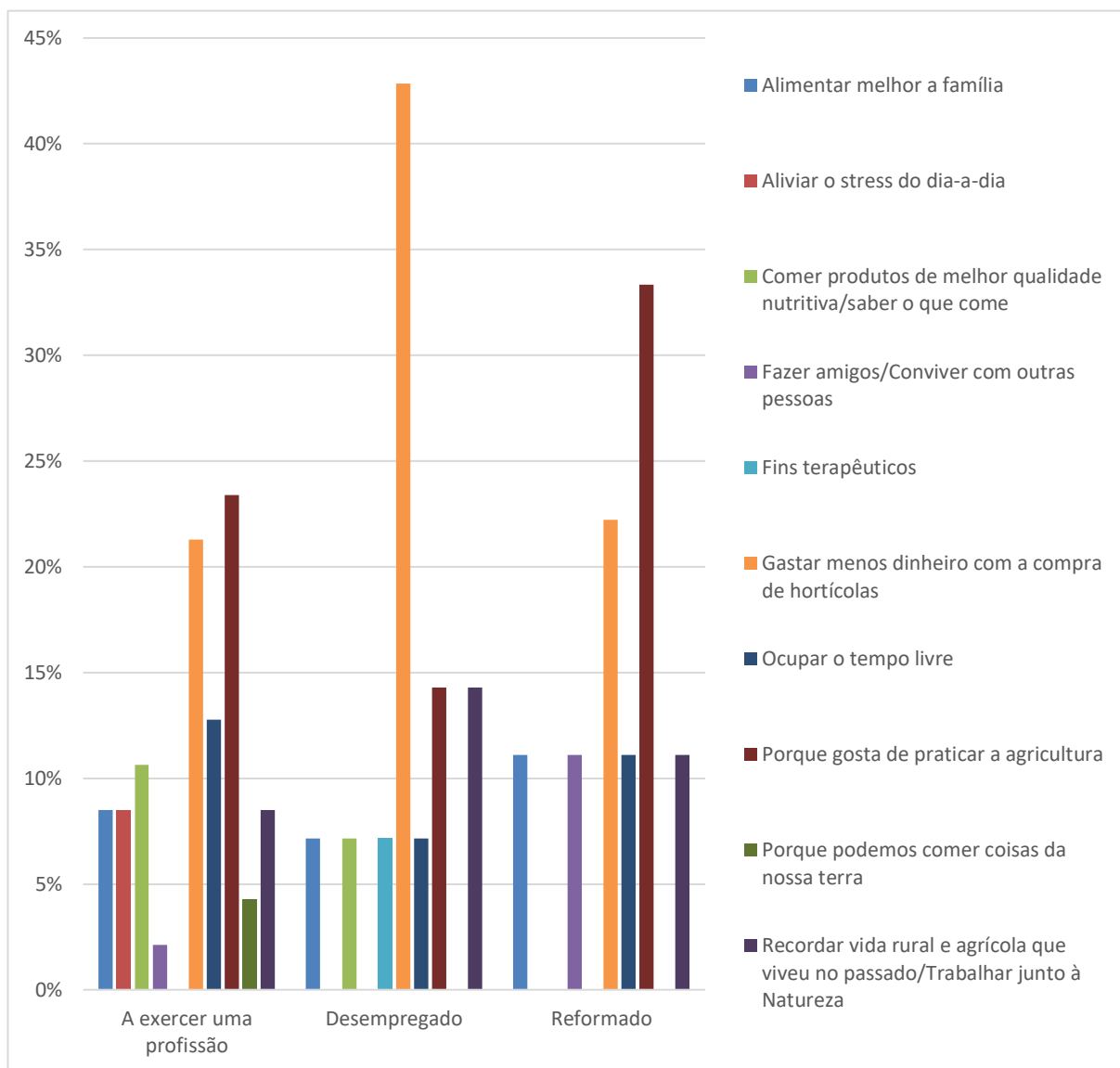


Gráfico da Figura 31 - Motivações dos hortelões para o cultivo, por situação na profissão.

Fonte: Elaboração própria.

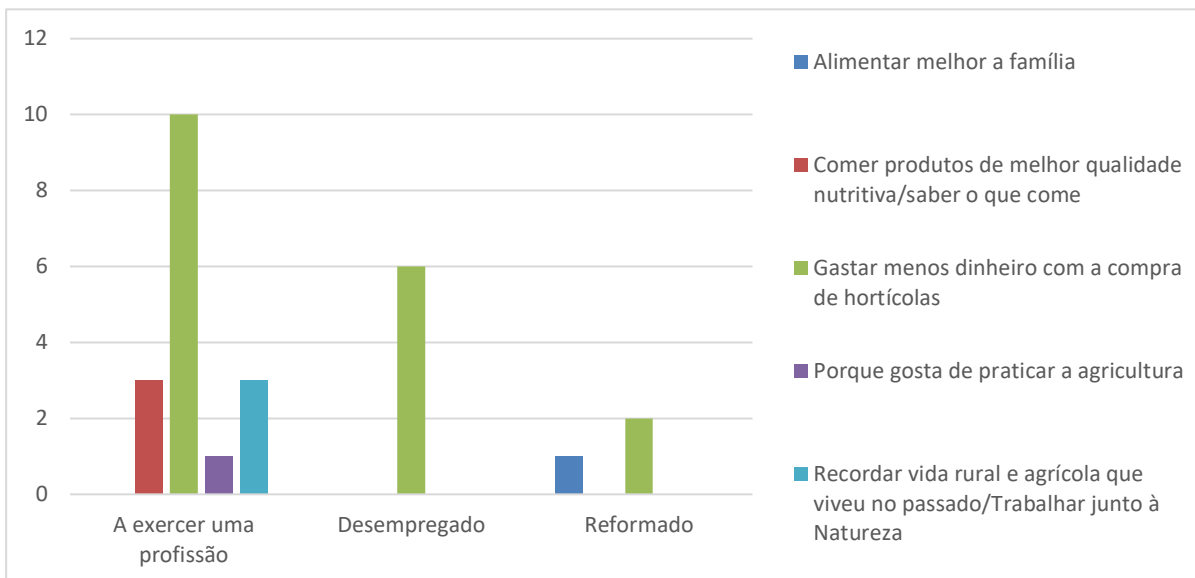


Gráfico da Figura 32 – Primeira motivação dos hortelões para o cultivo, por situação na profissão.

Fonte: Elaboração própria

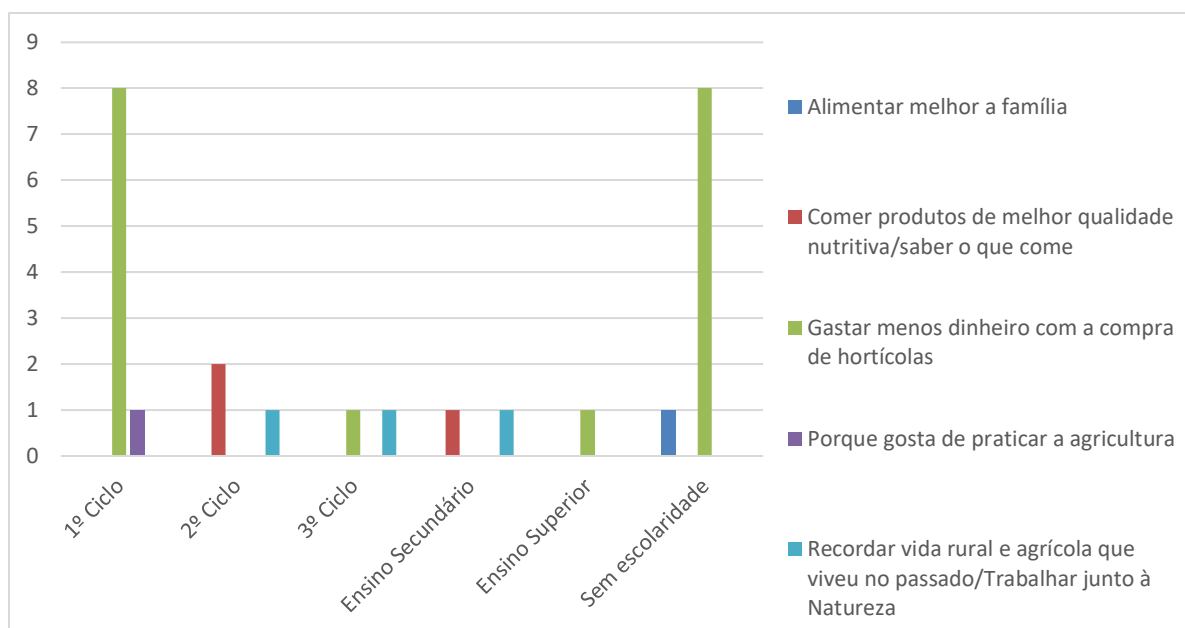


Gráfico da Figura 33 - Primeira motivação dos hortelões para o cultivo, por grau de escolaridade.

Fonte: Elaboração própria

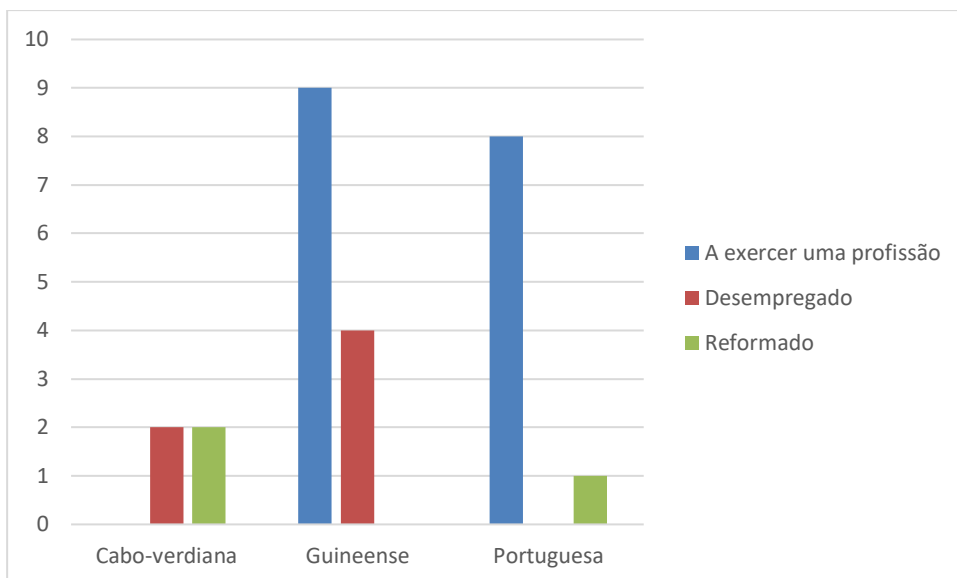


Gráfico da Figura 34 – Situação na profissão consoante a nacionalidade dos inquiridos.

Fonte: Elaboração própria

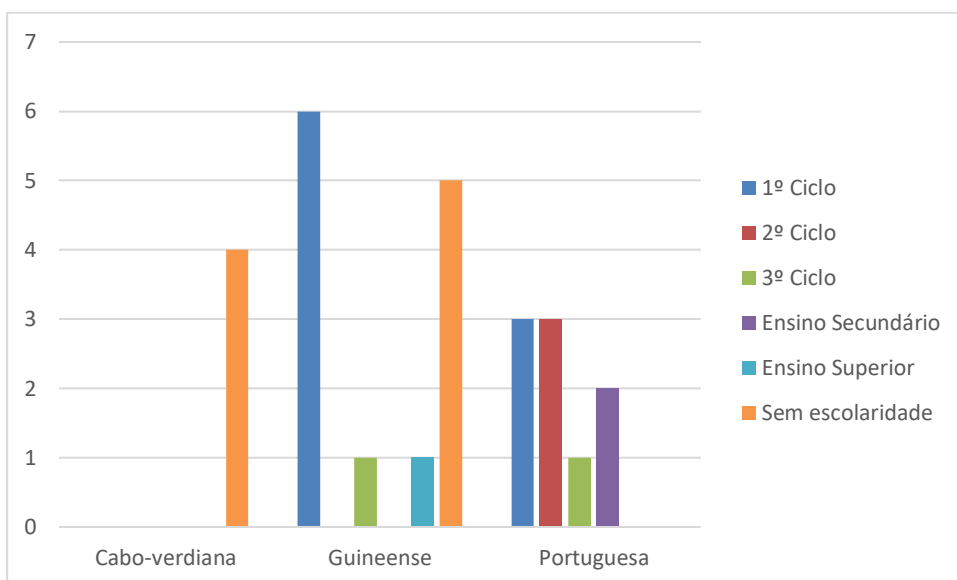


Gráfico da Figura 35 – Grau de escolaridade consoante o país de origem dos inquiridos.

Fonte: Elaboração própria